

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE ARQUITETURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
PROPUR XIX – 2001

***A Estruturação do Espaço Urbano-Regional no Contexto  
Contemporâneo: o caso da Região da Produção/RS***

**Dissertação de Mestrado**

**LEONARDO MARQUES HORTENCIO**

**Porto Alegre, Outubro de 2003.**

**LEONARDO MARQUES HORTENCIO**

***A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL NO  
CONTEXTO CONTEMPORÂNEO:  
O CASO DA REGIÃO DA PRODUÇÃO/RS***

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Oberon da Silva Mello

**PORTO ALEGRE  
2003**

**H822e Hortencio, Leonardo Marques**

**A estruturação do espaço urbano-regional no contexto contemporâneo : o caso da Região da Produção/RS / Leonardo Marques Hortencio ; orientador Oberon da Silva Mello. — Porto Alegre : UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2003.**

**156 p.: il.**

**Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, RS, 2003.**

**CDU: 711.2"1970/2003"(816.5)**

**711.4(816.5)**

#### **DESCRITORES**

**Planejamento regional : Rio Grande do Sul**

**711.2(816.5)**

**Espaço urbano : Rio Grande do Sul**

**711.4(816.5)**

**Bibliotecária Responsável**

**Elenice Avila da Silva – CRB-10/880**

**Margarete Tesainer da Fonseca – CRB-10/836**

## BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Virgínia Elisabeta Etges  
Examinador Externo – PPG Desenvolvimento Regional/UNISC

Profª Dra. Maria Alice Lahorgue  
Examinador Interno – PROPUR/UFRGS

Prof. Dr. Enaldo Nunes Marques  
Examinador Interno – PROPUR/UFRGS

Aprovada em 08 de dezembro de 2003.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho de pesquisa, como todo objeto dessa natureza, necessita de uma profunda e insólita viagem rumo ao encontro de um conhecimento ainda não desbravado.

*A Estruturação do Espaço Urbano no Contexto Contemporâneo: o caso da Região da Produção/RS* surgiu de uma idéia e de uma necessidade pessoal de conhecer, cientificamente, a realidade de uma região já descoberta empiricamente.

A constante curiosidade a respeito das transformações do espaço urbano, decorrentes das mudanças da estrutura do capitalismo e dos reflexos da globalização, foram divididas com muitos colegas, que me auxiliaram a dirimir dúvidas e acalmar as angústias.

Aos colegas arquitetos Maria Isabel Milanez e Raquel Lima, que desde o início deste trabalho perderam preciosas horas dividindo certezas, incertezas e perplexidades, na construção, condução e revisão deste estudo.

Aos professores do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS, que colaboraram com a construção deste conhecimento, e em especial aos Professores Dr. Emílio Merino Dominguez e Dr. Oberon da Silva Mello, meu orientador, cujas intervenções foram fundamentais para a concretização deste estudo.

Aos colegas da turma XIX do PROPUR/UFRGS, com destaque a Adriane Batata, Ângela Mazzaferro, Humberto Hickel e João Telmo Filho – pelas conversas, discussões e estudos - com os quais dividi as dúvidas e as conquistas da construção deste trabalho.

A Secretaria do PROPUR, na pessoa da Rosane Ballejos e da sempre lembrada Neiva Gonçalves, pela presteza e solução dos problemas burocráticos.

Aos colegas de ofício, arquitetos Flávio Kiefer, Marcelo Kiefer e Lília Pires da Silva, cuja compreensão pela minha ausência em vários momentos foi fundamental.

Ao Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter, em especial ao Sr. Reitor, Prof. Flávio D'Almeida Reis, pelo estímulo e apoio incondicional.

Aos colegas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do UniRitter, especialmente os arquitetos Maturino Luz, Glenda Pereira da Cruz e Luiz Antonio Custódio, pela convivência e conhecimentos, com os quais pude contar em todos os momentos.

Aos professores Maria Alice Lahorgue e João Rovatti, pelos questionamentos e correções de rumo na etapa intermediária deste trabalho.

Às acadêmicas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do UniRitter, Roberta T. Lopes e Raquel S. Jacondino, pela ajuda na organização e formatação do material gráfico.

À CPRM, pelo fornecimento de fotografias aéreas, na pessoa do Geólogo Marco Aurélio Schneiders Silva, pelos esforços para a prestação de informações preciosas.

Aos técnicos da SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento de Passo Fundo/RS, pelas informações, mapas e dados fornecidos, na pessoa do Sr. Antônio Frediani.

Ao professor Aldomar Ruckert, do Departamento de Geografia da UFRGS, pelo fornecimento de materiais e informações sobre o tema e o objeto de estudo da pesquisa.

Ao PRO-GUAIBA, pela cedência de imagens de satélite.

À EMATER, pelo fornecimento de bases cartográficas.

A Biblioteca Dr. Romeu Ritter dos Reis do UniRitter, e a Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, fonte de pesquisa fundamental para a realização deste trabalho.

A grande amiga e colega arquiteta Cibele Y. Cunha de Souza, pela tradução *express*.

Aos meus familiares e amigos, pela paciência e compreensão pelas diversas ausências, e pelo apoio e estímulo necessário para a concretização deste sonho...

*“A liberdade é a possibilidade de duvidar,  
a possibilidade de cometer erros,  
a possibilidade de procurar e experimentar,  
a possibilidade de dizer ‘não’ (...)”*  
Ignazio Silone – Filósofo

## LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 01 – Diagrama Interpretativo da estrutura do Tempo Histórico – Braudel .....	66
Diagrama 02 – Aportes teórico-metodológicos e conceituais .....	68

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Malha rodoferroviária de transportes da Região da Produção .....	75
Figura 02 – Cartograma representativo da divisão municipal nos dois períodos .....	106
Figura 03 – Processo de montagem do Quadro 06 .....	111

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Rio Grande do Sul – Mesorregiões e Microrregiões Geográficas .....	19
Mapa 02 – RS: Centralidade Administrativa .....	20
Mapa 03 – RS: Tamanho Funcional Urbano .....	20
Mapa 04 – RS: Acessibilidade Urbana .....	20
Mapa 05 – RS: Comunicabilidade Urbana .....	20
Mapa 06 – Hierarquia Final da Rede Urbana do Rio Grande do Sul .....	21
Mapa 07 – Distribuição Espacial dos COREDES .....	23
Mapa 08 – Mapa do RS - Composição do COREDE Produção em 2001 .....	71
Mapa 09 – Divisão Municipal do Rio Grande do Sul – 1872 .....	80
Mapa 10 – Divisão Municipal do Rio Grande do Sul – 1890 .....	80
Mapa 11 – Divisão Municipal do Rio Grande do Sul – 1920 .....	85
Mapa 12 – Divisão Municipal do Rio Grande do Sul – 1950 .....	85
Mapa 13 – Região da Produção em 1975 .....	94
Mapa 14 – Região da Produção em 2003 .....	101

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Planejamento Regional no Brasil .....	16
Quadro 02 – Cenário Mundial .....	46
Quadro 03 - Causas do crescimento urbano .....	64
Quadro 04 - Região da Produção - Aspectos Físicos .....	73
Quadro 05 – Emancipações Período B (1988-2003) .....	101
Quadro 06 – Manchas urbanas dos principais centros urbanos da Região da Produção ....	112
Quadro 07 – Quadro Síntese .....	115

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Composição Relativa da Renda Interna do Rio Grande do Sul .....	54
Tabela 02 – População Período A (1970 –1987) .....	95
Tabela 03 – Composição da Renda Interna da Região da Produção: 1939 – 1985 .....	96
Tabela 04 – População Período B (1988 –2003) .....	102
Tabela 05 – Composição da Renda Interna da Região da Produção: 1985 – 2000 .....	103
Tabela 06 – Instrumentos de Planejamento Urbano nos municípios da Região da Produção .....	110
Tabela 07 – Taxa de Urbanização – Principais Centros Urbanos da Região da Produção ..	111

## SUMÁRIO

LISTA DE DIAGRAMAS .....	06
LISTA DE FIGURAS.....	06
LISTA DE MAPAS .....	06
LISTA DE QUADROS .....	07
LISTA DE TABELAS .....	07
RESUMO .....	10
ABSTRACT .....	11
<b>1 Introdução .....</b>	<b>12</b>
1.1 Contextualização .....	14
Objeto de Estudo .....	17
1.2 Problematização .....	24
1.3 Estruturação .....	26
<b>2 A estruturação do espaço urbano-regional no contexto contemporâneo: um breve panorama global-local dos reflexos espaciais da reestruturação do capitalismo .....</b>	<b>29</b>
2.1 A questão regional .....	30
2.1.1 O novo regionalismo .....	32
2.2 A produção social do espaço .....	34
2.1.1 Castells e a estrutura do espaço .....	34
Os modos de produção e desenvolvimento .....	37
O modo informacional de desenvolvimento .....	40
O espaço de fluxos .....	42
2.3 Espaço e Economia: uma nova dinâmica no cenário mundial .....	44
2.3.1 Panorama geral .....	44
A Crise do Fordismo .....	47
2.3.2 A realidade brasileira .....	52
2.4 A questão do crescimento .....	57
Modos de crescimento .....	61
Causas do crescimento urbano.....	63
2.5 A questão do tempo: Braudel e a Longa Duração .....	65
2.6 A estrutura do espaço urbano-regional: a construção de uma metodologia de análise .....	67

<b>3 A constituição do território: a formação da rede urbana da Região da Produção .....</b>	<b>70</b>
3.1 Caracterização do território .....	71
3.1.1 Organização do território .....	71
3.1.2 Aspectos físicos .....	72
3.1.3 Infra-estrutura .....	74
3.2 Processo de ocupação e formação da rede urbana .....	77
<b>4 1970-1980 x 1990-2000: análise da Região da Produção – consolidação da rede urbana e da estrutura regional .....</b>	<b>88</b>
4.1 Período A: 1970 – 1987 .....	92
Caracterização do Período .....	92
Aspectos Espaciais .....	94
Aspectos Demográficos .....	95
Aspectos Econômicos .....	96
4.2 Período B: 1988 – 2003 .....	99
Caracterização do Período .....	99
Aspectos Espaciais .....	100
Aspectos Demográficos .....	102
Aspectos Econômicos .....	103
4.3 Análise Comparativa .....	106
<b>5 Considerações Finais .....</b>	<b>114</b>
<b>6 Bibliografia .....</b>	<b>123</b>
ANEXOS .....	133

## **RESUMO**

As constantes modificações do mundo contemporâneo e o caráter atual da produção capitalista fazem necessária a adaptação dos territórios ao processo vigente.

A região se apresenta como um sistema progressivamente diversificado, produzido por realidades estratificadas, porém não fixas, que se transformam continuamente.

O presente trabalho propõe uma investigação da realidade urbano-regional através da análise da estruturação do espaço da Região da Produção/RS e tem por objetivo estabelecer conceitos para a caracterização da Região e a construção de uma metodologia para sua análise, a partir das transformações globais e das mudanças nas bases produtivas regionais e dos impactos espaciais destas sobre a estrutura física da região.

A análise concentra-se em dois períodos distintos: 1970-1987 e 1988-2003, nos quais percebe-se significativas transformações na Região da Produção e serão estudados, basicamente, os aspectos indutores do crescimento urbano.

Como resultado pretende-se apresentar uma nova visão da realidade regional, a partir das alterações das áreas urbanas, e identificar se a Região encontra-se ou não preparada para participar do cenário mundial atual.

## **ABSTRACT**

The constants changes of the contemporary world and the current character of the capitalism production make necessary the adaptation of the territories to the in force process.

The region presents itself as a progressively diversified system produced by stratified realities, which are not permanent and transform themselves continually.

This work proposes an investigation of the urban-regional reality through the analysis of the space's structure of the "Produção/RS" Region and has the aim to establish concepts to the region's characterization and the construction of a methodology for its analysis, from the global transformations and the changes in the regional productive basis and by the spaces' impacts of those over the region's physical structure.

This analysis concentrates itself into two distinct periods: 1970-1987 and 1988-2003, in which meaningful transformations in the "Produção" Region can be noticed and basically, the aspects of the urban growth will be studied.

As a result, it is intended to present a new vision of the regional reality, from the alterations of the urban areas and to identify if the region is ready or not to take part in the actual worlds' scenery.

Uma das características do espaço contemporâneo é sua acelerada mutabilidade. Dinâmico, impreciso, progressivamente “aformal”, o novo espaço que emerge se manifesta como um cenário múltiplo sujeito a colisões, mudanças, mesclas.

A região se apresenta como um sistema progressivamente diversificado, produzido por realidades estratificadas, porém não fixas, que se transformam continuamente. Grandes operações transformadoras, processos de modificação e reestruturação da estrutura espacial existente cohabitam com novos focos de atração e distintos enclaves estratégicos (novos centros de movimento, lazer e consumo, ou áreas de exploração imobiliária ligadas a produção, ao setor terciário, ao turismo e ao espaço residencial) conformando novos pólos – nós – de uma região em crescimento e expansão graças às novas relações de localização e conectividade, e cuja forma e gestão remetem a escalas além do local: âmbitos supra-nacionais, onde as cidades e regiões não são apenas elementos autônomos, senão peças integrantes de um esquema de interesse global, temporal, variável.

Infraestruturas de transporte, canais de transmissão de informática, linhas de telecomunicações, mais ou menos desenvolvidos, assinalam, neste sentido, a importância das redes - e por tanto dos fluxos a elas associados – como princípio estruturador deste espaço territorial tendente a multiplicação das trocas.

É dentro deste universo que o presente trabalho pretende contribuir, especificamente com a realidade do Rio Grande do Sul, através de um estudo da Região da Produção.

O papel do urbanista na questão regional passa por um momento de reflexão e retomada, através da conjunção exploração/seleção/manipulação/estruturação/formalização com a possibilidade de ação sobre um espaço (região), sujeito cada vez mais a ofertas de relações (ampliadas drasticamente por sistemas de comunicação e informação).

Hoje o território passa a ser aceleradamente urbanizado e rentabilizado mediante novos processos e técnicas. Explorar, nestas circunstâncias, este novo território flutuante e os parâmetros fenomenológicos, perceptivos, topológicos e formais a que esta transformação se remete (signos de uma realidade incipiente) resultará em estabelecer os novos limites – espaciais, conceituais, semânticos, culturais deste personagem (o arquiteto urbanista) nesta difícil encruzilhada. (GAUSA, 1996)

O presente trabalho pretende, fundamentalmente, descrever o processo de transformação da rede urbana da Região da Produção/RS no período compreendido entre 1970 e 2003 e propor uma metodologia para esta análise, levando em consideração a reestruturação do capitalismo, sob uma ótica sócio-econômica e de seus reflexos sobre a estrutura física (urbana) da Região. Para isso, faz-se necessário uma breve contextualização, que caracterize os diferentes momentos e transformações ocorridas na reestruturação dos territórios urbanos e regional.

## 1.1 Contextualização

O Planejamento Urbano-Regional é um processo importante no cenário mundial atual, onde os fenômenos de associação entre países, estados, regiões e cidades são essenciais para a sobrevivência dos mesmos na disputa acirrada da nova economia globalizada.

Na década de 70 e no início da de 80, o planejamento regional foi amplamente discutido e realizado, através de políticas públicas de esfera nacional, como a criação de agências de desenvolvimento – políticas extra-estaduais (TAVARES, 1999).

O tipo de planejamento adotado no Brasil era o chamado planejamento sistêmico, que em seu discurso técnico era multidisciplinar e integrado, e as proposições da política federal, traduzidas em investimentos visavam descentralizar e regionalizar o desenvolvimento.

Com a crise econômica do país, verifica-se uma crise do planejamento: perde-se o conceito de planejamento em nível nacional, regional e local. Ocorre uma contenção nos investimentos por parte do Governo Federal nas regiões na década de 80. Inicia-se, então, um período com ênfase nas políticas locais, caracterizando-a como uma década municipalista e de gestão local.

Nos anos 90, com a abertura dos mercados e a ação globalizante dos países desenvolvidos, passam a vigorar estratégias locais de mercado, tributos e políticas. O mercado se globaliza e há uma forte influência das indústrias globais – indústrias nacionais e locais são adquiridas por grandes conglomerados internacionais, e ocorre a privatização de grande parte dos

serviços essenciais antes prestados pelo Estado, como telefonia, energia, transportes ferroviários, entre outros.

Inicia-se, então, a implementação de políticas regionais a partir das experiências locais.

Uma forma estratégica de o Estado resgatar o controle sobre as suas regiões se desenvolve, através de movimento induzido de apropriação regional e consolidação de identidades próprias, propiciando uma maior autonomia para gerir assuntos de peculiar interesse regional, a partir de agentes que reforçam as bases locais.

No caso do Rio Grande do Sul, foram criados instrumentos legais de flexibilização e participação na gestão, os Conselhos Regionais e delimitadas as regiões. Esta política prevê que os mesmos sejam responsáveis pela definição do caráter de cada região, abrindo a possibilidade de participação na seleção de investimentos prioritários, galgando aos primeiros passos para práticas de gestão compartilhada, gestionada pelo Estado.

A partir destes fatos, apresentamos a seguir um quadro síntese, que nos demonstra, de forma simplificada e resumida os rumos do planejamento regional no Brasil entre os anos 1970 a 2003.

<b>Quadro 01 - Planejamento Regional no Brasil</b>		
<b>Anos 70-80</b>	<b>Anos 80-90</b>	<b>Anos 90-2000</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- De “<i>cima para baixo</i>”</li> <li>- Sistêmico – imposto pelo Estado (regulador e não permissivo)</li> <li>- Discurso técnico multidisciplinar e integrado</li> <li>- Prática através de investimentos que visavam descentralizar e regionalizar o desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crise do planejamento</li> <li>- inexistência de uma política regional de planejamento</li> <li>- planejamento por oportunidades (liberdade e permissividade)</li> <li>- na prática ocorre o desmantelamento das agências regionais de desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- de “<i>baixo para cima</i>”</li> <li>- identidades próprias</li> <li>- estratégias ( os que atraem e os que ofertam) – prática através de incentivos fiscais</li> <li>- discursos sobre planejamento estratégico – transformar as fragilidades em oportunidades</li> <li>- muitas idéias, pouca prática</li> </ul>

Esta nova postura do Estado em relação a questão do planejamento passa a vigorar nos anos 90, a partir da flexibilização da gestão, e torna-se um momento chave na retomada e fortalecimento das questões regionais.

Com isso, os diferentes agentes passam a interagir e é possível analisar diferentes fatores, que do ponto de vista estratégico qualificam uma região.

Dentro desta nova visão, este estudo busca propor, de forma aplicada e crítica, uma estrutura metodológica de identificação das potencialidades de uma região que está passando por um momento de transição, para o delineamento das estratégias de crescimento, para a execução de políticas regionais, para a integração de investimentos nos municípios, para o fortalecimento da Região, visando torná-la competitiva no cenário contemporâneo.

A partir da definição das principais tendências de crescimento regional e os desdobramentos espaciais da Região da Produção, será possível analisar as novas territorialidades do processo de urbanização.

### Objeto de Estudo

A classificação de região adotada para a definição do objeto de estudos (para não entrar no mérito de padrões e parâmetros para conceituação e classificação de região, o que certamente resultaria em um outro trabalho, como por exemplo o *Estudo sobre o Conceito de Região*, de Áurea Breitbach, entre outros) partirá de um trabalho já realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo o acesso aos dados necessários para esta pesquisa.

Existem vários estudos para a classificação de regiões, propostos pelos mais distintos órgãos e instituições de várias instâncias. A seguir vemos algumas classificações de região que, indiretamente, estão relacionadas com a região adotada como objeto de estudo. Em geral estes estudos de classificação e divisão regional são de iniciativa dos governos federal e estaduais, e visam uma regionalização para tratamento integrado de atividades, obras e serviços de interesses comuns.

No âmbito federal, a classificação de regiões que serve de base para a política de distribuição de atividades e serviços é a divisão regional do IBGE (1970), que centra seus estudos na definição das Mesorregiões e Microrregiões Geográficas.

A identificação das mesorregiões foi procedida através do estabelecimento de três parâmetros:

- o processo social – como determinante;
- o quadro natural – como condicionante;
- a rede de comunicação e de lugares – como elemento de articulação espacial.

Como parte das mesorregiões foram definidas microrregiões que apresentavam especificidades quanto à organização do espaço, sendo selecionados para sua identificação os seguintes indicadores:

- estrutura da produção: agropecuária, industrial, extrativa mineral, pesqueira;
- integração espacial: relações em nível local, pela interação entre as áreas de produção e os locais de beneficiamento e distribuição de bens e serviços de consumo freqüente.

Este estudo do IBGE (1970) tem como propósito fundamental a obtenção de dados estatísticos relativos aos censos e visam atender as necessidades de planejamento. Sendo assim, a definição das regiões tem como pré-requisito a homogeneidade das condições naturais e da tecnologia do setor produtivo.

De acordo com o IBGE, o Rio Grande do sul está dividido em 07 mesorregiões e 35 microrregiões geográficas.

Mapa 01 – Rio Grande do Sul – Mesorregiões e Microrregiões Geográficas



Entre os estudos realizados sobre o Rio Grande do Sul, cabe-nos destacar um trabalho pioneiro, intitulado *Programa de Organização Territorial para Fins de Programação Regional e Urbana* (SDO, 1974), que teve por objetivo estudar territorialmente o Estado, tendo em vista a programação regional. Visava a identificação dos centros urbanos, que se constituíam em focos de crescimento, para alocação de recursos e investimentos. Traduziu-se em quatro indicadores síntese, quais sejam:

- Centralidade administrativa – “mediu-se o grau de centralidade das cidades a partir da quantidade e tipologia das funções públicas por ela cumpridas”; (SDO, 1974)
- Tamanho funcional urbano – “em relação à importância de função de localidade central sócio-econômica desempenhada pelos centros, classificaram-se os mesmos segundo tamanhos funcionais distintos resultantes da comparação de múltiplos indicadores e referentes a

*aspectos demográficos, sociais, de equipamentos e de funcionalidade, agrupados a partir de um programa de análise fatorial”.* (SDO, 1974)

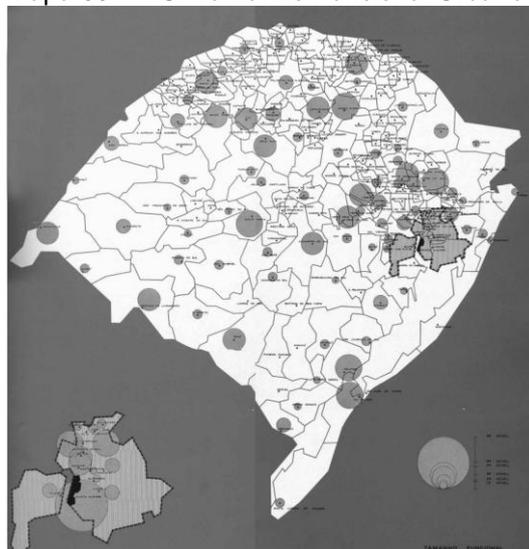
- *Acessibilidade urbana – “para aferir o grau de acessibilidade das cidades, mediram-se as mesmas segundo a tipologia e intensidade de infra-estrutura viária atual e projetada, além da importância que apresentavam com centros de conexão regional.”* (SDO, 1974)
- *Comunicabilidade urbana – “foram estudadas as diferentes formas e graus de comunicação escrita e falada desempenhadas pelas cidades.”* (SDO, 1974)

Mapa 02 – RS: Centralidade Administrativa



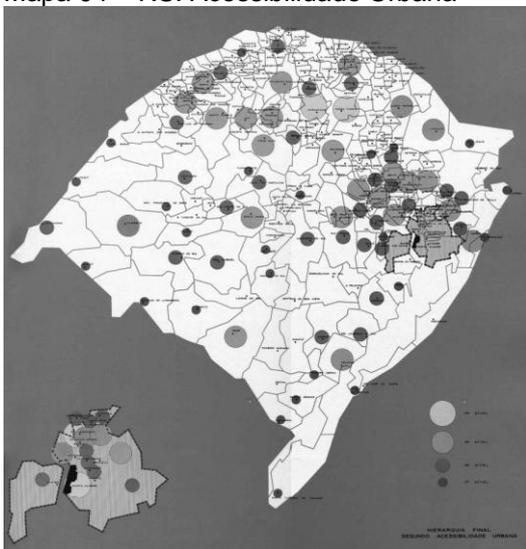
Fonte: SDO, 1974.

Mapa 03 – RS: Tamanho Funcional Urbano



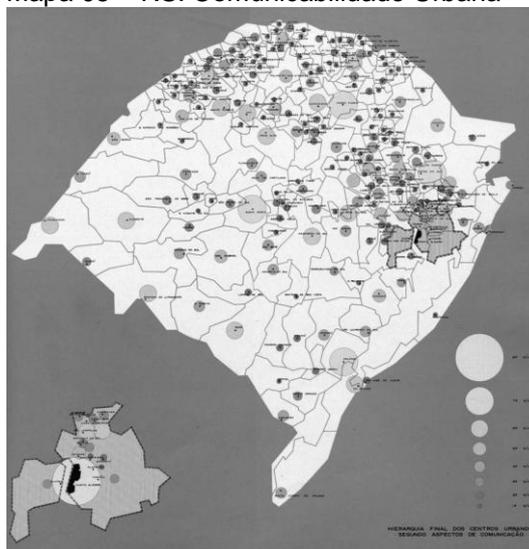
Fonte: SDO, 1974.

Mapa 04 – RS: Acessibilidade Urbana



Fonte: SDO, 1974.

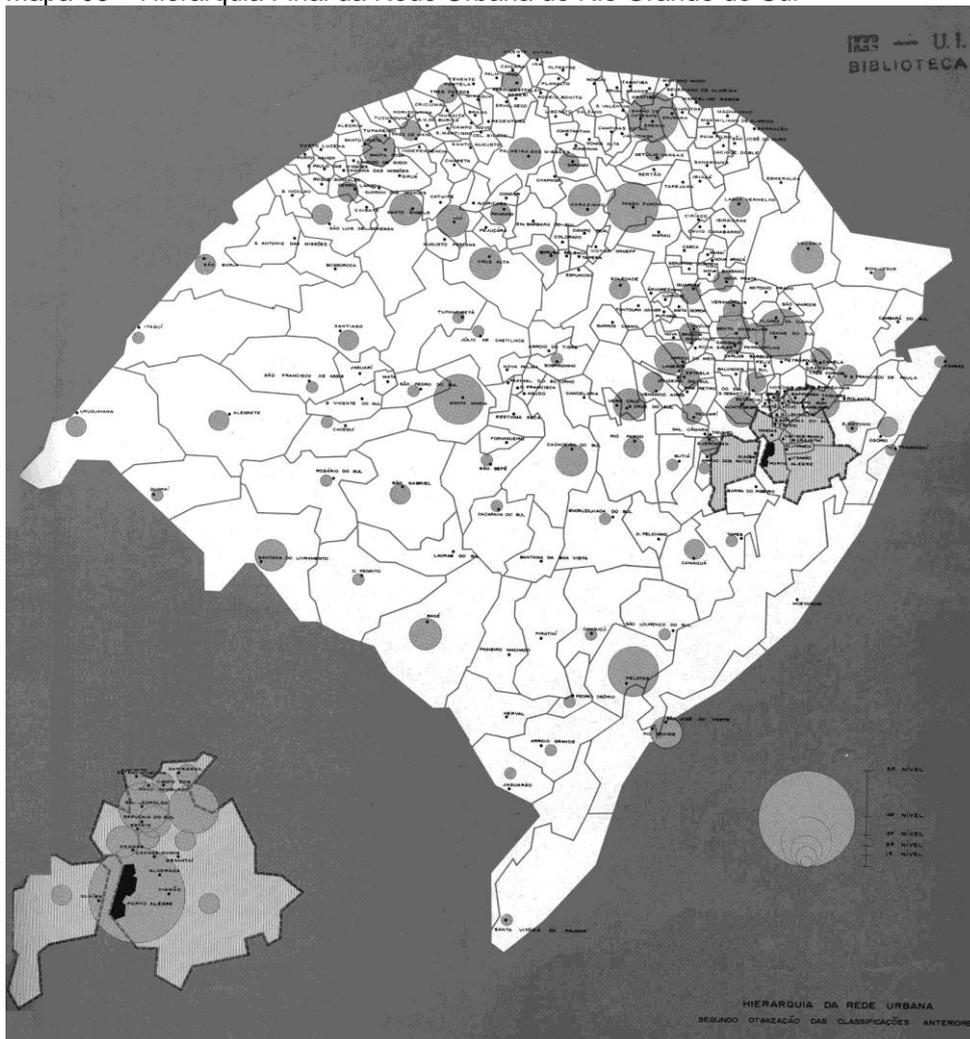
Mapa 05 – RS: Comunicabilidade Urbana



Fonte: SDO, 1974.

Visando o estabelecimento de uma hierarquia final para as cidades do Rio Grande do Sul, a integração das análises setoriais realizadas obedeceu a definição do nível hierárquico dos centros a partir da média dos níveis setoriais previamente ponderados, que vemos na figura abaixo.

Mapa 06 – Hierarquia Final da Rede Urbana do Rio Grande do Sul



Fonte: SDO, 1974.

A região escolhida como estudo de caso é a Região da Produção, segundo classificação dos COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) - Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A classificação que serviu de base para a delimitação espacial da área de estudo é a da *Instituição das Microrregiões do Rio Grande do Sul* como

base de atuação dos Conselhos Regionais, através de Lei Complementar, em cumprimento do art. 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal, e ao estabelecido no art. 16 da Constituição Estadual e em conformidade com o art. 3º, inciso III, da Lei Complementar nº 9.479, de 20 de dezembro de 1991. Este estudo estabelece, inicialmente 20 microrregiões no estado, resultante da observação de critérios técnicos, como os elementos comuns físico-territoriais, sócio-econômicos e político-administrativos.

Este estudo é complementado, em 1994, com a criação dos COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994 e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994, que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; integração dos recursos e das ações do Governo na região; melhoria da qualidade de vida da população; distribuição equitativa da riqueza produzida; estímulo à permanência do homem em sua região; preservação e recuperação do meio ambiente.

Em 1999 o Governo do Estado, através da Secretaria de Coordenação e Planejamento apresenta a *Nova Política de Desenvolvimento Regional* (RIO GRANDE DO SUL, 1999), que objetiva formular uma visão estratégica de Governo materializada em um Plano de Gestão do Território, que oriente as ações governamentais para as 22 regiões pré-estabelecidas pelos COREDES; incentivar o debate regional e a participação popular para definição das potencialidades e prioridades, bem como à reflexão sobre o papel de cada região na busca de alternativas que fomentem o desenvolvimento das regiões do estado; construir uma identidade regional que oriente a tomada de decisão

nas questões de desenvolvimento em cada região do Estado, qualificando a participação popular no processo do Orçamento Participativo Estadual.

Entretanto esta política (que inicialmente foi planejada com vistas à estruturação através de um conjunto de instrumentos que promovessem articulações entre os diferentes setores do Governo, incorporando o Orçamento Participativo, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, a Comunidade Universitária e Científica, as Entidades da Sociedade Civil Organizada e todos os demais agentes sociais) não foi plenamente implantada, retrocedendo em relação ao processo que poderia levar o fortalecimento das regiões como unidades competitivas no cenário mundial contemporâneo.

Todavia este estudo não entrará no mérito desta questão, restringindo-se apenas a utilizar a classificação proposta, que julgamos adequada em função dos critérios adotados para sua seleção (*elementos comuns físico-territoriais, sócio-econômicos e político-administrativos*) e principalmente pela disponibilização dos dados que foram levantados pelos mais diferentes organismos em relação aos COREDES para a viabilização do presente trabalho.

**Mapa 07 – Distribuição Espacial dos COREDES**

01. Alto Jacuí	12. Nordeste Colonial
02. Campanha	13. Norte
03. Central	14. Paranhana Encosta da Serra
04. Centro-Sul	<b>15. PRODUÇÃO</b>
05. Fronteira Noroeste	16. Serra
06. Fronteira Oeste	17. Sul
07. Hortênsias	18. Vale do Caí
08. Litoral	19. Vale do Rio dos Sinos
09. Médio Alto Uruguai	20. Vale do Rio Pardo
10. Missões	21. Vale do Taquari
11. Nordeste	22. Metropolitano / Delta do Jacuí

Fonte: SCP - Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento/RS (2001)



## 1.2 Problematização

O mundo contemporâneo apresenta transformações cada vez mais intensas e velozes. O território organiza-se a cada momento de maneiras diversas, atendendo as demandas da produção capitalista.

Este momento é marcado pela *“crescente internacionalização da economia capitalista com uma total interdependência das diferentes economias nacionais e uma nova divisão internacional do trabalho”*. (CASTELLS, 1986)

No mundo globalizado as cidades se integram em sistemas mundiais de produção, comunicação e intercâmbio, que não seguem uma lógica de continuidade territorial. Entretanto, quanto mais os processos modernos de produção se espalham por todo o mundo, mais a produção se especializa regionalmente.

A apropriação do espaço pela sociedade se dá de diversas maneiras, obedecendo ao mecanismo de mercado, às decisões políticas ou a procedimentos informais de controle social, relacionados com o surgimento e a incorporação às práticas de vida cotidianas, de novas dimensões culturais, econômicas, históricas e naturais.

A região é o símbolo destas práticas e das relações de poder que, mediatizadas pelo Estado, atravessam a sociedade em determinado momento.

Uma região é formada por articulações específicas entre diversas variáveis, como a população e seus ritmos, as estruturas de capital e trabalho, a base fundiária, os processos e comercializações, entre outras. Essas

articulações se alteram de acordo com a evolução do processo produtivo, sendo que a cada mudança do mesmo, as regiões se desestruturam.

*“...Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia. Estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição.” (SANTOS, 1997)*

A compreensão de uma região está diretamente conectada à compreensão do desenvolvimento e crescimento do setor produtivo com vinculações globais, nacionais, inter e intra-regionais, e o impacto disto na expansão territorial, através da implantação / desenvolvimento das “indústrias” de empreendimentos, no âmbito industrial, agro-industrial, agrícola, educacional e de infra-estrutura e serviços.

Pretende-se neste trabalho identificar as tendências de crescimento regional (no caso através do estudo da Região da Produção), a partir das transformações do contexto sócio-econômico perante a lógica da ordem mundial contemporânea. Em função disto este estudo está caracterizado pela análise de dois períodos distintos, 1970-1987 e 1988-2003. A compreensão destas tendências passa pela identificação das transformações dos modos de produção e desenvolvimento.

Buscamos, com isso, a construção de uma metodologia de análise do crescimento das estruturas urbanas dos municípios dentro do contexto regional, levando em consideração os fenômenos econômicos, sociais e políticos que se apresentaram e se apresentam na região.

Este estudo tem por objetivo estabelecer os conceitos para a caracterização da Região e a construção de uma metodologia para a análise, a partir das mudanças nas bases produtivas regionais e dos impactos destas na estruturação da região, explicitando, ainda, os desdobramentos decorrentes e apresentando as áreas dinâmicas, as áreas estagnadas e as tendências de evolução econômica e espacial e seus reflexos sobre a estrutura físico-territorial dos municípios.

A finalidade é detectar as novas espacialidades e territorialidades do processo de urbanização, a partir da consideração dos processos de desconcentração e aglomeração induzidas pelas transformações espaciais, das relações dos municípios intra-região (projetos de infra-estruturas e investimentos públicos), novos investimentos privados e traços contemporâneos de urbanização.

### **1.3 Estruturação**

Para isto, o presente trabalho foi estruturado a partir de referenciais teóricos, não definitivos, de modo que permitisse a compreensão do contexto contemporâneo, do “global” ao “local”, no estudo de caso a ser apresentado a seguir.

Assim, o Capítulo 1 contém as bases teórico-conceituais deste estudo, que auxiliam na busca de uma compreensão do espaço contemporâneo e dos elementos que o compõe e o estruturam. Inicialmente falaremos brevemente a respeito da questão regional, do regionalismo (a partir de Klink, [2001], que nos

apresenta um panorama de duas visões distintas, a globalista e a regionalista, que apesar de opostas, não são excludentes, e fundamentais para a compreensão do espaço contemporâneo) e da análise regional e seus impactos na estrutura física (urbana).

A seguir, a partir de uma visão a respeito da estrutura do espaço (CASTELLS, 1983, 1993, 1998), discorre-se sobre os modos de articulação espacial dos elementos básicos da estrutura social, fundamental para a estruturação do espaço urbano-regional.

A seguir, será apresentado um panorama geral da dinâmica econômica espacial, a partir da obra de Benko (1999), caracterizando as transformações nas últimas décadas do “cenário” mundial, a reestruturação do capitalismo, e de seus reflexos no espaço urbano e regional.

Ainda neste capítulo será abordada a questão do crescimento, através das considerações a respeito do crescimento urbano, seus critérios de avaliação (demográfico, econômico e espacial), segundo Carrion (1996) e dentro da questão espacial do crescimento urbano, estudaremos brevemente as questões morfológicas (forma urbana) dos municípios da Região nos dois períodos da análise, a partir de Panerai (1983) e as suas causas, a partir de Solà-Morales i Rubió (1997).

Fica claro, dentro dos aspectos tratados até o momento, a importância do tempo na reestruturação do espaço urbano e regional. Para isso foi

fundamental a busca de uma teoria que revolucionou<sup>1</sup> o estudo da história, do francês Braudel, que define a questão do tempo histórico e a “Longa Duração”. Como conclusão deste capítulo, apresentamos a proposta de construção da metodologia de análise, a partir das teorias apresentadas.

O capítulo 3 apresenta uma breve descrição da constituição do território. Inicialmente, através de uma caracterização do território, suas características físicas e organizacionais. E a segunda parte do capítulo trata da formação do território norte do Rio Grande do Sul, onde se localiza a Região da Produção e a formação e estruturação de sua rede urbana.

O capítulo 4 trata da demonstração da aplicação da metodologia proposta sobre o estudo de caso escolhido, configurando-se na análise dos dois períodos no qual este estudo concentra seus esforços na análise da Região da Produção/RS. Inicialmente apresenta a divisão dos períodos, passando posteriormente para a análise de cada um deles, com a descrição dos fatores que configuram o crescimento urbano e a caracterização da rede urbana regional em cada período.

Já o capítulo 5 apresenta as considerações finais deste estudo, com a análise da metodologia construída a partir das bases conceituais deste estudo, e os resultados obtidos na análise da estruturação do espaço urbano-regional da Região da Produção entre 1970 e 2003.

---

<sup>1</sup> Segundo Reinato (2001), “a Revista dos Annales, com Fernand Braudel encontrou o revitalizador da história, por meio, especialmente, de sua teorização sobre o tempo. A história braudeliana pretendia ser o ponto de confluência das outras ciências humanas, no entanto, superior, em virtude dessa forma de pensamento espaço-temporal. Braudel continua, portanto, a posicionar a história como o ponto central da ‘federação’ das ciências humanas. Sutilmente, propõe a interdisciplinaridade como forma de convívio pacífico (...) ao se deslocar o objeto da história da figura do homem para a natureza (como fez Braudel) e para a ‘civilização material’, os Annales mais uma vez inovaram com muita ousadia. Essa fase possibilitou o desenvolvimento da história estatística, quantitativa e regional. O resultado que se seguiu foi o desenvolvimento da história demográfica e serial”.

2

**A estruturação do espaço urbano-regional no contexto contemporâneo: um breve panorama global-local dos reflexos espaciais da reestruturação do capitalismo**

O mundo contemporâneo se originou através de três processos independentes: a revolução da tecnologia da informação, a crise econômica tanto do capitalismo como do estatismo e suas reestruturações posteriores e o levante de modelos sociais e culturais, como o antiautoritarismo, a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente (CASTELLS, 1998).

Tais transformações promoveram o surgimento de uma nova sociedade, baseada nas relações de produção.

Este mundo, como um todo, tornou-se uno para atender as novas maneiras de produzir. Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização (SANTOS, 1997).

Aparecem as novas lógicas de crescimento regional, em função da globalização, sendo esta interpretada como a origem das diferenças.

Algumas facilidades podem vir a definir quais as regiões que poderão se desenvolver e sobressair no mundo globalizado. Estas são explicitadas por Alejandro Zaera Pólo (1998), no artigo *La organización material del capitalismo avanzado*, onde explica que

*“os centros urbanos evoluem desde pólos de atração cujo êxito depende de sua oferta de facilidades específicas para atrair certas atividades. Estas facilidades são: melhora de transporte e comunicações, facilidades educativas e de investigação desenvolvidas, sistemas de crédito e vantagens fiscais mais confiáveis.” (PÓLO, 1998)*

## 2.1 A questão regional

As diversas práticas de apropriação do espaço pela sociedade obedecem a mecanismos de mercado, decisões políticas ou procedimentos informais de controle social, relacionados com o surgimento e a incorporação às práticas de vida cotidianas, de novas dimensões culturais, econômicas, históricas e naturais.

Não existe, portanto, teoria espacial que não seja parte integrante de uma teoria social mais ampla e, tanto a região quanto a paisagem, compreendidas como entidades espaciais portadoras de funções sociais, não são produtos, mas processos de conferir ao espaço significados e finalidades, a partir dos padrões culturais vigentes.

A região, enquanto categoria espacial, mostra uma determinada relação teórica entre os elementos do espaço – homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e a infra-estrutura. Essa relação se estabelece tanto a partir da atuação da sociedade, que a define por meio de critérios sociais, econômicos e culturais, quanto a partir da atuação do Estado, que a define por meio de critérios políticos e administrativos.

Uma região é formada por articulações específicas entre as diversas variáveis, como por exemplo, a população, seus ritmos, a base fundiária, as estruturas de capital e trabalho, os processos de comercialização, etc. Essas articulações se alteram de acordo com a evolução do processo produtivo.

A análise regional busca compreender as relações espaciais e sócio-econômicas que ocorrem em uma região, tendo como pano de fundo sua geografia (física e humana).

A economia regional pode ser descrita, entre outros conceitos, como a análise da coerência e da dispersão espacial das atividades econômicas. Entretanto, a economia regional consiste no estudo da localização geográfica dos recursos escassos. Entende-se que as atividades econômicas não estão caoticamente distribuídas, mas apresentam uma certa ordem e estruturação, que podem ser estudadas dentro de uma perspectiva espacial.

O elemento “espaço” pode ser entendido basicamente de duas formas, no âmbito da análise regional: como espaço geográfico, meio físico associado à ocupação humana, ou como espaço econômico, com delimitação que possivelmente diverge da geográfica (como por exemplo, composto de parcelas geograficamente descontínuas). Uma região está associada a um espaço correspondente, um meio físico delimitado e contíguo, delimitado por fronteiras arbitrariamente definidas. No entanto, a definição dos “limites da região” é, na prática, arbitrária, pois depende dos interesses de cada estudo, e as fronteiras consideradas podem ou não coincidir com os limites políticos ou físicos, de acordo com a característica principal em tela.

Os conceitos de região podem ser extraídos sob vários pontos de vista, considerando-se funcionalidade, uniformidade, homogeneidade ou princípios administrativos, acarretando diferentes conceitos.

### **2.1.1** | ***O novo regionalismo***

O novo regionalismo aparece no cenário internacional nos últimos anos como centro do debate a cerca da importância das cidades e regiões na economia mundial em detrimento da posição do Estado-nação. A região seria o espaço privilegiado para lidar com as novas demandas relacionadas com o desenvolvimento econômico local e a diversificação cultural que surgem no cenário da globalização.

As principais vertentes deste novo regionalismo são duas, a vertente globalista e a vertente regionalista, sendo sua principal divergência as relações com a política pública das cidades e regiões (KLINK, 2001).

A vertente globalista se desenvolve a partir de 1950, baseando-se na homogeneização do espaço, mobilidade de fatores de produção e concorrência entre lugares. Na década de 90 ganham espaço, através de trabalhos baseados no surgimento de rede de cidades e regiões conectadas entre si numa sociedade global baseada no fluxo de informações. Seus representantes teóricos mais significativos são Borja e Castells (trabalhos para Europa e América Latina) e Saskia Sassen, cujo trabalho gravita em torno das questões das cidades mundiais.

A vertente regionalista ressalta a perspectiva da re-territorialização do desenvolvimento econômico no contexto da nova economia internacional globalizada. A re-territorialização deve ser entendida como um processo que garanta certas condições econômicas, políticas, sociais e culturais que se concentram espacialmente num determinado local. Estas condições

proporcionaram uma especificidade do local, que não pode ser substituída de imediato através de estratégias locacionais. Entre os principais trabalhos deste grupo destacam-se as análises sobre a Terceira Itália e o Vale do Silício. Os principais representantes desta vertente são Piore e Sabel, A Escola Californiana (Allen, Scott, Storper), Krugman, Benko, entre outros.

*“Para a vertente globalista, a principal tarefa da política pública é a inserção da cidade-região na economia mundial de fluxos. A principal variável de referência está relacionada com a dinâmica socioeconômica e política fora do território, como, por exemplo, a desregulamentação financeira e comercial na escala global e o aumento (...) dos fatores de produção e dos fluxos de informações. Já a vertente regionalista enfatiza uma política pública que é elaborada a partir das particularidades do próprio ambiente local, (...) ou mundo de produção regional, que se define em termos de um conjunto de normas e convenções entre os atores regionais para a coordenação da atividade econômica regional” (KLINK, 2001, p. 44-45).*

## 2.2 A produção social do espaço

### 2.2.1 Castells e a estrutura do espaço

Castells (1993) utiliza o termo *estrutura do espaço* para descrever o modo particular no qual elementos básicos da estrutura social são articulados espacialmente. Segundo o autor as sociedades são organizadas em volta de processos humanos estruturados por relacionamentos historicamente determinados entre produção, experiência e poder.

A teoria de Castells é determinada por alguns elementos fundamentais:

(1) a distinção entre modo de produção e formação social;

(2) conceito do modo de produção constituído por três níveis relativamente autônomos;

(3) reconhecimento de um nível como dominante – determinado na última instância pelo econômico;

(4) explicação do sistema de mudanças nos termos de identificação da estrutura contraditória que são expressas dentro e entre as práticas de classes.

A *produção* é entendida como ação humana na matéria para apropriá-la e transformá-la em seu benefício, obtendo um produto, consumindo parte dele (distribuído desigualmente) e acumulando o excedente para a realização de investimentos segundo metas socialmente determinadas. Já a *experiência* é vista como uma ação humana dentro das várias dimensões de sua entidade

biológica e cultural, na busca da realização das suas necessidades e desejos. Enquanto isso, o *poder* é explicado por Castells como uma relação entre as pessoas que, com base na produção e na experiência, impõe a vontade de algumas sobre outras, pelo potencial ou pelo uso da violência.

A organização da produção se dá em relações de classe que definem o processo pelo qual os especuladores se apropriam do excedente dos produtos. E o poder é construído dentro do estado, como monopólio institucionalizado da violência no aparato estatal, assegurando a dominação dos donos do poder em cima de seus interesses.

O produto está dividido em duas categorias:

- Reprodução: da força de trabalho, das instituições sociais e da reprodução dos meios de produção e seu suporte tecnológico básico.
- Excedente: consumo e investimento

Mesmo dando certos privilégios às tendências econômicas nas manifestações espaciais, o autor destaca dois aspectos na organização do espaço: o ambiente construído – dispersão dos habitantes - e a padronização da sociedade e do espaço – atividades e sua espacialidade. Nessa dinâmica, o Estado tem um papel fundamental, fornecendo subsídio ao capital, coordenando a produção de bens e serviços coletivos, regulando a produção e promovendo a reprodução da força de trabalho.

*“Analisar o espaço como uma expressão da estrutura social equivale pois a estudar sua formação por elementos do sistema*

*econômico, do sistema político e do sistema ideológico, e por suas combinações e pelas práticas sociais que derivam delas. (...) Colocar a questão da especificidade de um espaço e particularmente do espaço urbano, equivale a conceber relações entre os elementos da estrutura social dentro de uma unidade definida numa das instâncias da estrutura social.” (CASTELLS, 1980, p.220)*

De acordo com Cruz (1984, 1992), que analisa o espaço urbano de Pelotas utilizando como base metodológica Castells, os três sistemas podem ser assim caracterizados:

- Sistema Econômico: organiza-se basicamente em torno das relações da força de trabalho e dos meios de produção.

*“A análise do espaço a partir dos elementos do sistema econômico será efetuada a partir da produção, do consumo e do intercâmbio. Entendemos no elemento produção todos os espaços que abrigam atividades produtivas essencialmente, ou seja, atividades produzidas essencialmente, ou seja, atividades que produzem mercadorias, bens com valor de uso e de troca. Tais espaços podem ser urbano ou rural, e seriam, por exemplo, as fábricas, as chácaras, etc., expressões espaciais dos meios de produção. O elemento consumo, expressão espacial da força de trabalho, é representado pelos espaços habitacionais, de saúde, ensino, recreação, etc. tudo que represente, em nível espacial, a satisfação de necessidades coletivas. Intercâmbio é o elemento do sistema econômico que, no nível espacial, está expresso tanto pela infra-estrutura física de apoio à realização da produção e do consumo (sistema viário, transportes, etc.), como pela infra-estrutura de trocas e comercialização, representadas pelos estabelecimentos comerciais, bancários, etc.” (CRUZ, 1992, p.109)*

- Sistema Político-Institucional: sua expressão no espaço vai se dar a partir de duas formas: através da delimitação do espaço (vilas, cidades, municípios, distritos, etc.) ou através da ação sobre a organização econômica do espaço através da regulamentação exercida pelas instituições sobre os elementos do sistema econômico, compreendendo nele sua tradução espacial (processo de gestão)

- Sistema ideológico: seus elementos são constituídos pelo conjunto de signos pelos quais a sociedade assinala no espaço o seu sistema de valores.

*“Cabe a análise, nos espaços urbanos (...) dos significantes – representações, formas representativas de uma idéia - e dos significados, ou seja, da própria idéia ou pensamento que se expressa através da forma (significantes). Propõe-se, na análise do espaço construído, uma verificação nas formas espaciais que supomos as mais representativas em termos de conteúdos ideológicos, quais sejam, os centros urbanos, os monumentos, (...)” (CRUZ, 1992, p.110)*

Castells considera a urbanização como produção social de formas espaciais, em que a concentração da população, a concentração espacial das atividades, os valores culturais, as atividades industriais, as aglomerações definem um sistema relacional característico da sociedade industrial capitalista (SOJA, 1993, *apud* TEDESCO, 1998).

Nesse sentido, além de elementos simbólicos (gestão imbricada de significados ideológicos e como exercício de poder), funções como produção e consumo estariam inseridas numa estrutura, num conjunto de realizações espaciais derivadas do processo de reprodução da força de trabalho, que tem na troca a materialização das transferências entre ambos os processo (produção e consumo).

### ***Os modos de produção e desenvolvimento***

Os modos de produção<sup>2</sup> definem as classes sociais baseadas nas relações sociais de produção. Os dois modos de produção existentes na sociedade contemporânea são o estatismo e o capitalismo.

---

<sup>2</sup> Princípio estrutural pelo qual o excedente é produzido e apropriado, designando seu beneficiário, isto é, a classe dominante.(CASTELLS, 1993)

No capitalismo, a separação entre os produtores e os meios de produção, a mercantilização do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção baseados no controle do excedente de mercadorias (capital) determinam o princípio básico de apropriação e distribuição do excedente pela classe capitalista, não necessariamente para seu benefício exclusivo, mas para os processos de investimento e consumo decididos pela classe no contexto específico de cada unidade de produção.

Já no estatismo, o controle de excedente é realizado pelos detentores do poder, no estado, externo à esfera econômica, quer dizer, no aparato que beneficia o monopólio institucional da força e coerção.

Enquanto o capitalismo é orientado para a maximização dos lucros, isto é, para o aumento da quantia e da proporção dos excedentes expropriados com base no controle dos meios de produção, o estatismo é orientado para a maximização do poder, isto é, para aumentar a capacidade militar e ideológica do aparato político para impor suas metas sobre um maior número de assuntos e aprofundar níveis de consciência.

Sendo a esfera econômica a âncora do capitalismo, os modos de produção tendem a organizar a sociedade em torno de sua lógica. Qualquer mudança na forma de reprodução e expansão do capital afeta a sociedade, devido a preponderância das relações sociais capitalistas na estrutura de classes e sua influência na cultura e na política.

O uso dos meios de produção, através das aplicações de arranjos tecnológicos e de conhecimento pelos trabalhadores, para gerar um produto,

tendo controle sobre o nível excedente, é denominado de *Modo de Desenvolvimento*.

Os modos de desenvolvimento são definidos pela determinação da produtividade nos processos de produção, e segundo Castells(1993) se dividem em:

- Agrário: aumentos no excedente resultam de aumentos quantitativos em trabalho e meios de produção, inclusive terra.
- Industrial: aumentos no excedente resultam da introdução de novas fontes de energia e na qualidade do uso de tal energia. Meta: crescimento econômico, isto é, maximizar a produção.
- Informacional: a fonte de produtividade repousa na qualidade do conhecimento, outro elemento intermediário no relacionamento entre trabalho e meios de produção. O conhecimento intervém no conhecimento para gerar maior produtividade. Meta: desenvolvimento tecnológico, isto é, acumulação de conhecimento.

As relações sociais de produção definem modos de produção – referindo-se ao princípio de organização social enquanto as relações técnicas de produção definem modos de desenvolvimento – referindo-se à infraestrutura tecnológica da sociedade. São planos analíticos diferentes, que interagem estruturalmente de forma complexa e significativa, constituindo um elemento fundamental na dinâmica da sociedade.

Os modos de produção evoluem com o processo de mudança histórica, transformando-se para responder aos conflitos sociais, crises econômicas e

mudanças políticas através da reorganização que inclui a utilização de novas técnicas, que podem cercar um novo modo de desenvolvimento.

Assim, os modos de desenvolvimento evoluem de acordo com uma lógica própria, não respondendo mecanicamente a demanda dos modos de produção, tendendo a ter sua estrutura e orientação moldadas por processos de reestruturação.

A reestruturação é entendida como o processo pelo qual os modos de produção transformam seus meios organizacionais para manter inalterados seus princípios estruturais de desempenho.

A convergência entre mudança social e mudança tecnológica conduz ao aparecimento de um novo paradigma tecnológico e de um novo modo de desenvolvimento.

### ***O modo informacional de desenvolvimento***

A coincidência histórica da reestruturação do capitalismo e a ascensão do modo informacional de desenvolvimento criou uma convergência estrutural que resulta na formação de um específico paradigma tecno-econômico.

O modo informacional de desenvolvimento é composto por duas dimensões: a tecnológica e a organizacional. Ambas foram fundamentais ao dar lugar a uma nova forma de capitalismo que, em troca, tem estimulado e suportado a revolução tecnológica e adotado novas formas de organização.

As novas tecnologias de informação tem sido decisivas na implementação dos três fundamentais processos de reestruturação do capitalismo:

- Aumento da taxa de lucro
- As novas tecnologias também são um instrumento poderoso de pressão na acumulação e dominação das funções de intervenção estatal.
- O processo de *internacionalização da economia* nunca poderia ocorrer sem as dramáticas inovações em tecnologias de informação. Avanços em telecomunicações, fábricas flexíveis que permitem simultaneamente a estandardização e a padronização e novas tecnologias em transportes emergindo para o uso de computadores e novos materiais, criou a infraestrutura material para a economia mundial, como a construção do sistema de rodovias que proveu a base para a formação dos mercados nacionais no Século XX.

Os componentes *organizacionais* do modo informacional de desenvolvimento também são características fundamentais no processo de reestruturação. Podem ser distinguidos em três principais características organizacionais, cada uma afetando as três dimensões do processo de reestruturação:

- Há uma crescente *concentração de geração de conhecimento e processos de decisão em organizações de alto-nível* na qual a informação e a capacidade de processamento são concentrados.

- A segunda maior característica organizacional do modo informacional preocupa-se com a *flexibilidade* do sistema e o relacionamento entre suas unidades, já que a flexibilidade tanto é requerida como é uma possibilidade oferecida pelas novas tecnologias de informação.

- Uma terceira fundamental característica organizacional do modo informacional é a mudança de grandes corporações *centralizadas* para redes de cadeias *descentralizadas* levando a uma pluralidade de tamanhos e formas de unidades organizacionais.

*“Cadeias, com base nas novas tecnologias de transformação, provêm a base organizacional para a transformação dos relacionamentos baseados socialmente e espacialmente na produção dos fluxos de informação e do poder que articula o novo sistema flexível de produção e administração. A reestruturação do capitalismo tem usado o potencial adaptável das cadeias organizacionais para achar fôlego para sua energia “criativo-destrutiva”, até agora estrangida pelos laços sociais e políticos infligidos nisso por uma sociedade relutante a ser mais uma mercadoria. O espírito de libertação do capitalismo finalmente se achou à vontade na última fronteira onde as cadeias organizacionais e os fluxos de informação dissolvem locais e substituem sociedades. Informacionismo e capitalismo fundiram-se historicamente em um processo de reestruturação tecno-econômica cujas conseqüências sociais durarão além dos eventos sociais e circunstâncias políticas que ativaram as decisões que conduziram ao seu desenvolvimento nos anos oitenta.” (CASTELLS, 1993)*

### **O Espaço de Fluxos**

O espaço está sendo transformado sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica. Este espaço de fluxos, segundo Castells(1999), “é a *organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos.*”

O espaço de fluxos, como a forma material de suporte aos processos e funções dominantes na sociedade informacional, pode ser descrito pela combinação de 03 camadas de suporte material, que juntas constituem o espaço de fluxos (CASTELLS, 1999):

- o primeiro suporte material do espaço de fluxos é constituído por um circuito de impulsos eletrônicos
- a segunda camada do espaço de fluxos é constituída por seus nós (centros de importantes funções estratégicas) e centros de comunicação
- a terceira camada refere-se à organização espacial das elites gerenciais dominantes que exercem as funções direcionais em torno das quais esse espaço é articulado.

Dentro deste espaço de fluxos, a hierarquia do local se dá pelo papel que este exerce em relação aos níveis:

- serviços avançados de decisão
- pesquisa e desenvolvimento
- qualificação da fabricação
- qualidades atrativas, como conexão e incentivos
- locais de consumo

## 2.3 Espaço e Economia: uma nova dinâmica no cenário mundial

### 2.3.1 Panorama Geral

A compreensão do cenário contemporâneo passa pela reestruturação do capitalismo, que sofre modificações, A Grande Depressão dos anos Trinta conduziu a eclosão da Segunda Guerra Mundial, iniciou um processo de reestruturação que conduziu ao aparecimento de uma nova forma de capitalismo, muito diferente do modelo de *laissez-faire* da era da pré-Depressão. Este novo modelo capitalista, freqüentemente caracterizado pelo termo "Keynesianismo" conduziu a três principais modificações estruturais (Castells, 1993):

- Pacto social entre capital e trabalho:
  - troca das relações de estabilidade e capitalistas baseadas nos processos de trabalho para a produtividade;
  - reconhecimento dos direitos de organização do trabalho e da força de trabalho;
- Regulamentação e intervenção do Estado na esfera econômica:
  - responsabilidade do Estado (gastos públicos) no processo de acumulação, estímulo e demanda;
  - absorção do lucro do trabalho pelo acréscimo dos empregos públicos.
- Controle da ordem econômica mundial:
  - Criação do FMI;
  - Imposição do dólar como moeda corrente internacional;
  - Controle dos suprimentos e preços de matéria-prima e energia.

Este capitalismo, regulado pelo Estado, assegurou um crescimento econômico sem precedentes, ganhos em produtividade e prosperidade nos países-núcleo por aproximadamente um quarto de século. Em retrospecto, a história considerará estes anos provavelmente como a idade dourada de capitalismo ocidental.

Esses elementos estruturais em favor do dinamismo desse modelo são os mesmos fatores que conduziram a sua crise nos anos setenta, sob a tensão das suas contradições, expressadas através da inflação excessiva, que rompeu o processo de circulação, e sob a pressão dos movimentos sociais e luta de classes, cujo resultado social bem sucedido e demandas de salário baixaram a taxa de lucro.

Para uma melhor compreensão das alterações no cenário mundial, apresentamos a seguir um quadro síntese baseado no capítulo *Leitura socioeconômica do fim do século*, da obra *Economia, Espaço e Globalização*, de Georges Benko (1999).

<b>Quadro 02 – Cenário Mundial</b> - Montagem do autor, baseado em Benko, 1999.	
<b>Anos 50-60</b>	<b>Anos 80</b>
<p>Características: crescimento forte e regular</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reflexão econômica voltada aos problemas de gestão macroeconômica</li> <li>- tentativa de manter o pleno emprego e crescimento</li> <li>- Produção em massa – apogeu de um sistema que se implantou no século XIX. (Piore &amp; Sabel, <i>apud</i>: Benko, 1999)</li> <li>- Anos 50-60 são considerados como período de acumulação fordista (fordismo como tentativa de estenderização da produção de bens de consumo. (Lipietz, 1988, <i>apud</i>: Benko, 1999)</li> </ul>	<p>Características; surgimento de um novo capitalismo, com variações nacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A apropriação através do capital de uma grande e significativa parte do excedente do processo de produção.</li> <li>- Uma substancial mudança no padrão da intervenção do estado, com ênfase deslocada da política de legitimação e redistribuição social para a política de dominação e acumulação do capital.</li> <li>- A acelerada internacionalização do processo econômico aumenta a lucratividade e abre os mercados através da expansão do sistema.</li> </ul>
<b>Anos 70</b>	<b>Anos 90</b>
<p>Características: países industrializados passam por sérias dificuldades econômicas e sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- crise</li> <li>- grande dimensão e processo de concentração espacial da produção</li> <li>- indústria: modelo de organização baseado na extensão progressiva do fordismo</li> <li>- Os anos 70 conheceram três choques inflacionistas: uma penúria de emprego em crescente agravamento, penúrias cerealíferas e enfim o aumento do petróleo em 1973, seguido de nova alta em 1979. Estes choques destruíram o modo de regulação da inflação. Além disso as taxas de câmbio flutuantes tinham desviado os capitais do investimento para a especulação.</li> <li>- políticas deflacionistas;</li> <li>- crescimento moderado, baixos ganhos de produtividade e aumento do desemprego;</li> <li>- saturação dos mercados nacionais para os bens fabricados em série, gerando trocas entre os países industriais;                         <ul style="list-style-type: none"> <li>- internacionalização da economia da produção de massa;</li> </ul> </li> </ul>	<p>Características: mudanças significativas das economias avançadas</p> <p>É possível apontar-se as mudanças significativas pelas quais passaram as economias avançadas nos anos recentes desde a década de 80, como incluindo, entre outros aspectos, particularmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a elevação da internacionalização das atividades econômicas;</li> <li>- a crescente integração da indústria manufatureira com a de serviços;(Sassen, 1991)</li> <li>- a demanda crescente na indústria por uma força de trabalho mais qualificada, porém com muitos trabalhos rotineiros sendo eliminados pela mudança tecnológica;</li> <li>- a crescente complexidade e volatilidade do consumo;</li> <li>- uma mudança no papel da intervenção governamental.</li> </ul> <p>Estas transformações foram interpretadas como uma modificação da sociedade fordista baseada na produção e consumo de massa em grande escala, apoiada pela demanda dos gastos governamentais para o gerenciamento de suas funções.</p>

## **A crise do Fordismo**

O fordismo<sup>3</sup> fundamentou-se por uma produção industrial estandardizada, apoiada num consumo de massa – que permitiu o desenvolvimento da produção em massa – e em seu estabelecimento com a ajuda de forte intervenção do Estado visando regular a demanda efetiva em virtude do crescimento da produção. No plano político, essa intervenção se traduziu na emergência do Estado-providência. Este tipo de organização econômica fordista atingiu os próprios limites no fim dos anos 60, entrando então numa crise. Ao mesmo tempo, desde os anos 80, observam-se os primeiros sinais do advento de um novo período de desenvolvimento do capitalismo, fundada numa flexibilidade crescente, tanto no nível econômico como no social. É essa observação que levou vários autores a chamar o novo período pós-fordista em emergência de regime de acumulação flexível.

*“A passagem para um novo regime de acumulação acompanha-se de mudanças fundamentais multiformes nos modos de produção e de consumo, nas transações e nos mecanismos institucionais de regulação das relações sociais. Eles induzem uma reestruturação espacial da sociedade inteira, redefinição do conteúdo ideológico dos espaços, estabelecimento de nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e de consumo, etc.” (BENKO, 1999, p.29)*

É fundamental compreender que a crise mundial do fordismo não tem em sua origem uma causa única, mas dois tipos de encadeamentos desestabilizadores que se sobredeterminaram um ao outro. Importa compreender o desenvolvimento da crise como articulação de “causas internas” (a crise do próprio modelo de desenvolvimento, principalmente do

---

<sup>3</sup> Modelo de desenvolvimento/regime de acumulação, que surge como resultado macroeconômico do funcionamento de um modo de regulação, com base num modelo de industrialização (LIPIETZ, 1988, *apud* BENKO, 1999)

lado da oferta) e de “causas externas” (a internacionalização econômica, que compromete a gestão nacional da demanda).

As mudanças geográficas dos espaços de produção coincidem com mutações maiores da organização da produção, que são por sua vez provocadas pelas exigências do novo regime de acumulação.

A introdução de técnicas de produção flexíveis, assim como de uma variedade de novos produtos, abriu perspectivas na reorganização do processo de produção global, exigindo uma reorganização profunda das funções de produção e de circulação na economia.

As formas pós-fordistas de produção emergiram desde os anos setenta, quando a indústria passou a utilizar nova tecnologia e uma força de trabalho mais flexível para responder mais rapidamente às mudanças do mercado e à competição internacional, encorajada por novas formas de governo que se retirava de funções empresariais e restringia suas funções produtivas. (MARSHALL; WOOD, 1996)

A crescente proeminência dos serviços e suas contribuições relevantes e multifacetadas para a mudança estrutural têm como origem:

- a importância da crescente interdependência entre a produção de bens e serviços, pelo fato de que qualquer produto material ou de serviço é criado por uma seqüência complexa de trocas materiais e de serviços que envolve fornecedores e consumidores, incluindo subcontratados e consultores;

- o valor da especialização em serviços no capitalismo dos finais do século vinte, que contribui para a manipulação de matérias-primas, informação, capital e trabalho, em qualquer atividade de produção ou consumo. Interpretar o mundo tornou-se uma tarefa mais complexa, a produção de bens e serviços tornou-se mais capital-intensiva e o papel destes serviços especializados então se intensificou; c) a forma pela qual as mudanças técnicas criam novas oportunidades para a exploração da especialização em serviços; d) a maneira pela qual as qualificações e especializações para atividades de serviços que estão presentes na força de trabalho influenciam significativamente os padrões locacionais.

O recrudescimento da internacionalização dos serviços teve conseqüências consideráveis sobre as decisões locacionais das empresas e sobre os padrões da distribuição territorial das atividades. Através da exportação do capital, particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial, uma parte dos países, até então menos desenvolvidos, foram também conduzidos a um processo de industrialização, e a uma nova divisão internacional do trabalho, que conservou, porém, uma desigualdade estrutural já consolidada anteriormente, resultante do monopólio do novo conhecimento científico e técnico. Estes países receberam este conhecimento tecnológico já pronto, sem possuírem inicialmente o controle desta técnica e convertiam-se apenas em base de fabricação mundial, sobretudo por oferecerem a vantagem de uma mão-de-obra barata.

Dessa maneira, com a continuidade dos avanços tecnológicos nas áreas de transportes e comunicações do pós-guerra, o próprio aparato produtivo das empresas é deslocado para o exterior, inicialmente com a internacionalização da produção de produtos acabados. Posteriormente, a partir do final dos anos sessenta (particularmente com o avanço da microeletrônica e da tecnologia da informação), em alguns setores o processo de produção é internacionalizado, com o desenvolvimento de cada parte do processo em uma diferente região mundial. O fenômeno da globalização atualmente observado no mercado mundial é, portanto, um processo histórico de internacionalização do capital, que se difundiu com maior velocidade, particularmente a partir das três últimas décadas graças ao avanço tecnológico.

Neste contexto, desde a década de oitenta configurou-se uma nova etapa mais avançada e veloz de transformações tecnológicas e de acumulação financeira, intensificando a internacionalização da vida econômica, social cultural e política. Observou-se então que as atividades econômicas passaram progressivamente a se desenvolver de forma independente dos recursos de um território nacional, sejam recursos naturais ou "construídos pelo homem". Esta desterritorialização tem como causas o padrão do progresso técnico, a preferência dos consumidores, organização corporativa e/ou políticas públicas de governos nacionais, o que favorece a maior mobilidade dos fatores produtivos sem perda de eficiência, competitividade e rentabilidade.

A crise de acumulação que atinge as economias capitalistas centrais a partir de meados dos anos 70 tem levado a uma diversidade de ajustes na esfera produtiva.

As bases do processo de desenvolvimento econômico regional mudaram profundamente e um novo ponto de partida foi delineado nos anos 90. Os países ocidentais atravessaram um período difícil nos anos 70 e 80. Neste período de transição, a dinâmica dos novos espaços econômicos está baseada em 3 elementos maiores (BENKO, 1995):

- Novos complexos de produção (indústrias de alta tecnologia);
- Economia de serviços;
- Atividades artesanais e das Pequenas e Médias Empresas(PME)- como a Terceira Itália.

Desde o início dos anos 90, a economia e a sociedade brasileira vêm passando por significativas transformações, cuja lógica e origens estão além das fronteiras nacionais.

A imagem renovada do território é aquela de um espaço coberto por dinâmicas de desenvolvimento, que produzem desequilíbrios e nós de forças, um território composto por um sistema articulado de espaços centrais, mais dinâmicos, e de espaços periféricos, que os complementam e os “abastecem” - no sentido de consumidor e provedor.

Os territórios mais avançados e as áreas debilitadas são classificados a partir de uma análise de seus indicadores econômicos de desenvolvimento.

Castells (1998) apresenta uma visão sobre o desenvolvimento de um novo capitalismo dinâmico e excludente, os fenômenos das tecnologias de informação e o processo de globalização.

*“... As relações de produção se transformaram, tanto social como tecnicamente. Sem dúvida, são capitalistas, porém de um tipo de capitalismo informacional. Produtividade e competitividade são os processos essenciais da economia informacional/global. A*

*produtividade provêm fundamentalmente da inovação; a competitividade, da flexibilidade. Assim, empresas, regiões, países e unidades econômicas de todo tipo orientam suas relações de produção à maximizar a inovação e a flexibilidade. A tecnologia da informação e a capacidade cultural para utilizá-la são essenciais para os resultados da nova função da produção” (CASTELLS, 1998).*

O sistema fordista de produção em massa cedeu lugar a um sistema pós-fordista flexível de produção e acumulação, com reflexos também para o mercado de trabalho.

### **2.3.2 A situação brasileira**

Como salienta Milton Santos (1994), a noção de território, na atualidade, transcende a idéia apenas geográfica de espaços contíguos vizinhos, que caracterizam uma região, para a noção de rede, formada por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais; o espaço econômico, neste sentido, é organizado hierarquicamente, como resultado da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando que tende a ser concentrado em cidades mundiais, onde a Tecnologia da Informação desempenha um papel relevante; este comando então passa a ser feito pelas empresas através de suas bases em territórios globais diversos.

As mudanças nas condições mundiais dos mercados e o avanço tecnológico intensificado que possibilitaram as mudanças nos processos produtivos e organizacionais acabaram por acrescentar às atividades de serviços, uma relevância crescente, não apenas como complementação das demais atividades produtivas, mas também como indutora do desenvolvimento econômico.

O Brasil está vivendo profundas transformações derivadas dos avanços dos processos de reestruturação sócio-econômica e de difusão e adoção de novas tecnologias de informação e comunicação, como partes constitutivas do fenômeno da globalização.

Com a crise do modelo agro-exportador da organização econômico-social, a partir da década de 1930, inicia-se um processo de transformação na economia e na sociedade brasileira. A industrialização, a criação do mercado interno, a modernização, o desenvolvimento de grupos e classe baseados em interesses urbanos, as migrações e a urbanização aceleradas, juntamente com a importância política do urbano como foco das decisões, são os novos elementos no cenário brasileiro.

Segundo Alonso (1989),

*“A economia brasileira cresceu rapidamente no pós-guerra, apesar de algumas fases marcadamente recessivas ocorridas nesse período, especialmente 1962-67 e 1981-87. Tal crescimento, inegavelmente, foi liderado pelo setor industrial, o que provocou transformações não só na composição do produto, como na estrutura do próprio Setor Secundário. Ao nível da composição do produto, a mudança ocorreu no sentido de um avanço do setor industrial, que passou a gerar parcela crescente do produto total. A contra-partida desse avanço foi uma redução do papel do setor agropecuário.*

*Essas mudanças quantitativas foram resultados das transformações qualitativas que ocorreram na base do aparelho produtivo do País, particularmente na indústria. A predominância da produção de bens não duráveis cedeu lugar à produção de bens duráveis e de capital a partir da segunda metade dos anos 50 e de insumos modernos já nos anos 70. Da mesma forma, vários segmentos da agricultura brasileira passaram por processos de modernização, notadamente aqueles voltados para a exportação. Igual movimento ocorreu em algumas atividades do Setor Terciário, como a intermediação financeira, os transportes e comunicações, o comércio em geral e alguns tipos de serviços.”* (ALONSO, 1989, p.38-39)

Até a década de 70, o Estado contribuiu para a criação de uma economia nacional integrada, que eliminou as economias regionais e estabeleceu uma matriz produtiva que se espacializa pro todo território. Já a década de 80 foi um período de crise decorrente da incapacidade de financiamento do Setor Público, de esgotamento da entrada de capitais externos, de inflação. A marca da estagnação se apresenta no formato da divisão inter-regional do trabalho.

A economia do Rio Grande do Sul experimentou acentuadas transformações no seu aparelho produtivo, fato que tem relação direta com as mudanças ocorridas na composição do produto gerado pela economia local.

Abaixo, a tabela nos apresenta a composição relativa da renda interna do Rio Grande do Sul, adaptada a partir de Alonso(1989, p.40) e complementada e atualizada a partir de dados do Atlas Sócio-Econômico do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL/2002):

Tabela 01 – Composição Relativa da Renda Interna do Rio Grande do Sul

Anos	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)	Total (%)
1949	37,8	18,4	43,8	100
1959	28,0	19,6	52,4	100
1970	20,9	21,0	58,1	100
1975	18,5	25,5	56,0	100
1980	16,3	26,6	57,1	100
1985	16,9	41,0	42,1	100
1990	12,1	44,0	43,9	100
1995	14,2	36,7	49,1	100
2001	11,7	40,5	47,8	100

Analisando-se superficialmente os dados acima, percebe-se o avanço significativo do setor industrial enquanto o setor terciário manteve praticamente equilibrada sua participação no produto total do Estado. Paralelamente se vê um retrocesso na participação do setor primário.

*“As modificações qualitativas, por efeito da modernização, foram decisivas para que o Rio Grande do Sul participasse do crescimento da economia do País, mantendo sua parcela relativa no produto total quase inalterada. [...] No setor agropecuário, o segmento mais dinâmico foi a lavoura, que teve grande impulso a partir, principalmente, dos estímulos oriundo do mercado externo, com elevação das exportações de soja, em menor escala, do mercado interno (urbano), onde a massa salarial aumentou particularmente nos períodos de expansão industrial.” (ALONSO, 1989, p. 40-41)*

Os censos demográficos do IBGE, realizados após este processo de transformações revelam um intenso movimento migratório, ocorrido principalmente no período 1950-1990, com maior intensidade nos anos 70. Este fato gerou uma intensa urbanização nas cidades brasileiras, com um inchaço das áreas metropolitanas e das cidades médias (capitais regionais). O reflexo destas transformações no espaço urbano é representado pelo aumento dos limites urbanos e a formação e o crescimento das periferias (IPEA;IBGE;UNICAMP/IE/NESUR, 1999).

Como fator explicativo da interiorização da urbanização, destaca-se a nova dinâmica da agricultura, através da constituição do complexo agro-industrial brasileiro, como momento mais avançado da modernização da agricultura, que gerou intensa modernização nas regiões de agricultura moderna, interligando os complexos agroindustriais. (IPEA; IBGE; UNICAMP/IE/NESUR, 1999).

No caso do Rio Grande do Sul, especificamente na região do Planalto<sup>4</sup>, este fenômeno ocorreu com intensidade, provocando alterações no quadro social e o crescimento e a modernização dos municípios maiores e mais antigos.

*“Na situação de centros mais populosos, foram privilegiadas e locaram os setores produtivos e de serviço, que concretizam o novo perfil do capital, na sua forma agroindustrial e financeira. A dinâmica socioeconômica que até então se produzira agiu atraindo aqueles setores de trabalhadores agrícolas que foram substituídos no processo produtivo pela tecnologia agrícola de origem urbana.” (KALIL; DAL MORO; TEDESCO, 1998, p.63).*

---

<sup>4</sup> Ver capítulo 3, item 3.1 Caracterização do Território.

## 2.4 A questão do crescimento

O crescimento é entendido como o processo de formação e transformação do espaço através do tempo, não composto apenas pela expansão das cidades sobre o território, mas por todo o processo de transformação, incluindo o desenvolvimento interno.

O capitalismo gera sobre as regiões tensões que impulsionam a produção do espaço, devido sua constante necessidade de acumulação de capitais. Crescimento, portanto, não é apenas resultado do crescimento vegetativo da população, ou ainda, de migrações; é parte de um processo econômico onde a formação e transformação do espaço ocorre através do modo de produção capitalista.

Procuramos nos centrar na questão do crescimento urbano, apresentando as razões da importância desta questão a partir de argumentos de Panerai(1983) explicitados no capítulo “*Crecimientos*”, segundo qual o estudo do crescimento urbano:

*“ - oferece uma apreensão global da aglomeração urbana em uma perspectiva dinâmica, seguida de precárias estabilidades baseadas na coesão interna da cidade, que sucede períodos de ruptura e “saltos” no desenvolvimento, não supondo que o estado atual seja algo além de um momento de evolução global;*

*- ao revelar pontos fixos das transformações anteriores, permite uma compreensão da estrutura urbana e de seu funcionamento, que poderá servir de base para intervenções futuras;*

*- considera o conjunto do fenômeno, em seu ordenamento, lugar e função na estrutura geral” (PANERAI, 1983, p.28).*

Para a compreensão do espaço regional é fundamental o estudo do crescimento urbano. A avaliação do crescimento urbano pode ser vista através de 03 critérios básicos da análise urbana e regional clássica (CARRION, 1996), que não são excludentes, mas complementares: o demográfico, o econômico e o espacial.

O *critério demográfico* utiliza a população como unidade de medida, destacando-se dois indicadores que são apontados: a população urbana total e a taxa de urbanização, que é dada pela razão entre a população urbana e a população total e que está referida a determinada área geográfica ou divisão político-administrativa.

Pelo *critério econômico*, o crescimento urbano é avaliado segundo o aumento do produto ou da renda de uma cidade. Outros indicadores, como emprego, número de estabelecimentos, arrecadação tributária, podem complementar informações sobre o produto e renda.

Em relação à questão econômica, deve-se lembrar alguns modelos utilizados para explicar o crescimento urbano. A partir da multiplicidade de determinações do crescimento urbano, os autores costumam distinguir, para efeitos de análise, os fatores exógenos dos endógenos, entendidos os primeiros como aqueles que expressam condições externas à cidade e os demais os que são internos à mesma. (CARRION, 1996)

A partir dos elementos exógenos, isto é, exteriores a cidade, utilizados para explicar o crescimento urbano, podemos destacar a Teoria da Base Economia e Teoria do Lugar Central.

A Teoria da Base Econômica, resumidamente, consiste na teoria segundo a qual a cidade cresce devido a sua especialização em atividades voltadas para a exportação, que suprem demandas situadas externamente a cidade.

*“O modelo parte da suposição de que as atividades urbanas se dividem em duas categorias: as básicas (autônomas), que produzem bens e serviços para não residentes e que são, por sua vez, indutoras do crescimento das atividades não básicas, voltadas para o atendimento da demanda local. Além das dificuldades práticas para distinguir as atividades básicas das não básicas, o modelo, embora útil, superestima o papel da demanda externa na explicação do crescimento urbano”. (CARRION, 1996, p.400)*

Já o modelo da Teoria do Lugar Central, formulado por Christaller em 1933, busca explicar a hierarquia das cidades, isto é, os motivos que levam a existência de cidades de tamanhos diferentes, que se distribuem no espaço de acordo com certa regularidade, formando um sistema de cidades, definindo uma rede hierarquizada de mercados.

*“Segundo essa teoria, uma cidade cresce em função da demanda para seus produtos existente na região circundante (hinterland); destaca, portanto, a interdependência entre a cidade (lugar central) e sua região complementar (área de mercado). A expansão de uma cidade depende, desse modo de sua especialização em bens e serviços centrais – comércio atacadista e varejista, serviços de toda espécie (bancários, profissionais, educacionais, culturais, de lazer, etc.) e administração pública. (...) No que se refere especificamente ao crescimento urbano, a Teoria do Lugar Central apresenta algumas limitações, à medida que subestima aspectos importantes, como os relacionados à dinâmica interna das cidades e à demanda local, muito embora tenha dado uma contribuição importante para a compreensão do fenômeno, especialmente ao identificar o tipo de relação que se estabelece entre cidade e região” (CARRION, 1996, p.401).*

Em relação aos fatores endógenos do crescimento urbano, destaca-se a formulação baseada no conceito de economias de aglomeração, que explicam as vantagens decorrentes da aglomeração ou concentração em meio urbano,

ao mesmo tempo em que indicam condições favoráveis à expansão de uma cidade. Em função das condições em que se dá o crescimento de uma cidade, economias (vantagens) podem se transformar em deseconomias (desvantagens). No contexto urbano, as economias e deseconomias de aglomeração são basicamente devidas à localização e à urbanização.

*“As economias de localização são internas a um ramo, setor ou atividade e externas à firma; constituem vantagens que decorrem da proximidade a atividades afins ou complementares, em função de interdependência técnica, do uso comum dos serviços de apoio (...), da concentração, em certas áreas, de mão-de-obra especializada, entre outros aspectos. Do ponto de vista dos residentes, estariam associadas à proximidade de serviços complementares à habitação, como escolas, comércio de uso diário, creches, postos de saúde, áreas de lazer e outros. Contrariamente, (...) desvantagens decorrentes da localização (indústrias poluentes do ar junto à áreas habitacionais, por exemplo) provocariam o aparecimento de deseconomias de localização.*

*Já economias de urbanização expressam vantagens que resultam do tamanho da cidade e de como ela está estruturada, atingindo o conjunto das atividades nela existentes; são, portanto, internas à cidade e externas às atividades. Exemplos disso são: disponibilidade e qualidade de infra-estrutura de serviços urbanos, adequação dos sistemas de transporte e de comunicação, existência de serviços especializados, possibilidades para criação e difusão de inovações tecnológicas, oportunidades de emprego, alternativas culturais e de lazer, entre outros. Situações como congestionamentos de tráfego e dos sistemas de comunicações (...), poluição ambiental, especulação imobiliária, (...) caracterizam deseconomias de urbanização “. (CARRION, 1996, p. 402)*

As economias de aglomeração agem, independentemente de sua classificação ou natureza, como fatores de indução ao crescimento urbano. Entretanto, cabe-nos ressaltar que um aspecto que pode representar economia para uns, pode ao mesmo tempo significar deseconomia para outros. No meio urbano, onde atuam diversos agentes e atividades, as vantagens e as desvantagens podem não ser igualmente percebidas e absorvidas.

De acordo com o *critério espacial*, o crescimento urbano é identificado através da expansão do tecido urbano e do espaço urbanizado.

O *critério espacial* para determinação do crescimento urbano ainda pode ser classificado em dois tipos: crescimento periférico e crescimento interno. O crescimento periférico refere-se à expansão propriamente dita do tecido urbano enquanto o crescimento interno remete-se a transformação do espaço existente, através modificações de uso, densificação, entre outras.

### **Modos de crescimento**

A partir da abordagem espacial do crescimento urbano, desde o ponto de vista morfológico<sup>5</sup>, iremos estudar as formas materiais da extensão das aglomerações urbanas da Região da Produção, sem, porém, esquecermos que o desenvolvimento urbano se deve a fatores políticos, econômicos e demográficos concretos.

O estudo do crescimento nos remete ao desenvolvimento histórico. Num primeiro momento iremos identificar somente os elementos cronológicos do fenômeno e a constatação das sucessivas etapas, sem identificarmos as causas, para reservar para uma etapa posterior a explicação histórica dos fenômenos observados.

Em efeito, com este método é permitido extrair uma lógica de elaboração da forma urbana e avaliar como a história acentua, deforma, contradiz ou

---

<sup>5</sup> A utilização do termo morfológico refere-se, no contexto deste trabalho, a forma urbana. Segundo Panerai (1983), ao analisar-se uma estrutura urbana a partir de suas dimensões físicas, deve-se devolver à forma urbana sua autonomia. Ainda segundo Lefèbvre em *A Revolução Urbana*, "no plano metodológico, parece indicado abordar o fenômeno urbano através das propriedades formais do espaço" (LEFÈBVRE *apud* PANERAI, 1983, p.21).

ignora esta lógica, ou em outras palavras, avaliar a articulação destes dois aspectos, que se afirma que estão relacionados, mas poucas vezes são demonstrados como e em que pontos concretos incidem suas interações.

Por modo de crescimento tentaremos classificar globalmente os fenômenos, que distinguiremos como (PANERAI, 1983):

- crescimento contínuo
- crescimento descontínuo

O *crescimento contínuo* se caracteriza pelo feito de que, em cada etapa de desenvolvimento, as extensões acontecem em prolongamento direto das partes já construídas e consolidadas do tecido urbano. A forma de aglomeração continua sendo única, determinada por um limite identificável.

A extensão do crescimento pode se realizar em uma direção principal ou em múltiplas direções, podendo ser chamada de crescimento linear (ordenado por uma linha) ou crescimento polar (ordenado por um pólo).

O *crescimento descontínuo* se apresenta como uma organização mais global do território, realizando cortes (vegetais/agrícolas) entre as partes antigas e as extensões, com que confirma a explosão da cidade no urbano.

Por crescimento linear entendemos tanto a formação de um pequeno distrito ao longo de uma estrada vicinal como também a extensão de um bairro periférico ao longo de uma avenida, ao ainda de uma urbanização pontual<sup>6</sup> ao longo de uma estrada.

---

<sup>6</sup> Trata-se do fenômeno que surge às margens das principais estradas, onde pequenas aglomerações formam-se em torno de postos de comércio e serviços, constituindo com o passar do tempo pequenos núcleos urbanos, ou ainda, os muitos distritos industriais que surgem no Rio Grande do Sul ao longo das estradas, em função da facilidade da logística de transportes.

Nos primeiros casos, refere-se à pequena escala, constituindo a rua o eixo de crescimento, oportunizando um crescimento contínuo. Já no terceiro caso, a linha de crescimento se constitui na estrada, e os pólos (pequenos povoados ou distritos industriais) são a representação do crescimento descontínuo.

### ***Causas do crescimento urbano***

As causas ou fatores do crescimento urbano podem ter origens diversas. Processos migratórios do tipo rural-urbano, em função de estrutura agrária rígida ou da modernização da agricultura foram importantes para explicar a urbanização acelerada e com alto grau de concentração (CARRION, 1996).

Outros fatores estão ligados diretamente à própria organização e dinâmica da cidade, como estrutura produtiva, intensidade e perfil da industrialização, disponibilização de serviços urbanos essenciais, qualidade e eficiência dos sistemas de transporte e comunicação, crescimento vegetativo da população entre outros.

Em relação ao espaço regional, deve-se considerar as relações econômicas, técnicas, culturais, institucionais, físico-territoriais que as cidades estabelecem entre si e como o conjunto do território e que influem em seu crescimento.

As causas do crescimento urbano, segundo Manuel de Solà-Morales i Rubió (1997), podem ser classificadas em estruturais e indiretas. A seguir apresentamos um quadro síntese com a caracterização desta classificação, baseado em Solà-Morales i Rubió(1997).

<b>Quadro 03 - Causas do crescimento urbano</b>		
<b>Causas Estruturais do Crescimento Urbano</b>	Desequilíbrios regionais e movimentos migratórios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O crescimento urbano migratório é resultado de desequilíbrios regionais. Alguns indicadores deste fato são a renda, os fluxos da agricultura, da indústria e dos serviços, o acesso a cultura, entre outros. Entretanto, a raiz mais importante da migração é o emprego, os desequilíbrios regionais de oferta e demanda de mão-de-obra e o mercado de trabalho, regido pela otimização em cada momento histórico, pela tendência capitalista a determinar as condições mínimas de reprodução da força de trabalho.</li> </ul>
	A industrialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As relações funcionais entre industrialização e crescimento urbano. A relação entre emprego industrial básico e emprego local, população residente, serviços e emprego terciário;</li> <li>- A tendência a concentração urbana como correlata a progressiva divisão do trabalho - as fases de crescimento urbano industrial nas sociedades capitalistas.</li> </ul>
<b>Causas Indiretas* do crescimento urbano</b>	O mercado do solo urbano	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação espacial;</li> <li>- O valor do uso do espaço como suporte de atividades;</li> <li>- Interpretações teóricas dos economistas sobre as rendas do solo: renda clássica e neoclássica;</li> <li>- Fenômeno da renda como incorporação do solo, por parte de seu proprietário, ao processo produtivo: a renda, efeito de um sistema jurídico e econômico, de propriedade e de exploração da terra;</li> <li>- Relação mercado do solo X mercado da construção;</li> <li>- Influência da conjuntura econômica no mercado do solo.</li> </ul>
	Políticas de Fomento e de Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Medidas econômicas, administrativas, jurídicas, etc.</li> <li>- Atuações da infra-estrutura estadual/regional;</li> <li>- Planejamento do crescimento: Planos Diretores, Planos de infra-estrutura, Planos de Regulação; Planos de Programação Executiva, entre outros;</li> <li>- Planos de Estruturação territorial;</li> <li>- Inexistência de medidas estruturais nos casos de política territorial e a inexistência de medidas territoriais e de infraestrutura nas políticas de desenvolvimento econômico.</li> </ul>
<p>* Segundo Solà-Morales são consideradas indiretas por não provocarem o crescimento urbano com a mesma intensidade que as causas estruturais.</p>		

## 2.5 A questão do tempo: Braudel e a Longa Duração

Um sistema social e econômico só muda lentamente. Os fenômenos de estruturação do espaço urbano e regional, embora muitas vezes decorrentes de acontecimentos imediatos, também tem sua origem diretamente relacionada a alterações estruturais. Esta questão a respeito da alteração da estrutura, que muda lentamente, é teorizada por Braudel<sup>7</sup> por meio da *Teoria da Longa Duração*.

Braudel, em um artigo publicado nos *Annales*<sup>8</sup> em 1958, vai demonstrar que a história, longe de encerrar-se no estudo dos acontecimentos, era não só capaz de apreender as estruturas, como devia, em primeiro lugar, interessar-se por elas. E continuava esclarecendo que para os historiadores, uma estrutura constituía, sem dúvida “um agrupamento, uma arquitetura, mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar”, um conjunto de elementos que se mantém invariável, constituindo, assim, um fenômeno de longa duração.

---

<sup>7</sup> Fernand Braudel, historiador francês, principal destaque da segunda fase dos *Annales*, introdutor da questão do tempo histórico e da “longa duração”. É importante destacar a contribuição de Braudel como marco de uma nova história, que passa a analisar as estruturas ao invés de simplesmente descrever ou narrar os acontecimentos. Isto leva a uma interdisciplinaridade nas Ciências Sociais, possibilitando o desenvolvimento da história estatística, quantitativa e regional.

<sup>8</sup> Os *Annales d'histoire économique et sociale* surgiram em 1929, fruto de uma nova postura diante dos acontecimentos e da forma de contá-los, de um grupo liderado pelos historiadores franceses Lucien Febvre e Marc Bloch, que ambicionavam a realização de uma história síntese e pluridisciplinar. A partir de então os *Annales* se tornaram o núcleo em que se concentrou a produção da Nova História e da resistência ao positivismo. Segundo Burke(1991), os *Annales* se configuraram em um Movimento, com três fases distintas. A primeira fase, de 1920 a 1945, marcada pela busca de uma história totalizante, com seu discurso voltado para o econômico, para a vida material, para a geografia e também no estudo das mentalidades; o segundo momento inicia-se ao final da Segunda Guerra mundial e passa concentrar-se no aspecto econômico em detrimento das outras vias esboçadas na primeira fase, como a história e a cultura ou o estudo da mentalidade. O enfoque desse segundo momento foi a grande mudança na abordagem da história econômica produzida pelos *Annales*. De uma preocupação com os fenômenos da crise, passou-se a uma discussão de questões relativas ao crescimento econômico e ao progresso das forças produtivas. O grande destaque dessa segunda fase é Braudel. A partir de 1968 inicia-se a terceira fase da Revista dos *Annales*, a partir do ingresso de um grupo de jovens historiadores na direção da revista juntamente com Braudel. A consequência desse processo seria uma radical modificação nas atitudes dos historiadores, que passaram a se preocupar mais com o estudo das superestruturas sociais do que com a base econômica das sociedades.

Segundo Braudel, podemos distinguir no tempo histórico três níveis diferentes: os acontecimentos, as conjunturas e as estruturas.

Os acontecimentos são os fatos ocasionais, efêmeros, fatos aparentemente independentes uns dos outros, que se localizam no tempo curto.

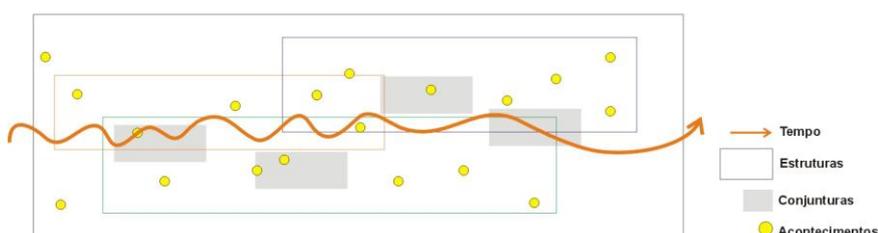
As conjunturas são flutuações, mais ou menos extensas que, na maioria dos casos, se sucedem contrapondo-se violentamente, dando-nos a impressão que, entre uma época e outra tudo muda. Este tempo lentamente ritmado é marcado por todas as formas de vida econômica, social, institucional, religiosa, cultural, etc.

As estruturas são fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômicos, sociais, políticos, culturais, psicológicos que permanecem constantes perante um longo período, evoluindo de um modo quase imperceptível. Tratam-se das realidades estáveis e permanentes, que sofrem as sujeições impostas pelo meio geográfico, pelas hierarquias sociais, pelas necessidades econômicas, que só são percebidas na longa duração.

O reflexo destas alterações no território e, especificamente no meio urbano-regional ocorre de maneiras distintas, podendo estes fenômenos ser explicados através dos diferentes níveis do tempo histórico.

Diagrama 01

Diagrama interpretativo da estrutura do Tempo Histórico - Braudel



**2.6**

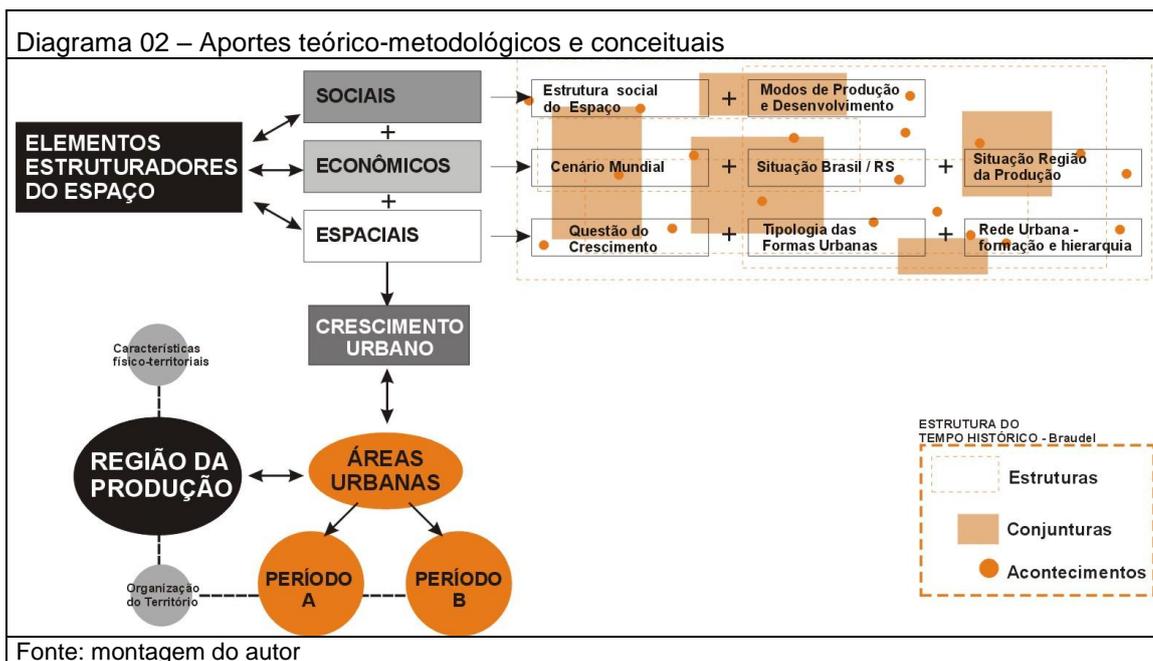
**A estrutura do espaço urbano-regional:  
a construção de uma metodologia de análise**

A construção da metodologia proposta para este estudo está estruturada em duas etapas no processo de investigação:

- a primeira, consiste na revisão da literatura, configurando o referencial teórico-conceitual e metodológico para a presente proposta.
- a segunda etapa visa, através dos critérios determinados na primeira etapa, realizar os levantamentos de informações necessários para a compreensão da realidade urbano-regional da Região da Produção, através da estruturação do espaço. Esta etapa é caracterizada pela revisão bibliográfica, pesquisa de campo, consulta a documentos, dados, mapas, imagens aéreas e de satélite.

A primeira fase constitui-se, basicamente, no recolhimento e interpretação dos aportes teóricos trazidos por trabalhos publicados e teorias sobre os elementos responsáveis pela estruturação do espaço, e está centrada em alguns aspectos das questões clássicas da análise urbana e regional e nas propostas de Manuel Castells, Georges Benko, Phillipe Panerai, Manuel Solà-Morales i Rubió, Fernand Braudel, entre outros, apresentados nos itens anteriores do presente capítulo.

A partir destes autores se estruturará um processo de compreensão da realidade urbana regional, que pode ser resumido na parte posterior do diagrama a seguir:



A partir do diagrama exposto acima, temos uma visão global da proposição teórico-metodológica e conceitual deste estudo e assim poderemos determinar os aspectos a serem focalizados para a análise do crescimento da Região da Produção, a partir das suas alterações físico-territoriais.

Assim, partindo-se do panorama dos elementos estruturadores do espaço, através da compreensão das transformações ocorridas nas esferas internacional, nacional, estadual e regional, e das características físicas e de organização do território, determinar-se-á o enquadramento das informações nos três aspectos do crescimento urbano anteriormente mencionados: demográfico, econômico e espacial nos dois períodos distintos, que configurar-se-á na segunda etapa este estudo.

A análise terá como “pano de fundo” a questão do tempo histórico e seus três níveis, conforme apresentado no item 2.5 do presente capítulo. Assim as alterações e transformações dos elementos estruturadores do espaço

urbano-regional são vistos de forma conjunta e integrada, permitindo a identificação destas no meio físico, através da expansão (crescimento) das áreas urbanas.

Em função disto, primeiramente será apresentado, no capítulo 3 deste trabalho, a constituição da rede urbano-regional da Região da Produção, através de uma descrição das características físicas do território e da formação histórica de sua ocupação e a estruturação da rede de cidades.

E somente após esta apreensão das transformações estruturais, conjunturais dos acontecimentos ocorridos durante o processo de ocupação da Região é que será apresentada a análise referente aos períodos A e B, que se compõe na proposição operacional e na integralização da operacionalização da metodologia proposta por este estudo.

**3**

**A constituição do território:  
a formação da rede urbana da região da produção**

O presente capítulo está estruturado em duas partes distintas: a caracterização da região e o processo de ocupação e formação da rede urbana regional.

Quanto à caracterização região, pode-se dizer que serão tratados os aspectos físicos do território, sua organização político administrativa, breve descrição a respeito da população e infra-estrutura.

A respeito do processo de ocupação e de formação da rede urbana será apresentada uma breve síntese sobre a ocupação do território urbano-regional, através da descrição dos processos de formação dos espaços urbanos na Região da Produção, as transformações estruturais, conjunturais e os acontecimentos ocorridos, para uma melhor construção da análise a ser detalhada no capítulo seguinte.

### 3.1 Caracterização do território

#### 3.1.1 Organização do território

A Região da Produção, segundo classificação dos COREDES/Governo do Estado do Rio Grande do Sul é composta de 38 municípios, quais sejam:

Almirante Tamandaré do Sul	Ibirapuitã	Rondinha
Barra Funda	Marau	Santo Antônio do Palma
Camargo	Mato Castelhanos	Santo Antônio do Planalto
Carazinho	Muliterno	São Domingos do Sul
Casca	Nicolau Vergueiro	São José das Missões
Chapada	Nova Alvorada	São Pedro das Missões
Ciríaco	Nova Boa Vista	Sarandi
Constantina	Novo Barreiro	Sertão
Coqueiros do Sul	Novo Xingu	Soledade
Coxilha	Palmeira das Missões	Tio Hugo
David Canabarro	Passo Fundo	Vanini
Ernestina	Pontão	Vila Maria
Gentil	Ronda Alta	

Mapa 08 – Mapa do RS - Composição do COREDE Produção em 2001



Fonte: Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento – SCP/RS (2001)

### **3.1.2 Aspectos físicos**

A Região da Produção situa-se na abertura angular de zero a 45° da metade norte do Estado, abertura no sentido norte a nordeste, localizando-se ao sul dos COREDES Médio Uruguai e Norte. (MORETTO; MATTOS, 1997)

Segundo Fortes (1959), o Rio Grande do Sul divide-se em 05 regiões principais: Planalto, Depressão Central, Serra do Sudeste, Campanha e Litoral. A divisão do território do Rio Grande do Sul, adotada com a resolução do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, subdivide a Região do Planalto em seis sub-regiões, quais sejam: Missões, Planalto Médio, Campos de Cima da Serra, Alto Uruguai, Encosta Superior do Nordeste e Encosta Inferior do Nordeste.

Os municípios componentes da Região da Produção fazem parte basicamente da divisão regional do Planalto Médio, sendo que alguns municípios ao norte fazem parte das sub-regiões do Alto Uruguai e da Encosta Superior do Nordeste.

Sua área territorial corresponde a 12509,90 km<sup>2</sup>, correspondente a 4,42% da superfície do Estado (MORETTO; MATTOS, 1997).

Em relação à descrição das regiões fisiográficas que compõem a Região da Produção, apresentamos a seguir um quadro síntese, baseado em Fortes (1959), Rambo (1994) e Moretto; Mattos (1997), que, sinteticamente, expõe as características físicas da Região.

<b>Quadro 04 - Região da Produção - Aspectos Físicos</b>			
Geomorfologia, solos, vegetação	Planalto riograndense		
	Planalto Médio	Alto Uruguai	Encosta Superior do Nordeste
	A região é constituída de terras vermelhas e sua vegetação é abundante, distribuída entre mato e campo. Essas terras são resultantes do derrame eruptivo que recobre toda parte ao norte da depressão central. Os campos são ondulados, formando as coxilhas, revestidas de gramíneas variadas. As matas apresentam-se em capões, nos quais se encontram madeiras de lei. As baixadas e os cursos de água são assinaladas por mata ciliares ralas.	Formada pelas rochas eruptivas do derrame trifásico, sendo uma zona de solos muito férteis e dotados, por isso de vegetação abundante do tipo floresta, com matas densas e árvores de grande porte.	Constituída de terrenos areníticos, apresenta uma vegetação natural formada de matas, sobretudo com grandes manchas de araucárias.
Relevo	O relevo dos municípios componentes da Região da Produção apresentam uma declividade geral de oriente para ocidente, sendo atravessado no mesmo sentido por uma elevação que forma sucessivas coxilhas e chapadões, com tendências a declividade, a qual diminui à medida que toma a direção a oeste. Ao sul da região verifica-se a presença de jazidas de basalto e, no norte, de águas termais e minerais.		
Clima	O clima da região tem características peculiares do sul do país, ou seja, clima subtropical, muitas vezes apresentando temperaturas médias anuais inferiores às ocorridas nas demais regiões do estado. São freqüentes as geadas e até mesmo nevadas, sendo muito sujeita a nevoeiros.		
Hidrografia	Uma parte da região está situada na bacia hidrográfica do rio Uruguai, possuindo a sub-bacia do rio da Várzea. Uma outra parte da região está situada na bacia hidrográfica do Guaíba, possuindo as sub-bacias do rio Passo Fundo e rio Jacuí. A elevação do relevo pela coxilha Geral do Estado e pelo seu dorso, que constitui o divisor de águas das importantes bacias hidrográficas do Uruguai e do Jacuí, faz com que arroios, sangas e rios da região em estudo tomem a direção dessas.		

### **3.1.3** *Infra-estrutura*

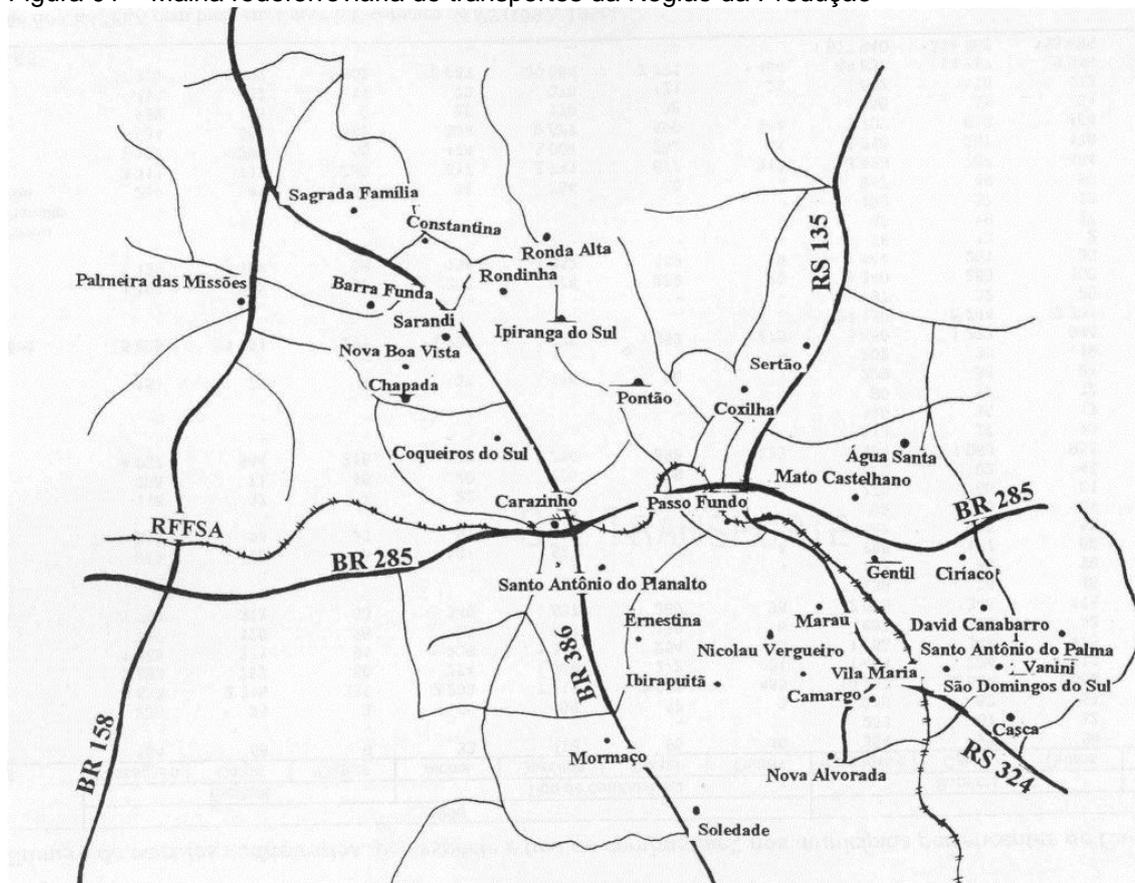
A Região da Produção, em função da divisão das terras para colonização, possui um sistema de estradas muito amplo e extenso (MORETTO; MATTOS, 1997).

Nas últimas décadas novas estradas foram abertas, fazendo com que outras se tornassem ociosas. Porém as antigas não foram fechadas, aumentando ainda mais a malha de rodovias, e com isso, dificultando a manutenção das mesmas, em especial as de âmbito municipal.

Na Região localizam-se algumas das principais rotas de ligação do Estado com países do Mercosul, vem como com a capital do Estado e com o porto de Rio Grande:

- Estradas Federais:
  - BR 285 – acesso a Ciríaco para o rumo oeste, passando por passo Fundo e o entroncamento de Carazinho, em direção a Ijuí e a fronteira com a Argentina;
  - BR 386 - liga o extremo Norte do Estado, cruzando pelo entroncamento de Carazinho, até Soledade, e daí para a RMPA (Região Metropolitana de Porto Alegre) e ao porto de Rio Grande;
  - BR 158 – ligando Palmeira das Missões a Ijuí;
  - BR 153
- Estradas Estaduais:
  - RS 332, RS 324, RS 434, RS135, RS 463, RS 569, RS 404, RS 500, RS 569, RS 514 e RS 330.

Figura 01 – Malha rodoferroviária de transportes da Região da Produção



Fonte: MORETTO; Mattos, 1997, p. 76.

A estrutura aeroportuária da região apresenta os seguintes aeroportos: Passo Fundo, com pista de asfalto de 1.700 metros; Palmeiras das Missões, com pista de asfalto de 1.000 metros; Carazinho, com pista de asfalto de 1560 metros de extensão; Sarandi, com pista de saibro de 1200 metros e Soledade, com pista de saibro de 1300 metros de extensão. Na região há ligação ferroviária no sentido leste/oeste, passando por Passo Fundo (com entroncamento) para o norte. (Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, 2001)

O consumo/habitante de energia (FEE, 2000) na região é o 11º entre as 22 regiões do Estado (1,33 Megawatt/habitante), sendo que a média geral do Estado é de 1,6694 MW/hab. Quanto ao consumo residencial urbano regional é o 20º no Estado (0,42 MW/hab.), enquanto a média do Estado é de 0,5972 MW/hab. O consumo de energia elétrica da região no meio rural é o 6º no conjunto das 22 regiões (0,90 MW/hab.), enquanto a média do Estado é de 0,8711. No que se refere ao consumo industrial é o 14º entre as 22 regiões do Estado (0,30 MW/hab.), enquanto a média do Estado é 0,6074 MW/hab. (SCP, 2001)

### **3.2 Processo de Ocupação e formação da rede urbana**

A formação da rede urbana do Rio Grande do Sul e o seu processo de urbanização estão fundamentalmente ligados ao processo histórico de ocupação do Estado, assim como as características físicas do território.

O processo de ocupação do território rio-grandense gerou duas regiões diferenciadas quanto ao uso do solo e à divisão político-administrativa: Sul e Norte (Souza, 2000)

A primeira marcada pelas grandes propriedades e a segunda marcada pelas pequenas e médias propriedades, o que gerou uma maior dinâmica nas relações sócio-espaciais na região Norte.

A Região da Produção situa-se na região Norte do Rio Grande do Sul, caracterizada por ser predominantemente agrícola, com um processo produtivo que gerou uma urbanização marcada pelo surgimento intensivo de povoados, vilas e cidades e sucessivas subdivisões municipais.

O processo de ocupação inicial do Rio Grande do Sul deu-se independente da coroa portuguesa, quando os jesuítas, através dos aldeamentos missionários, iniciados em fins do século XVI, penetraram o continente através do Rio Uruguai e seus afluentes; após Portugal, em busca da prata, estabelece a Colônia do Sacramento como rota de contrabando, passando a ocupar o litoral do território. A ocupação deu-se, então, primeiro na região sul do Estado, onde se desenvolveu preponderantemente a pecuária, e os primeiros povoados surgiram como pontos de apoio aos tropeiros que

conduziam gado para a região de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Vacaria e Viamão.

O início da colonização da região ocorre quando a coroa portuguesa decidiu então ocupar o oeste do Estado. Assim foram enviados colonos da Ilha dos Açores para ocupar a região das missões. Os portugueses, em função das guerras missioneiras e da dificuldade de chegar ao oeste dada a profundidade dos rios, fundaram Rio Pardo como limite de sua ocupação.

O processo de ocupação é tardio em relação à antiga Capitania Geral de São Pedro (1807-1824), Província do Rio Grande do São Pedro do Sul (1824-1889) e do Estado do Rio Grande do Sul (à partir de 1889). À medida que o território do norte é apropriado, a partir da conquista do território missioneiro (1801), algumas sesmarias são concedidas (que chegam ao fim em 1822), as posses livres passam a “campear” livremente a partir da primeira e segunda década do século XIX (RÜCKERT, 1996).

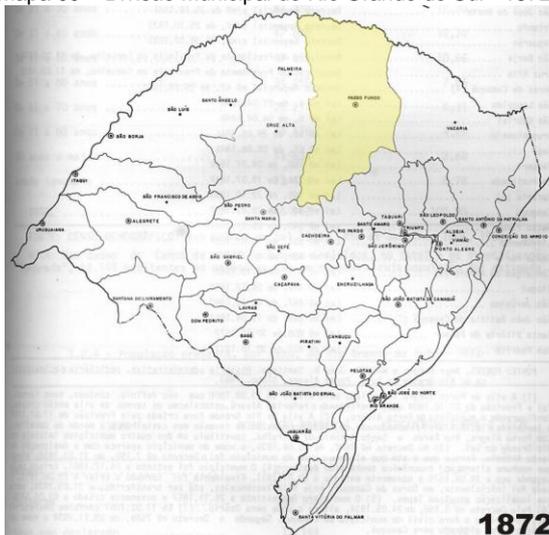
A formação histórico-geográfica da região remonta a um período de mais de 300 anos, ao longo do qual sofreu profundas transformações políticas, econômicas e sociais cujo resultado foi o desmembramento do município de Passo Fundo, em 1857, criando-se em torno deste uma centena de novos municípios, numa urbanização abrangente na Região Norte do Estado.

Há cerca de três mil anos, habitaram a região os índios guaranis, cujo domínio passou posteriormente a outros grupos (jês, coroados e caigangues). Estes grupos permaneceram na região até o início do povoamento pelos jesuítas missioneiros, na segunda metade do século XVII, que, embora sem

povoação efetiva, as riquezas naturais, em especial os ervais, foram fontes de riqueza das missões. Após o Tratado de Madri em 1750, a região passou a se caracterizar pelo comércio de gado, vendidos da fronteira sul para a Feira de Sorocaba em São Paulo, inicialmente feito através da entrada de Viamão, Santo Antônio da Patrulha e Vacaria. Mesmo assim, a ocupação do território tardou alguns anos devido aos índios coroados e seus constantes ataques (OLIVEIRA, 1990).

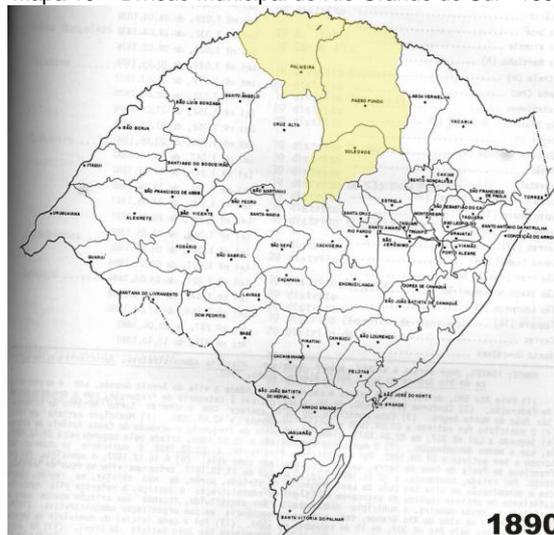
O povoamento da região iniciou-se com o estabelecimento da estância do alferes Rodrigo Felix Martins, situada em Pinheiro Machado, atual município de Carazinho. Após foram trazidos algumas famílias, escravos e gado. Em 1833, tornou-se o 4º quartirão de São Borja, para, no ano seguinte, pertencer ao recém criado município de Cruz Alta. Em 1857, Passo Fundo tornou-se município, caracterizado a época pela produção de erva mate, criação de gado e pelo extrativismo, contando com uma população de cerca de 7 mil habitantes. Ao emancipar-se foi dividido em sete distritos: Passo Fundo, Campo do Meio, Nonoai, Jacuizinho, Restinga, Soledade e Lagoão. Em 1874, o município teve sua área territorial reduzida pela emancipação de Palmeira das Missões (sendo que a maior parte da área do novo município pertencia a Cruz Alta) e em 1875, perde grande área para o novo município de Soledade. (Vide mapas na página seguinte)

Mapa 09 – Divisão Municipal do Rio Grande do Sul - 1872



Fonte: FEE, 1981

Mapa 10 – Divisão Municipal do Rio Grande do Sul - 1890



Fonte: FEE, 1981

\* Área hachurada em ambos os mapas correspondem aos municípios pertencentes à Região da Produção

Por tratar-se de uma área vasta e por apresentar riqueza do ponto de vista da composição social, desde o início da ocupação e colonização das terras (indígenas, cablocos, escravos e proprietários fundiários), a trajetória da ocupação é significativo para a compreensão das origens de uma parte da região norte do Rio Grande do Sul. (OLIVEIRA, 1990)

Alguns centros, entre estes, Passo Fundo, surgiram para ajudar nas manobras militares em defesa do território. As cidades eram centros das decisões políticas locais, com estrutura de poder hierarquizado e baseado no coronelismo. A formação da sociedade senhorial escravocrata e da grande propriedade fundiária nos Campos do Planalto Médio dá se a partir da primeira metade do século XIX, mais precisamente na primeira e segunda década em diante. Essa formação ocorre com base na petição ao comandante da fronteira em São Borja ou aos comandantes dos povos (Missões), bem como na tomada de posse individual de grandes extensões de terras de campo pela figura social do proprietário emergente. A tomada de posse de campos ocorre num

processo de transição de uma concepção tradicional da terra para a moderna, quando da entrada em vigor da Lei de Terras de 1850 (RÜCKERT, 1996).

A tomada de posse livre por milicianos e tropeiros é o processo principal da formação da grande propriedade fundiária a partir da primeira metade do século XIX, além das doações dos comandos da fronteira ou das Missões. A partir desta inicia-se o processo de formação da classe dos proprietários fundiários e a exclusão dos caboclos e índios, lavradores pobres e coletores de erva-mate.

*“A Lei de Terras de 1850, ao transformar a terra em mercadoria (concepção moderna da terra) e ao permitir a legitimação das posses livres (ou supostas compras de direitos de posse a antigos pequenos posseiros, com vagas alegações de compras) consolida a grande propriedade em todo o norte da Província”. (RÜCKERT, 1996, p.33)*

O caso mais significativo é o da Fazenda Sarandy, que chega a perfazer 71.160 ha., obtida em 1831 pelo sargento-mor das milícias do Império, João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina. Na década de 1870 seus descendentes legitimam-na pela Lei de Terras. A partir da década de 1860, o processo de legitimação dos campos acelera-se, havendo um grande número de posses livres ainda não legitimadas (RÜCKERT, 1996).

A expropriação das terras dos caboclos, ou “nacionais” inicia com a legitimação das grandes posses que implica muitas vezes na contestação da pequena posse daquele, que daí é expulso pelo fazendeiro e, depois contratado como peão.

Em meados do século XIX há uma força de trabalho escrava significativa no norte da província, empregada no preparo da erva mate e das farinhas de

mandioca, milho e trigo. Com o abolicionismo muitos proprietários em razão das novas despesas decorrentes, se obrigaram a vender lotes a colonos que passam a afluir ao novo mercado de terras no norte do Estado.

A emergência do camponês pequeno proprietário de colônias agrícolas dá se no contexto do início da República. As condições naturais da região norte do Estado eram um entrave à ocupação e ao desenvolvimento da pecuária extensiva. Para reverter este quadro o governo imperial resolveu implementar uma política de imigração para a prática da agricultura. Em 1824, chegaram os primeiros imigrantes alemães, que se estabeleceram ao norte de Porto Alegre, junto ao Rio dos Sinos. Os imigrantes recebiam uma parcela de terra de 77 ha, posteriormente reduzida para 25 ha.

O processo migratório começou a gerar novas práticas agrícolas e com a formação das comunidades modificaram a cultura do Estado. Os imigrantes italianos começaram a chegar em 1875 ocupando a encosta superior da Serra do Nordeste, nos divisores de águas, onde recebiam pequenas propriedades.

O processo de crescimento emergiu à partir das primeiras levas de colonização, principalmente alemã e italiana, que vieram em maior número para o Estado. Os problemas que a agricultura colonial ainda enfrentava, como o rápido esgotamento do solo associado ao contínuo fracionamento da terra em razão dos numerosos descendentes, na qual o colono dividia a terra, como herança. As progressivas subdivisões do solo, explorado com técnicas rudimentares, conduziam a uma diminuição crescente da produtividade da terra. O fracionamento do minifúndio era levado até o momento em que se tornava impraticável nova divisão, com o que se verificava o processo de

‘enxamagem’, ou migração dos descendentes para novas áreas, dilatando a fronteira agrícola gaúcha. Assim, os colonos imigrantes foram expandindo suas propriedades especialmente ao norte do Estado até as margens do Rio Uruguai.

*“As oligarquias locais de Cruz Alta e Passo Fundo, nos anos 70 do século XIX, já reivindicam ao governo provincial que as terras florestais ao norte da província sejam colonizadas”.*  
(RÜCKERT, 1996, p. 38)

São abertos projetos de colonização de companhias ou do governo estadual, iniciando-se na região um grande mercado de terras.

A construção da ferrovia no norte do Rio Grande do Sul, entre 1889 e 1903, que chega em 1898 a Passo Fundo, explora uma região nova, com fretes de madeira, erva-mate e pecuária. Entre 1906 e 1920, a ferrovia passa a ser administrada pela norte-americana *Farquhar*, que incrementou núcleos de colonização ao longo da mesma, a exemplo do processo ocorrido no oeste paranaense e catarinense. A cidade de Passo Fundo torna-se centro econômico e social da vasta região norte do Estado (RÜCKERT, 1996).

A colonização privada foi fundamental no desenvolvimento e caracterização da região. A demanda por terras e a incentivo ao trabalho familiar e o potencial de áreas na região. Significativa neste contexto, a “Colônia Sarandy”, em parte da antiga fazenda Sarandy, loteada a partir de 1917. A colonização pública na região se dá a partir de 1910, no início do governo republicano, que incentiva a produção de alimentos pela pequena propriedade como forma de impulsionar o progresso do Estado, através da

Diretoria de Terras e Colonização, em várias áreas da região, que se transformaram em vários municípios.

O exame dos processos de legitimação de posses pequenas, entre 1909 e 1942 revela que as mesmas já não são mais ocupadas por “nacionais”, mas por colonos de origem italiana, que demandando as terras de Passo Fundo, compram os “direitos” dos posseiros anteriores. O processo que se seguiu foi o do crescimento rápido da Região da Produção, que passou a abrigar um grande número de novos migrantes, trazendo consigo suas culturas e a diversificação da produção agrícola.

Uma das características destes colonos (tanto alemães como italianos) é sua capacidade de associação. Existe um compromisso ético e social com o trabalho e com a cooperação entre os membros das comunidades. Partindo do auxílio entre as famílias para a comunidade em geral, muitos dos pequenos agricultores se tornaram empreendedores, iniciando, posteriormente, o comércio e a industrialização dos produtos agrícolas.

*“A estrutura fundiária da região é produto das diferentes formas de apropriação da terra”* (RÜCKERT, 1996, p.41). Até o fim do século XIX, imensas propriedades rurais e de terras inexploradas caracterizavam a região. À partir da década de 1920 as colônias privadas passam a ocupar extensas áreas, gerando, posteriormente, vários municípios como Sarandi, Ronda Alta, Rondinha, Tapera<sup>9</sup>, Selbach\*, Colorado\*, Ernestina, Não-Me-Toque\*, Tapejara\*, etc. Dessa maneira, conforma-se um território dominado por

---

<sup>9</sup> Este município e os demais assinalados com “ \* ” não fazem parte do COREDE da Região da Produção

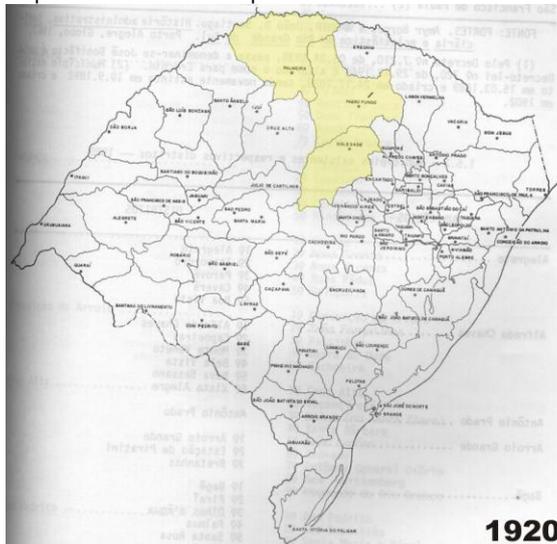
proprietários fundiários que subordinam os camponeses, bem como, por um grande número de pequenos proprietários com base de agricultura familiar. O território atrai também uma legião de camponeses que, pela “intrusão”, constitui um grupo que, potencialmente, traz desde então, características que envolvem graves problemas fundiários no campo.

No período compreendido entre a emancipação do município de Passo Fundo e a década de 1930, a evolução populacional da região foi significativa, gerada tanto colonização quanto em razão dos problemas no campo (KALIL; DAL MORO; TEDESCO, 1998).

O processo de urbanização da região, constituído ao longo do século 20, seguiu a tendência das demais regiões brasileiras, marcado pela forte expulsão da população rural para a cidade a partir da década de 50.

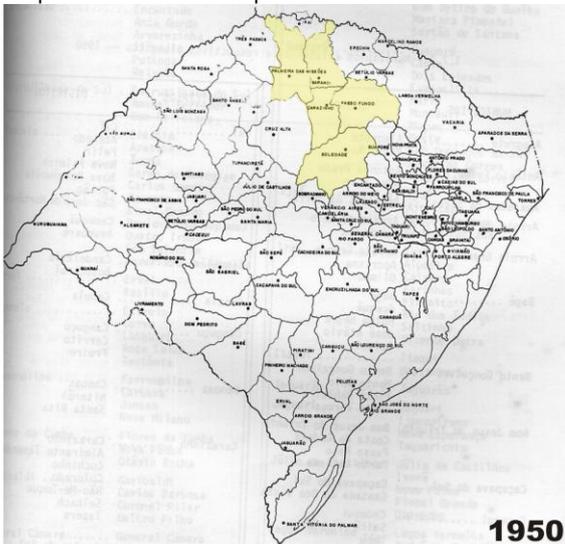
Até a década de 1930, a atual Região da Produção era configurada pelos municípios de Passo Fundo, Soledade e Palmeira das Missões. Em 1931, o município de Carazinho é emancipado de Passo Fundo, assim como Sarandi, no ano de 1939.

Mapa 11 – Divisão Municipal do Rio Grande do Sul - 1920



Fonte: FEE, 1981

Mapa 12 – Divisão Municipal do Rio Grande do Sul - 1950



Fonte: FEE, 1981

\* Área hachurada em ambos os mapas correspondem aos municípios pertencentes à Região da Produção

Os municípios, até os anos 50 (compunham a região então 05 municípios) possuíam expressiva área territorial, possuindo muitos distritos.

*“A partir desta data (1954) desencadeou-se de modo efetivo o processo de municipalização, com a criação de inúmeros municípios, culminando com o violento desmembramento nos anos de 1964 e 1965”. (LA SALVIA & MARODIM, 1976, apud RÜCKERT, 1981, p. 26)*

A rede urbana da região foi sendo construída em função das características já mencionadas – predominantemente agrícola, gerando uma urbanização acelerada, com um número intenso de povoados, vilas e cidades, que em sua maioria *“tinham basicamente uma função de troca, isto é, comercializar os pequenos excedentes agrícolas (milho, mandioca, bata inglesa, feijão, banha, etc.) por produtos que as colônias não produziam – vestuário, sementes, pás, enxadas, baldes, etc.”* (RUCKERT, 1981, p.27).

A dinâmica econômica do setor primário, ao modificar o modelo agrícola brasileiro, implantando os meios mecânicos e químicos de desenvolvimento da produção, gerou um processo de acumulação da produção em termos de produtos, e também de acumulação da propriedade e da posse da terra, em detrimento de pequenos produtores rurais de base familiar.

Nos anos 60, em função em função da alteração básica do sistema produtivo agrícola e pela política oficial que implementa a especialização da produção de soja e trigo na região, a produção agrícola cresce em qualidade e quantidade, tornando os agricultores potenciais consumidores dos mercados urbanos. As cidades passam a equipar-se em função das novas exigências criadas por este redimensionamento da economia. Os serviços e o comércio se qualificam e diversificam, estruturando-se em um espaço urbano mutante que

passa abrigar, a partir deste momento uma população atraída de outros centros, vilas menores, e migrantes do espaço rural.

Nos anos 50 e 60 mais nove municípios se emancipam na Região da Produção: Casca e Marau (1954), Chapada e Constantina (1959), Ronda Alta e Sertão(1963) Rondinha (1964), Ciríaco e David Canabarro (1965).

Pode-se afirmar que, segundo Kalil (1996, p.43), *"iniciado pelo assentamento humano no caminho das tropas que transferia o gado das regiões pecuaristas do Sul do Estado para abastecer os mercados paulistas"*, desde o século XIX, o espaço urbano e rural dos municípios da Região da Produção organizaram-se em função das necessidades econômicas e infra-estruturais que a sociedade local e regional e sua interação regional, estadual e nacional demandavam.

*"Da economia agropecuária tradicional, à indústria extrativa de madeira e erva-mate e à intensa exploração agrícola para produção do soja e trigo, ocorridos neste século, os espaços urbanos e rurais se redimensionaram."* (KALIL, 1996, p.44)

Conforme o que foi apresentado até o momento neste trabalho, este capítulo se configura no desenvolvimento da proposição operacional e na operacionalização da metodologia de análise proposta propriamente dita. A análise da Região da Produção se dará em dois períodos distintos: décadas de 70 e 80 (compreendida pelo período de 1970 a 1987<sup>10</sup>, que a partir deste momento designaremos para fins deste estudo como Período A) e década de 90 a 2003 (compreendida pelo período de 1988 a 2003, que será designado como Período B).

A determinação dos períodos está diretamente ligada as transformações ocorridas no cenário brasileiro e gaúcho, com os reflexos das alterações globais, e também para que pudéssemos ter elementos para efeitos de comparação entre os municípios componentes da Região da Produção e que configurassem seu espaço.

Retomando o apresentado no item 2.6 do capítulo 2 deste estudo, relativo ao Diagrama 02 – *Aportes teórico-metodológicos e conceituais*, o presente capítulo centra sua apresentação nas questões relativas ao crescimento urbano nos períodos A e B, considerando-se o âmbito global e nacional (já apresentado no Quadro 02 [pág. 43] e no sub-item 2.3.2 do

---

<sup>10</sup> Foi escolhido o ano de 1987 como final do primeiro período por encerrar uma “fase marcadamente recessiva (...) 1981-87” (ALONSO, 2000, p.38). O ano de 1988 marca o início de um novo momento de crescimento, após a crise dos anos 80, além de configurar o início de um momento marcado por um grande número de emancipações, que ocorreram basicamente entre os anos de 1988 a 1992.

capítulo 2, respectivamente) e com ênfase neste capítulo nos aspectos regionais (cujas questões inerentes a algumas alterações estruturais, conjunturais e acontecimentos ocorridos antes dos períodos em estudo, e do próprio meio físico, foram apresentadas no capítulo 3), propondo e executando o restante da metodologia de análise.

A proposição de se avaliar a evolução da Região da Produção através dos aspectos do crescimento urbano se dá em função dos mesmos representarem os elementos estruturadores do espaço (sociais, econômicos e espaciais).

Este estudo constitui-se basicamente em um exercício de desenvolvimento que busca o empírico para a sustentação de uma proposta teórica.

Entretanto, todas as frentes temáticas apresentadas até o momento (e que se constituem fundamentais para a construção da proposta teórico-metodológica) não conseguem dispor de dados completos, em função da amplitude do objeto de estudo e das ênfases direcionadas pelos temas abordados, sendo que a elaboração e busca de dados primários necessários para a cobertura total das informações impossibilitaria a execução deste estudo na dimensão de uma dissertação.

Portanto, a estrutura da análise a seguir a ser demonstrada centrou-se na obtenção de dados do tipo social, abrangendo questões relativas, como por exemplo, demográficos, de capital social, das relações sócio-econômicas como as referentes à acumulação obtida no setor primário, redirecionada para os

setores industriais e de serviços, em particular os de intermediação da produção agrícola – onde participam agentes tanto locais como regionais e internacionais, etc.

Por conseguinte, a análise está estruturada, fundamentalmente em três aspectos do crescimento urbano: demográfico (em função de a partir de 1970, ocorrer fortes alterações na divisão territorial do trabalho, migrações e deslocamento do meio rural para o urbano), econômico (através da identificação dos processos econômicos ocorridos nos dois períodos distintos - procurando entender o impacto destes nos centros urbanos dentro da estrutura regional); e espacial (através da comparação das estruturas urbanas, expansão/retração, áreas urbanizadas e dos reflexos dos demais aspectos – econômicos e demográficos, em geral causas estruturais do crescimento urbano – na estrutura física dos municípios que compõem a Região da Produção/RS).

O processo de desconcentração da economia, iniciado na década de 70, reforçou a rede urbana e engendrou uma nova articulação entre as estruturas espaciais que a compõem. Os novos processos de integração produtiva e articulação funcional entre os centros urbanos conformam a existência de 02 movimentos distintos, porém complementares:

- ampliação e diversificação das funções desempenhadas pelos centros urbanos;
- ampliação dos requerimentos de articulação e integração entre eles.

Assim, este capítulo está estruturado em 03 partes bem definidas. As duas primeiras partes nos apresentam os Períodos A e B, através de sua caracterização, aspectos espaciais, demográficos e econômicos. A terceira parte do capítulo contempla a análise comparativa entre os dois períodos, a partir das causas do crescimento urbano, e visa permitir a compreensão da estruturação do espaço regional da Região da Produção e os reflexos destas alterações na expansão das principais áreas urbanas da Região.

Cabe salientar um aspecto relevante no processamento dos dados a seguir expostos, e que se constituem numa contribuição do presente estudo, por não estarem disponíveis da forma que serão apresentados a seguir. Trata-se essencialmente da espacialização dos dados referentes aos aspectos espaciais. Os mapas constantes da análise dos períodos tiveram o seguinte processo de elaboração:

1.	Digitalização Fotos Aéreas (escala 1:110.000) + Digitalização Cartas do Exército (escala 1:50.000) (Período A) e Captura das imagens de Satélite (Embrapa-2003), já processadas e catalogadas, disponíveis na internet – escala 1:25.000. Montagem das imagens, configurando um conjunto que abrangeu as áreas correspondentes à Região da Produção. (Período B)	Montagem do desenho da divisão municipal - a partir do mapa base do estudo Regionalização (SDO, 1974) – Período A; e a partir do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (RS-2002) – Período B.
2.	Sobreposição das Imagens – montagem da base digital e da divisão municipal	
3.	Identificação do sistema viário principal – estradas principais	
4.	Identificação das áreas urbanas (através de “manchas de óleo”)	
5.	Resultado – mapa síntese da Região da Produção no período (A e B)	
Exemplos completos sobre este processo, através da apresentação das imagens se encontram no <b>anexo 3</b> deste estudo.		

### **Caracterização do Período**

Este período é marcado pelas alterações provenientes do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro<sup>11</sup>, adotado pelo Governo Federal. Este modelo apresenta como característica principal a implantação de um processo industrial avançado e dinâmico e uma alteração no modelo agrícola brasileiro, implantando os meios mecânicos e químicos de desenvolvimento da produção, o que desencadeou na Região um processo acelerada concentração urbana e êxodo rural.

A estrutura fundiária da Região era basicamente composta de minifúndios e a estrutura urbana era organizada basicamente em termos de comercialização de produtos básicos (alimentação, vestuário), de insumos para agricultura, e da prestação de serviços voltados para o setor primário. Com a crescente introdução da mecanização da agricultura a população é expulsa do meio rural para um meio urbano que não apresenta condições de absorção deste excedente de mão-de-obra, que em grandes proporções se marginaliza e passa a viver em situação de miséria e sub-emprego.

Em relação ao crescimento das áreas urbanas em regiões onde o centro da economia se concentra nas atividades agropecuárias, podemos identificar

---

<sup>11</sup> O novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, propõe a alteração do modo de produção agrícola pra o industrial. O país era essencialmente agrícola e o conjunto das transformações estruturais no Brasil se inicia com a fase da "modernização da agricultura". Posteriormente, com a expansão da produção industrial, assentada no modelo de substituição de importações, a agricultura deixou de ser um setor econômico distinto, passando rapidamente a se integrar à dinâmica da produção industrial, naquilo que ficou conhecido como "complexos agroindustriais".

algumas particularidades, especificamente em função do porte demográfico. Quanto menor o porte do município, menos funções desempenham.

Segundo Paul Singer,

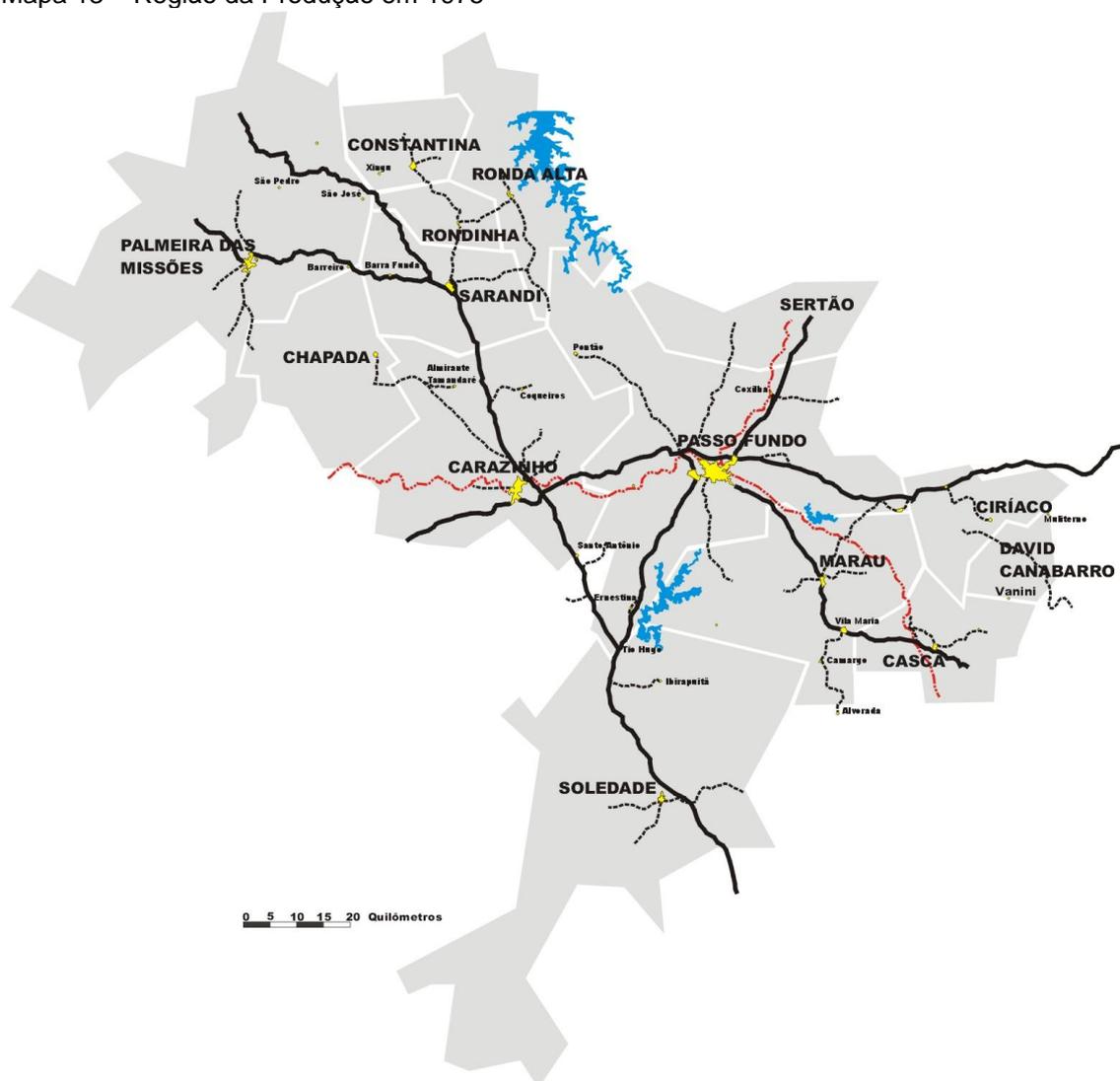
*“Considerada em abstrato, a cidade exerce funções industriais, comerciais, de serviços de toda espécie, inclusive religiosos, administrativos, militares, sanitários, etc. Concretamente, numerosas cidades de um país exercem, conforme seu tamanho, apenas algumas destas funções. As pequenas cidades do interior são, em geral, centros de comercialização dos produtos agrícolas produzidos na área circunvizinha (chamada de seu hinterland), sendo muitas vezes também sedes de governos municipais” (SINGER, 1981).*

Em função das características de ocupação da Região, da organização da produção da subsistência, as cidades, até aproximadamente 1960, reúnem atividades condizentes com tal processo da produção. A partir do momento em que a política econômica nacional se dinamiza com vistas a um desenvolvimento de tipo industrial, verifica-se uma alteração em todos os setores da produção e no papel das cidades.

### **Aspectos Espaciais**

Em relação à organização do território, a Região da Produção neste período é composta de 14 municípios, quais sejam: Carazinho, Casca, Chapada, Ciríaco, Constantina, David Canabarro, Marau, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Ronda Alta, Rondinha, Sarandi, Sertão e Soledade.

Mapa 13 – Região da Produção em 1975



Fonte: montagem do autor, a partir de Fotografias Aéreas (1975), escala 1:110.000, Cartas do Exército, escala 1:250.000 e mapas da divisão municipal do RS do estudo Regionalização da SDO (1974)

### Aspectos Demográficos

O Período A apresenta uma significativa modificação no perfil locacional da população. Enquanto em 1970 a Região apresentava uma população urbana de 39,36%, e uma população rural de 60,64%, em 1980, ocorre um aumento significativo da população urbana, que passa a ser de 54,53% do total do contingente populacional, enquanto o meio rural concentra 45,47%.

Tabela 02 – População Período A (1970 –1987)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO									
	URBANA				RURAL				TOTAL (100%)	
	1970		1980		1970		1980		1970	1980
	%	hab	%	hab	%	hab	%	hab	hab	hab
Carazinho	69,41	29502	80,3	43118	30,59	13002	19,7	10578	42.504	53.696
Casca	12,55	1950	23,61	3376	87,45	13589	76,39	10925	15.539	14.301
Chapada	18,23	1927	25,89	2644	81,77	8646	74,11	7570	10.573	10.214
Ciriaco	11,15	846	16,35	1275	88,85	6741	83,65	6521	7.587	7.796
Constantina	9,24	1434	21,33	3634	90,76	14087	78,67	13404	15.521	17.038
David Canabarro	2,79	175	9,12	483	97,21	6106	90,88	4814	6.281	5.297
Marau	18,34	4845	36,02	9726	81,66	21573	63,98	17275	26.418	27.001
Palmeiras das Missões	27,32	16025	41,53	27409	72,68	42633	58,47	38589	58.658	65.998
Passo Fundo	75,51	70866	87,05	105466	24,49	22984	12,95	15690	93.850	121.156
Ronda Alta	9,36	1500	20,21	3366	90,64	14528	79,79	13291	16.028	16.657
Rondinha	8,62	716	19,2	1632	91,38	7592	80,8	6866	8.308	8.498
Sarandi	35,7	6411	49,39	10149	64,3	11546	50,61	10400	17.957	20.549
Sertão	17,68	1775	24,65	2228	82,32	8266	75,35	6811	10.041	9.039
Soledade	21,29	9888	36,03	17139	78,71	36555	63,97	30430	46.443	47.569
<b>Região da Produção</b>	<b>39,36</b>	<b>147862</b>	<b>54,53</b>	<b>231646</b>	<b>60,64</b>	<b>227846</b>	<b>45,47</b>	<b>193163</b>	<b>375708</b>	<b>424809</b>

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados de Moretto; Mattos (1997), Rio Grande do Sul (2002) e do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2002).

Em relação a estas diferenças, é marcante na Região o fenômeno da migração do campo para cidade, que tem como origem principal a “*expulsão do campo para a cidade em função da modernização da agricultura*” (KALIL, DAL MORO, TEDESCO, 1998).

Segundo metodologia do IBGE, os municípios podem ser classificados, conforme o número de habitantes em:

- Pequeno porte	População inferior a 10.000 hab.
- Porte médio-inferior	10.001 a 25.000 hab
- Porte médio-superior	25.001 a 100.000 hab
- Grande porte	Acima de 100.001 hab

Conforme esse critério, os municípios da Região da Produção são assim classificados (com base nos dados do Censo de 1980):

- Pequeno porte	Ciríaco, David Canabarro, Rondinha, Sertão
- Porte médio-inferior	Casca, Chapada, Constantina, Ronda Alta, Sarandi
- Porte médio-superior	Carazinho, Marau, Palmeira das Missões, Soledade
- Grande porte	Passo Fundo

### **Aspectos Econômicos**

Percebe-se, a partir de 1970 uma modificação na estrutura produtiva da Região da Produção, anteriormente predominantemente de produtos agropecuários para comércio e serviços e produtos industrializados (bens não duráveis por bens de capital).

O quadro abaixo nos apresenta as questões relativas à composição da renda interna da Região da Produção, compreendendo os anos de 1939 a 1985.

Tabela 03 – Composição da Renda Interna da Região da Produção: 1939 – 1985

Anos	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Comércio e Serviços (%)	Total (%)
1939	52,29	10,62	37,09	100
1949	49,78	12,69	37,53	100
1959	39,18	14,23	46,59	100
1970	37,31	9,78	52,91	100
1975	33,47	9,49	57,04	100
1980	27,93	17,83	54,24	100
1985	26,69	13,73	59,58	100

Fonte: Montoya, (1999, p.14)

Enquanto no início dos anos 50 a agricultura representava 49,78% da renda interna da Região, contra 37,53% do comércio e serviços, em 1970 este valor cai para 37,31% contra 52,91%, invertendo-se praticamente os índices. A indústria, que em 1949 correspondia a 12,69% teve uma pequena queda,

passando para 9,78% em função da crise que perdura até a metade da década. A partir da segunda metade da década de 70 ocorre um acelerado desenvolvimento da indústria (que em 1980 passa a responder por 17,83% da composição da renda da Região da Produção), um pequeno aumento no setor de comércio e serviços (54,24%, em 1980) e uma forte queda do setor agropecuário (27,93%, em 1980).

Na Região da Produção, onde a agricultura se moderniza, e a indústria – em função da concentração espacial de sua produção – não se distribui de forma homogênea, as cidades passam a concentrar as atividades econômicas restritas basicamente ao comércio e à produção de serviços. Estas atividades se modernizam, induzindo mudanças sobre toda a estrutura urbana. Mesmo nas cidades de porte médio superior como Palmeira das Missões, Carazinho, Soledade, que se caracterizam como pólos micro-regionais, a situação é muito semelhante, embora a manifestação da indústria tenda a manifestar alguma importância naqueles setores voltado à produção de implementos agrícolas, que não exigem grande densidade ou sofisticação tecnológica e grande volume de capital. Trata-se uma indústria local, organizada segundo padrões tradicionais e flutuando de acordo com as safras e os preços obtidos pelos agricultores no mercado.

Já Passo Fundo se caracteriza como uma exceção, apresentando uma indústria mais estruturada, porém ligada estreitamente à produção primária, *“seja como processadora de seus produtos, seja como fornecedora de bens intermediários e de produção.”* (LAHORGUE, 1981).

Os gêneros que mais se destacaram foram a indústria metal-mecânica (produção de plantadeiras e semeadeiras), material elétrico e de comunicação (com a produção de peças e componentes eletroeletrônicos, e quadros de comando, aspiradores agroindustriais e outros), couros, peles e similares (curtimento de peles bovinas) e produtos alimentares (produção de carnes, embutidos, óleos vegetais, farelos, rações e balas), além da indústria de bebidas. Em menor importância ainda aparece os segmentos de produtos farmacêuticos, madeira e móveis.

Em relação ao setor primário (agropecuária), pode se dizer que a produção se concentra na agricultura empresarial, com uma diminuição da pequena propriedade em detrimento do latifúndio, marcando o período como a consolidação da cultura da soja. A pecuária tem perda significativa, em função da modernização da agricultura. Apesar das perdas do setor, o mesmo continua a ser o setor mais importante para a maioria dos municípios e para a Região da Produção como um todo.

Já o setor terciário (comércio e serviços), que na maioria das cidades da Região da Produção cumpre um papel já mencionado anteriormente, de comércio de produtos básicos e serviços necessário para a vida no campo, cresce significativamente com o aumento da população urbana nos municípios. Este setor é marcado no período pelo aparecimento de grandes atacadistas e cooperativas agrícolas na Região, além da especialização e diversificação do comércio e serviços nos centros urbanos de maior porte, como Passo Fundo e Carazinho.

### **Caracterização do Período**

Este período é marcado pela reestruturação do sistema capitalista como um todo. As formas espaciais da reestruturação são:

- Abertura econômica, globalização, blocos de países. A reestruturação produtiva e os processo de abertura estariam provocando, por sua vez, três modificações importantes na configuração espacial de cada país:
  - redesenho do circuito de infra-estruturas viárias, férrea, fluvial e de portos;
  - realocização industrial e de serviços, e a geração de parques tecnológicos e zonas francas;
  - tendência à descentralização e multiplicação dos lugares de produção de valor, para ampliar o processo produtivo e também vincular diretamente estes mercados consolidados com os fluxos do mercado mundial.
- A descentralização territorial de competências, funções e recursos do governo nacional às autoridades estaduais, regionais e locais.
- As políticas internas abandonam a característica nacional para ajustar-se às condições de competição e do mercado mundial.

*“O que caracteriza o período atual é, não só a dissociação entre produção e consumo, mas também a dissociação entre as diversas etapas da produção. Esse fenômeno, que é mundial, e não apenas restrito aos países desenvolvidos, traz consigo o aumento da circulação de bens, mercadorias, tecnologia,*

*informação e cultura, propondo uma urbanização de caráter globalizante". (LEITE, 1991, p.34)*

Em relação ao anteriormente comentado, podemos enquadrar, em relação a alterações do Sistema Político-Institucional, segundo definição de Castells, os itens abaixo:

- Reforma do Estado e suas políticas públicas, como a descentralização político-administrativa e fiscal;
- Ausência de políticas regionais explícitas, por parte do governo Federal;
- Emergência dos estados e municípios como atores políticos territoriais ativos na promoção do desenvolvimento sócio-econômico, principalmente via guerra fiscal na disputa por investimentos e por iniciativas de desenvolvimento endógeno;
- A sociedade civil, em suas diferentes formas de participação (como por exemplo os COREDES no Rio Grande do Sul).

Em relação ao Sistema Econômico, podemos qualificar como alterações no Período B:

- O mercado em sua crescente composição de parcerias público-privadas;
- A emergência recente de tendências de mudanças na matriz produtiva, principalmente na indústria, com a introdução da produção flexível.

### **Aspectos Espaciais**

Este período é marcado por fortes alterações na estrutura espacial da Região da Produção. A partir de 1988 ocorre um grande número de emancipações, basicamente em função das pressões das categorias rurais.

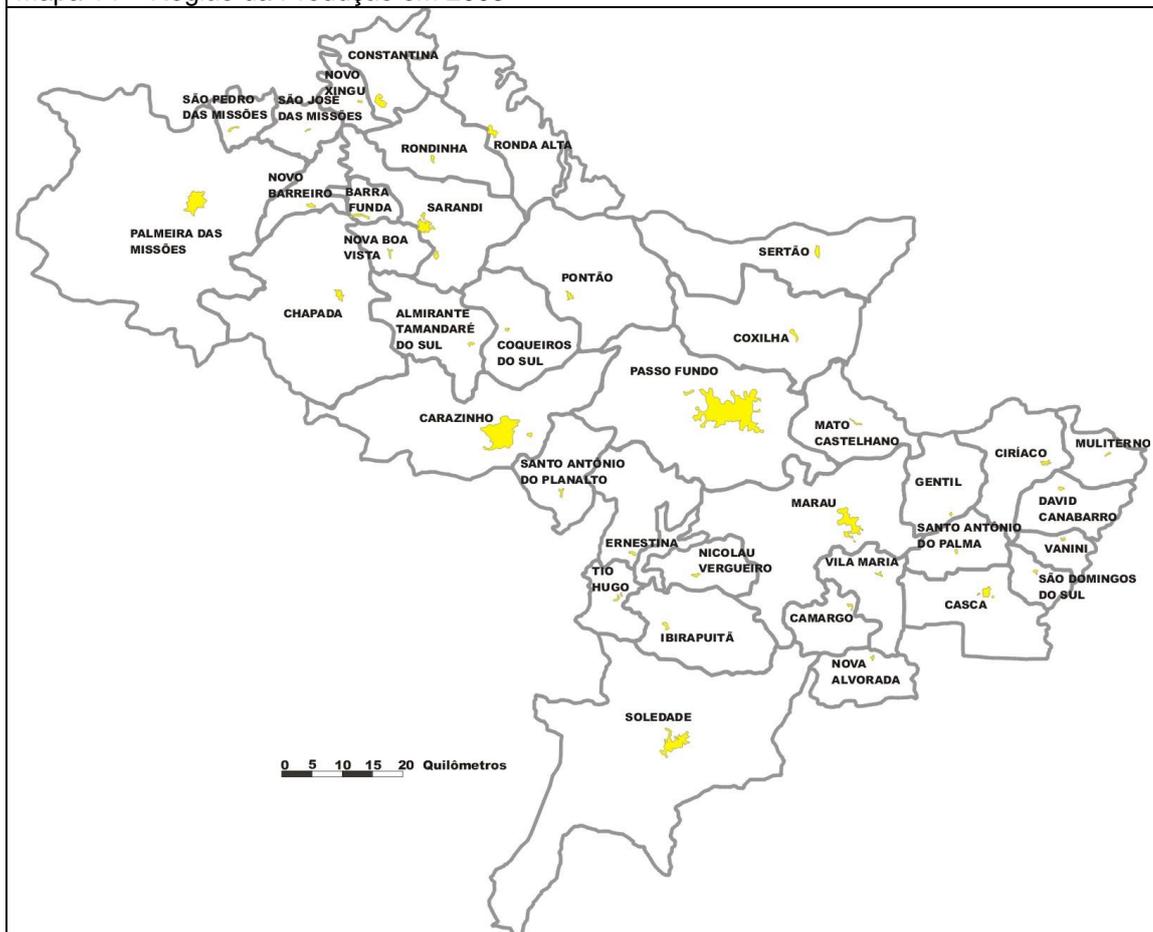
Assim, a configuração espacial da Região da Produção vai sofrendo significativas transformações, a partir das emancipações, sendo composta, além dos 14 municípios existentes no período A, das seguintes localidades:

Quadro 05 – Emancipações Período B (1988-2003)

Ano de Emancipação	Ano de Instalação	Municípios
1987	1989	Ibirapuitã, São Domingos do Sul, Vanini
1988	1989	Camargo, Ernestina, Nova Alvorada, Vila Maria
1992	1993	Barra Funda, Coqueiros do Sul, Coxilha, Gentil, Mato Castelhana, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Pontão, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São José das Missões
1996	2001	Almirante Tamandaré do Sul, Novo Xingu, São Pedro das Missões, Tio Hugo

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados de Rio Grande do Sul (2002) e do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2003).

Mapa 14 – Região da Produção em 2003



Fonte: montagem do autor, a partir de Imagens de Satélite, (EMBRAPA, 2003) escala 1:25.000, e mapas da divisão municipal do RS do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul 2002. (RIO GRANDE DO SUL, 2002)

## Aspectos Demográficos

A região possui uma população total de 462.431 habitantes em 2000, com uma densidade demográfica de 36,70 hab/km<sup>2</sup>. (SCP, 2001)

Percebe-se neste período a consolidação das alterações já notadas no Período A, com o crescente aumento da população urbana e conseqüente diminuição da população rural. Em 1991 a população urbana da Região da Produção já atingia o índice de 68,2%, chegando a 77,44% no Censo do ano 2000(o que significa que mais de ¾ da população total da Região vive nas áreas urbanas), enquanto a população rural diminui de 31,8% em 1991 para 22,56% em 2000.

Tabela 04 – População Período B (1988 –2003)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO									
	URBANA				RURAL				TOTAL (100%)	
	1991		2000		1991		2000		1991	2000
%	hab	%	hab	%	hab	%	hab	hab	hab	
Almirante Tamandaré do Sul										2267*
Barra Funda			53,43	1.192			46,57	1.039		2.231
Camargo	25,97	656	35,23	880	74,03	1870	64,77	1.618	2.526	2.498
Carazinho	86,34	50739	93,96	56.276	13,66	8028	6,04	3.618	58.767	59.894
Casca	31,48	3221	48,79	4.118	68,52	7011	51,21	4.322	10.232	8.440
Chapada	39,68	4181	48,59	4.736	60,32	6357	51,41	5.010	10.538	9.746
Ciriaco	28,50	2039	39,39	2.069	71,5	5115	60,61	3.183	7.154	5.252
Constantina	33,13	4990	49,73	5.802	66,87	10073	50,27	5.865	15.063	11.667
Coqueiros do Sul			29,83	804			70,17	1.891		2.695
Coxilha			54,41	1.621			45,59	1.358		2.979
David Canabarro	20,05	1021	30,06	1.425	79,95	4072	69,94	3.315	5.093	4.740
Ernestina	19,41	747	27,35	1.078	80,59	3102	72,65	2.863	3.849	3.941
Gentil			26,82	475			73,18	1.296		1.771
Ibirapuitã	26,39	1556	37,35	1.931	73,61	4341	62,65	3.239	5.897	5.170
Marau	62,98	15850	80,58	22.853	37,02	9317	19,42	5.508	25.167	28.361
Mato Castelhano			15,89	390			84,11	2.064		2.454
Multiterno			23,30	412			76,70	1.356		1.768
Nicolau Vergueiro			27,10	491			72,90	1.321		1.812
Nova Alvorada	18,24	484	28,69	791	81,76	2169	71,31	1.966	2.653	2.757
Nova Boa Vista			23,99	533			76,01	1.689		2.222
Novo Barreiro			21,21	820			78,79	3.047		3.867
Novo Xingu										1831*
Palmeiras das Missões	57,13	30261	80,71	30.825	42,87	22707	19,29	7.367	52.968	38.192
Passo Fundo	93,19	137286	97,21	163.764	6,81	10032	2,79	4.694	147.318	168.458
Pontão			27,66	1.080			72,34	2.824		3.904
Ronda Alta	34,44	4026	43,66	4.388	65,56	7663	56,34	5.663	11.689	10.051
Rondinha	27,28	1944	32,77	2.001	72,72	5182	67,23	4.106	7.126	6.107
Santo Antônio do Palma			21,93	484			78,07	1.723		2.207
Santo Antônio do Planalto			45,23	905			54,77	1.096		2.001
São Domingos do Sul	39,63	1015	52,31	1.481	60,36704	1546	47,69	1.350	2.561	2.831
São José das Missões			22,77	683			77,23	2.317		3.000
São Pedro das Missões										1790*
Sarandi	52,24	11676	78,53	14.262	47,76	10675	21,47	3.900	22.351	18.162
Sertão	35,71	3192	49,52	3.697	64,29	5746	50,48	3.769	8.938	7.466
Soledade	68,58	20973	78,57	23.356	31,42	9609	21,43	6.371	30.582	29.727
Tio Hugo										2493*
Vanini	36,75	671	44,73	844	63,25	1155	55,27	1.043	1.826	1.887
Vila Maria	26,29	1067	39,25	1.638	73,71	2992	60,75	2.535	4.059	4.173
<b>Região da Produção</b>	<b>68,20</b>	<b>297596</b>	<b>77,44</b>	<b>358105</b>	<b>31,80</b>	<b>138761</b>	<b>22,56</b>	<b>104326</b>	<b>436357</b>	<b>462431</b>

\*Dados de 2001, não computados na soma total da Região da Produção/RS

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul 2002 (RIO GRANDE DO SUL, 2002) e do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2003).

Segundo critérios do IBGE, explicitados anteriormente, podemos agrupar os municípios da Região da Produção no Período B em:

- Pequeno porte	Almirante Tamandaré do Sul, Barra Funda, Camargo, Casca <sup>12*</sup> , Chapada*, Ciriaco, Coqueiros do Sul, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Ibirapuitã, Mato Castelhano, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Novo Xingu, Pontão, Rondinha, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do Sul, São José das Missões, São Pedro das Missões, Sertão, Tio Hugo, Vanini, Vila Maria
- Porte médio-inferior	Constantina, Ronda Alta, Sarandi
- Porte médio-superior	Carazinho, Marau, Palmeira das Missões, Soledade
- Grande porte	Passo Fundo

### **Aspectos Econômicos**

Este período, em relação aos aspectos da economia, demonstra a consolidação do processo iniciado no período anterior. A agricultura e a pecuária vão perdendo importância na composição da renda interna da Região como um todo, apesar de ser a base econômica da maioria dos municípios da Região. O principal ator deste setor no período é a soja, que está articulada ao mercado externo altamente competitivo e dinâmico.

Tabela 05 – Composição da Renda Interna da Região da Produção: 1985 – 2000

Anos	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Comércio e Serviços (%)	Total (%)
1985	26,69	13,73	59,58	100
1990	23,8	14,01	62,19	100
1995	20,91	14,29	64,8	100
2000	18,02	14,57	67,41	100

Fonte: Montoya, 1999 p.14

<sup>12</sup> Este e os demais municípios sinalizados com “ \* “ perderam o posto de “porte médio inferior” no último Censo Demográfico, em 2000, em função de perda de população decorrente de emancipações.

Enquanto isto, a indústria consolida sua posição, passando a integrar o processo no qual se insere o país, de internacionalização da economia. Para exemplificar, grandes grupos nacionais ou multinacionais se instalam na Região, através de novas indústrias - como a Parmalat (voltada ao processamento e beneficiamento de leite e seus derivados), no município de Carazinho, fortalecendo as características regionais de indústrias estreitamente ligadas a produção primária - ou da aquisição de empresas já consolidadas na Região. Os setores que continuam se destacando na Região são as indústrias mecânicas, do vestuário, e de alimentos (com destaque para o setor de óleo vegetal). Os grupos locais também passam a competir no mercado externo com maior força, através da qualificação da sua produção (podemos citar como exemplo a Metasa, indústria de estruturas metálicas de Marau, que produz estruturas metálicas de grande porte para o mercado brasileiro e internacional).

Já o setor terciário é o que apresenta maior crescimento no período, em função, principalmente do aumento da população urbana. Ocorre, na grande maioria dos municípios da Região um aumento significativo na diversificação do comércio e de serviços. Nos centros de maior porte, os serviços de saúde e educação são os que se destacam. Em Passo Fundo, pólo principal da Região, e que exerce influência sobre um total de quase 100 municípios (conforme Alonso [1989, p. 37], Passo Fundo consolida sua posição como Capital Regional, principal centro regional do norte do Estado), o fenômeno de implantação de shoppings centers e hipermercados, além da consolidação do papel de dinamizador regional exercido pela Universidade de Passo Fundo (Mamarella; Martins, 1999) são significativos e decisivos para o fortalecimento do setor terciário. Além disto podemos destacar a ampliação do

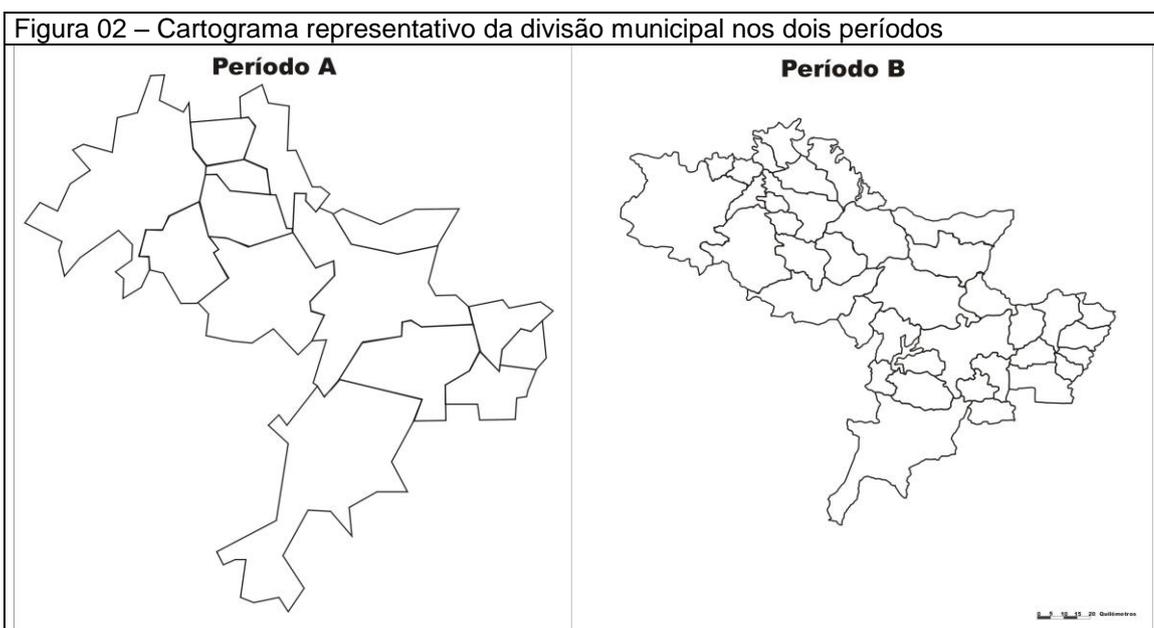
setor do turismo, centrado no turismo de grandes eventos, que além das tradicionais feiras e exposições agroindustriais que ocorriam na região, atraindo um público regional, passou a promover festivais e eventos culturais, como o Festival Internacional do Folclore de Passo Fundo e Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo, que atraem um público nacional e internacional.

**4.3****Análise Comparativa**

Conforme o apresentado até o momento, este item do presente capítulo apresenta uma análise comparativa dos dois períodos propostos; isto se dará através da identificação das causas estruturais do crescimento urbano.

A Região da Produção na sua totalidade, a partir do crescimento físico das suas áreas urbanas, pode ser classificada por apresentar um crescimento descontínuo, sendo um dos fatos a destacar a consolidação das antigas sedes distritais após tornarem-se sedes municipais com as emancipações ocorridas no início do Período B deste estudo.

Percebe-se, em termos territoriais, o grande número de municípios com áreas reduzidas resultantes deste processo, conforme cartograma abaixo apresentado.



Quanto às causas do crescimento das áreas urbanas da Região da Produção podemos, a partir de Solà-Morales (vide capítulo 2, item 2.4), classificá-las como:

- Estruturais: desequilíbrios regionais e movimentos migratórios; industrialização;
- Não-estruturais: mercado do solo urbano; políticas de fomento e planejamento.

Em relação às causas estruturais, especificamente aos desequilíbrios regionais e movimentos migratórios podemos afirmar que o processo de migração foi importante para o crescimento das cidades da Região da Produção.

A trajetória dos migrantes foi dirigida, predominantemente, para duas estações de destino, que são os municípios mais populosos da Região (Passo Fundo e Carazinho). Em 1980, a população de Passo Fundo era constituída por 41% de migrantes, e Carazinho 45% (KALIL; DAL MORO; TEDESCO, 1998). Ao se buscarem indicadores sobre a procedência desses, confirma-se o papel do êxodo rural: 63% saíram da zona rural, na sua grande maioria descendente da segunda leva de migração interna, constituindo um terceiro processo, o da migração dos netos e bisnetos dos primeiros colonos do Estado.

O processo gerado pelos problemas enfrentados pelos agricultores acelerou a urbanização que produziu novas formas produtivas, entrelaçando-se os elos dos setores agrários, industrial e financeiro. Outros segmentos

produtivos articulam-se de modo subordinado e dependente, como é o caso da pequena produção familiar dos colonos. Produzindo desde o processo de ocupação da região sobre a pequena propriedade em regime de trabalho familiar, os colonos passaram a contar com poucas alternativas para se adaptarem aos novos modelos de produção agrícola. O incentivo a produção de trigo-soja acabaram revelando as contradições do modelo. Mergulhados na estagnação ou no endividamento, tendo que se desfazer de seus bens, muitos colonos se mudam para as cidades e sofrem todos os problemas decorrentes da urbanização. Assim, a concentração fundiária ajudou a intensificar o aumento da população urbana na região. Ocorre, também, um intenso processo de migração rural-rural para a região e desta para o Oeste catarinense e ao Paraná. (KALIL; DAL MORO; TEDESCO, 1998)

Quanto aos aspectos da industrialização, podemos ressaltar que o mesmo não foi fator potencial do desenvolvimento urbano da Região da Produção se consideramos a totalidade de municípios componentes da mesma. Conforme observado nos dois períodos, a indústria consolidou sua posição, mas não se tornou fator atrativo de população nem de expansão de área urbana, com exceção nos municípios de maior porte, como Passo Fundo e Carazinho.

Estes municípios destinaram áreas exclusivas a criação de distritos industriais, que geraram uma nova área urbanizada exterior a seus perímetros urbanos, principalmente no final dos anos 80 e início dos anos 90. Passo Fundo, em função do crescimento de sua economia está em processo de implantação de uma nova área industrial.

As causas indiretas do crescimento, relacionadas ao mercado do solo urbano, não podem ser avaliadas a partir dos instrumentos e dados utilizados neste estudo, em função da necessidade de um levantamento mais específico sobre a realidade interna do mercado de cada um dos municípios componentes da Região.

Já em relação às políticas de fomento e planejamento, podemos identificar neste estudo a importância da compreensão do contexto global (exterior e nacional) e da formação histórica para identifica-las como causas indiretas do crescimento.

A alteração do modelo de desenvolvimento brasileiro, a crise dos anos 80, a abertura da economia nos anos 90 se refletiram no processo de crescimento urbano da Região. Estão diretamente ligadas as políticas de planejamento do governo federal, que norteiam o desenvolvimento do País. As conseqüências da falta de uma política regional estruturada também são sentidas na Região, através do crescimento desregulado das periferias das áreas urbanas, e do fenômeno de favelização.

A respeito de instrumentos de planejamento local, a Região também apresenta um quadro deficitário. Percebemos, conforme dados na tabela a seguir, que a maioria dos pequenos centros urbanos não apresenta instrumentos de controle e gestão do solo urbano, com exceção de Lei de Perímetro Urbano. Os municípios que possuem Plano Diretor se configuram na minoria, representados pelos municípios que obrigatoriamente, por exigências legais devem possuir (Passo Fundo, Carazinho, Palmeira das Missões e

Marau, com exceção de Soledade, que não apresenta tal instrumento) e mais quatro municípios de menor porte (Sertão, Coxilha, Novo Barreiro e Vila Maria).

Tabela 06 – Instrumentos de Planejamento Urbano nos municípios da Região da Produção

Município	Existência de Plano diretor	Ano Plano Diretor	Existência de Lei do Perímetro Urbano	Ano Lei do Perímetro Urbano	Existência de Lei de Zoneamento ou Equivalente	Existência de Lei de Parcelamento do solo	Existência de Outros instrumentos de planejamento urbano
Almirante Tamandaré do Sul							
Barra Funda	não	não existente	não	não existente	sim	não	não
Camargo	não	não existente	sim	1991	não	não	não
Carazinho	sim	1992	sim	1989	sim	sim	não
Casca	não	não existente	sim	1997	não	não	não
Chapada	não	não existente	sim	1988	não	não	não
Ciriaco	não	não existente	sim	1985	não	sim	não
Constantina	não	não existente	sim	1991	não	não	não
Coqueiros do Sul	não	não existente	sim	1993	sim	sim	sim
Coxilha	sim	1997	sim	1997	não	não	não
David Canabarro	não	não existente	sim	1990	não	não	não
Ernestina	não	não existente	sim	1997	não	não	não
Gentil	não	não existente	sim	1993	não	não	não
Ibirapuitã	não	não existente	não	não existente	sim	não	não
Marau	sim	1987	sim	1989	sim	não	não
Mato Castelhano	não	não existente	não	não existente	não	não	não
Muliterno	não	não existente	sim	1994	não	não	não
Nicolau Vergueiro	não	não existente	sim	1993	não	não	não
Nova Alvorada	não	não existente	sim	1989	não	não	não
Nova Boa Vista	não	não existente	sim	1993	sim	não	sim
Novo Barreiro	sim	1998	sim	1996	não	não	não
Novo Xingu							
Palmeira das Missões	sim	-	sim	1979	não	sim	não
Passo Fundo	sim	1984	sim	1984	sim	não	não
Pontão	não	não existente	sim	1997	não	não	não
Ronda Alta	não	não existente	sim	1968	não	não	não
Rondinha	não	não existente	sim	1964	não	sim	não
Santo Antônio do Palma	não	não existente	sim	1994	não	sim	não
Santo Antônio do Planalto	não	não existente	não	não existente	não	não	não
São Domingos do Sul	não	não existente	sim	1992	não	sim	não
São José das Missões	não	não existente	sim	1994	não	não	não
São Pedro das Missões							
Sarandi	não	não existente	sim	1978	sim	sim	não
Sertão	sim	-	sim	-	sim	sim	não
Soledade	não	não existente	sim	1992	não	sim	não
Tio Hugo							
Vanini	não	não existente	não	não existente	não	sim	não
Vila Maria	não	não existente	sim	1989	sim	não	não
	Sem informações						

Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2003)

Na esfera regional, as políticas de planejamento se restringem às discussões e proposições de projetos de interesse regional desenvolvidas pelo COREDE Produção (CONDEPRO), sendo sua realização mais importante a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região da Produção.(QUADROS, 1999).

Assim, como conclusão deste capítulo, para efeito de demonstração, apresentamos uma tabela síntese das taxas de urbanização e um quadro que demonstra o crescimento espacial das áreas urbanas (expansão do tecido urbano) dos municípios de maior porte demográfico da Região da Produção.

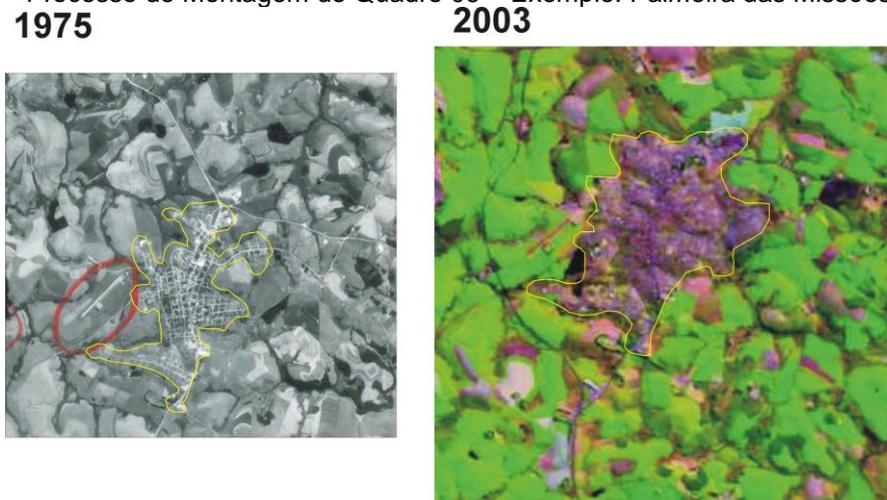
Tabela 07 – Taxa de Urbanização – Principais Centros Urbanos da Região da Produção

Município	Taxa de Urbanização – Período A (dados de 1980)	Taxa de Urbanização – Período B (dados de 2000)
Passo Fundo	87,05%	97,21%
Carazinho	80,30%	93,96%
Palmeira das Missões	41,53%	80,71%
Soledade	36,02%	78,57%
Marau	36,02%	80,58%
Sarandi	49,39%	78,53%
Constantina	21,33%	49,73%
Ronda Alta	20,21%	43,66%

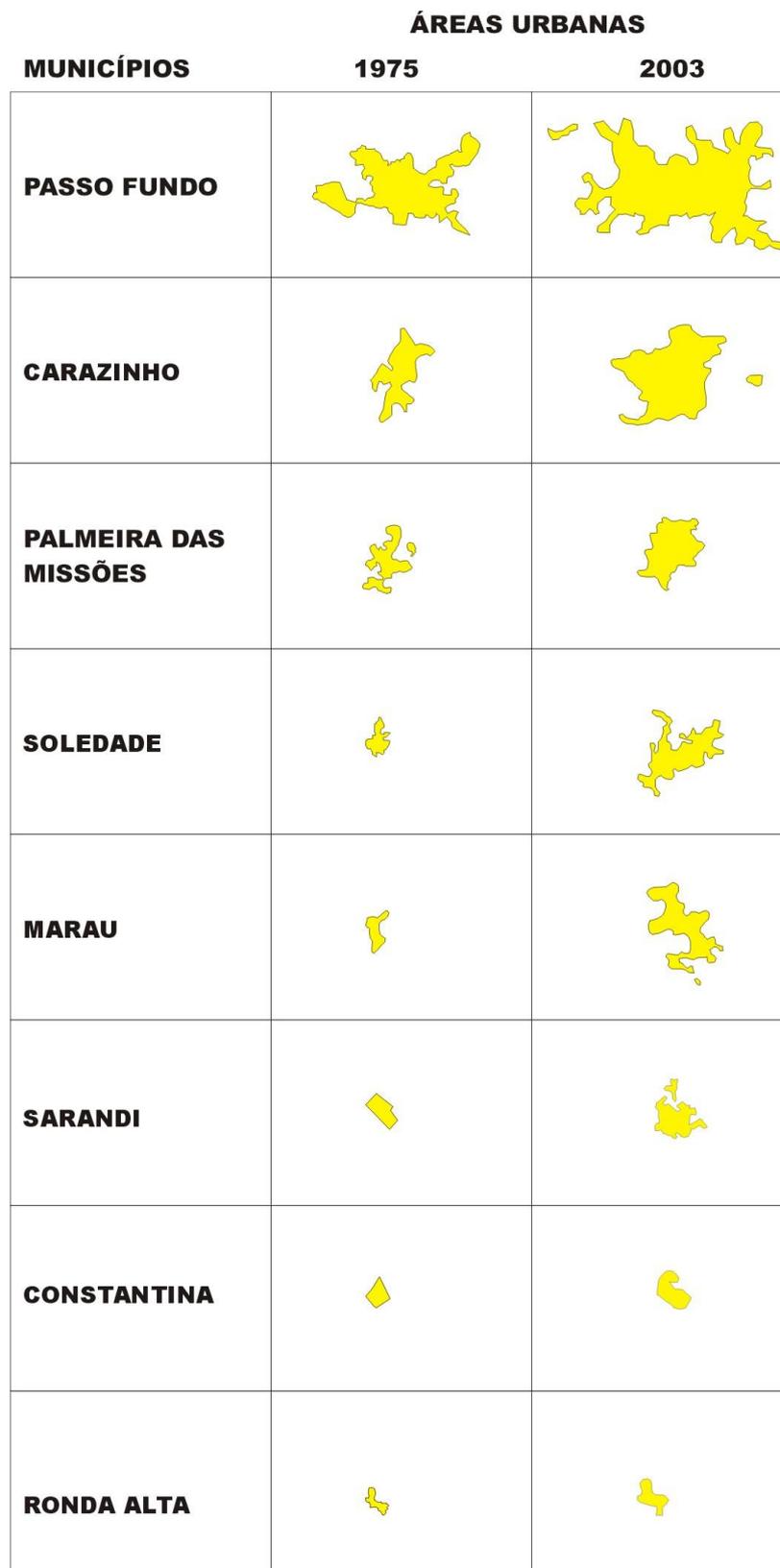
Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2003)

O quadro a ser apresentado a seguir foi construído a partir da mesma base adotada para construção dos mapas sínteses da Região nos dois períodos do estudo. A seguir foram selecionadas as principais áreas urbanas – maiores em extensão e com maior população urbana - para demonstrar a expansão do tecido urbano (vide figura 03), como resultado do explicitado pelas teorias e os dados analisados. Este quadro (vide Quadro 06) é apenas uma demonstração de uma análise possível de ser realizada, a partir das questões morfológicas do crescimento (Panerai, 1983).

Figura 03 – Processo de Montagem do Quadro 06 – Exemplo: Palmeira das Missões/RS



Quadro 06 – Manchas urbanas dos principais centros urbanos da Região da Produção



0 5 10 15 20 Quilômetros

Escala Gráfica

Como salientado no início deste item, a Região da Produção apresenta um crescimento descontínuo e polar, basicamente ao longo dos principais eixos viários de comunicação intermunicipal. Já se forem analisadas isoladamente as áreas urbanas, percebe-se que a expansão dos tecidos urbanos é contínua, e dá-se basicamente na expansão dos principais eixos viários, nas margens das vias de acesso aos municípios e em novos loteamentos na periferia.

Para uma análise mais detalhada destes aspectos seriam necessárias informações cartográficas mais precisas e uma pesquisa de campo em todos os municípios, o que tornaria inviável a execução deste trabalho em tempo hábil.

## 5

## Considerações Finais

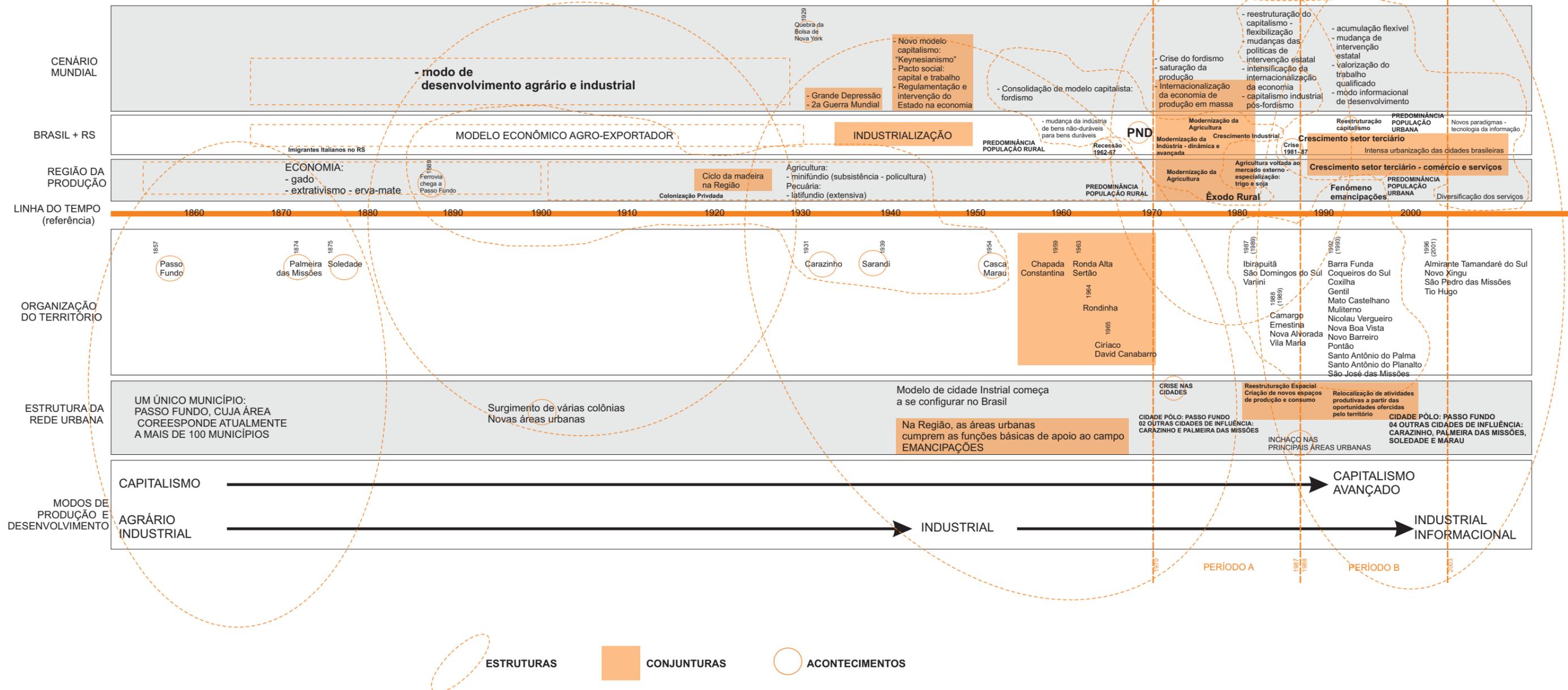
Partindo-se das premissas iniciais deste trabalho, como conclusão, pretendemos fazer um resumo da metodologia de análise do espaço urbano-regional, de seus elementos estruturadores e das questões relativas ao crescimento urbano, que procuramos construir neste estudo, bem como apresentar uma análise crítica desta no estudo da Região da Produção/RS.

Conforme comentado no item 2.6 deste estudo, a construção da metodologia proposta para o mesmo está estruturada em duas etapas: a primeira consistindo basicamente nas questões teórico-conceituais e metodológicas desta pesquisa e a segunda nas questões práticas de proposição e demonstração da metodologia construída através da análise do estudo de caso, a Região da Produção/RS.

Como resultado da análise da aplicação da metodologia proposta, apresentamos a seguir um quadro síntese, que demonstra uma visão geral, em âmbito global/nacional e regional/local das transformações dos elementos estruturadores do espaço urbano-regional, aplicadas e processadas os aportes trazidos pelas bases teóricas e conceituais deste estudo.

Neste quadro, também é possível identificar e classificar os principais fatos ocorridos em relação aos três níveis do tempo histórico – acontecimentos (tempo curto), conjunturas e estruturas (longa duração), que geraram e geram impactos na estruturação do espaço urbano-regional da Região da Produção/RS.

### Quadro 07 - Quadro Síntese



Entretanto, conforme mencionado na introdução do capítulo 4, a demonstração da aplicação da metodologia proposta não foi feita sem dificuldades. Primeiramente em função da disparidade de informações referentes aos três aspectos selecionados dentre os diversos dados sociais identificáveis, com grande quantidade de informações a respeito dos aspectos demográficos, alguns dados a respeito da economia da região, com ênfase no município de Passo Fundo, e poucas informações a respeito dos aspectos espaciais, o que levou a necessidade de se “construir” tais informações.

Outro problema encontrado diz respeito aos dados da Região da Produção como um todo, principalmente referentes ao Período A (1970-1987), pois estudos e pesquisas que a consideram com esta classificação são posteriores aos anos 80.

Foram realizados esforços operacionais para construção de mapas e cartogramas apresentados, em função de não ser encontrada base cartográfica específica do espaço regional em estudo. A construção se deu através de fotografias aéreas, cartas do Exército, imagens de satélite, além da divisão municipal do Rio Grande do Sul dos dois momentos, desenhadas com base no estudo Regionalização (SDO,1974) e no Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul 2002 (RIO GRANDE DO SUL, 2002), conforme exemplificado no final do item 4.3 e também no anexo 3 deste trabalho.

A pesquisa de campo buscou também suprir esta deficiência, porém, em função do universo de pesquisa (a Região da Produção, composta de 38 municípios em 2003) e da própria falta de informações espaciais por parte

destes municípios, não foi possível encontrar mais elementos espaciais para este estudo.

Por outro lado, o número razoável de estudos realizados sobre a Região da Produção, principalmente a respeito de aspectos econômicos e sociais, nos permitiu uma análise crítica das informações e uma compreensão da realidade regional.

Destacamos os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores da Universidade de Passo Fundo, Rosa Kalil, João Carlos Tedesco e Selina Dal Moro, Marco Antonio Montoya, Cleide Moretto e Marília Mattos, além de outros estudos, como os realizados por José Antônio Fialho Alonso e Aldomar Rückert, além do estudo histórico de Francisco Oliveira, principalmente a respeito do município de Passo Fundo.

Dessa maneira, compreendemos que a metodologia construída nos permitiu uma visão global do crescimento da Região da Produção, e de como está se estrutura e se apresenta frente ao contexto contemporâneo.

Assim, destacamos o princípio da “expulsão” como o fator que agiu com maior força no processo de migração e conseqüentemente, de urbanização. A concentração fundiária, aliada à modernização do processo técnico, dispensou a mão-de-obra e transformou as relações de produção, ocasionando a redução da população rural.

O movimento populacional urbano da Região também deve ser considerado em razão do processo de expansão das capitais e dos centros regionais, fenômeno conhecido como “metropolização”. O salto no incremento

urbano foi dado na década de 1970, passando dos 39,36% registrados pelo Censo de 1970 para índices superiores a 54,53% em 1980. Em 1991, a população urbana representava 68,20% da população total, alcançando 77,44%, pouco mais de  $\frac{3}{4}$  do total populacional da Região, em 2000.

A mobilidade populacional provocou um crescimento mais ou menos intenso de todas as sedes municipais e distritais. Em decorrência do processo registra-se a queda dos índices da população rural. Os municípios que ostentam os números populacionais mais elevados (Carazinho, Marau, Sarandi, Soledade, Palmeira das Missões e Passo Fundo) também concentram os índices mais elevados da população urbana, ou seja, mais da metade da população urbana da região. Estes centros são aqueles que oferecem a população uma maior diversidade de funções urbanas, sendo referência para a população de toda região. Segundo o Estudo de Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, Passo Fundo, na relação da Hierarquia da Centralidade apresenta *grau forte e máximo*, Carazinho apresenta *grau médio para forte*, e Marau, Palmeira das Missões e Soledade apresentam *grau médio para fraco e médio* (IPEA; IBGE; UNICAMP/IE/NESUR; IPARDES, 2000).

Atualmente, analisando-se a Região como um todo, em relação ao total de municípios, pode-se dizer que a mesma mantém a sua base produtiva pautada nas atividades agropecuárias, podendo ser considerada uma Região de fluxos de partida das áreas rurais e de reforço de algumas áreas urbanas, apesar de seus centros urbanos de maior porte apresentarem um peso relevante na concentração de atividades econômicas no setor terciário.

Estes fenômenos apontam para o reforço dos centros urbanos que apóiam a atividade agropecuária, assim como para a diversificação das atividades terciárias, com o aumento da atratividade dos centros articulados. A consolidação da liderança dos principais centros deu-se mediante o avanço das atividades terciárias nestes locais (comércio, serviços, transporte, comunicações, educação e saúde) como pólos atratores das populações rurais, além do relevante papel das universidades comunitárias neste processo, especialmente da Universidade de Passo Fundo, o que adicionou certamente novos parâmetros culturais para a região.

Isto pode ser demonstrado através das variações da composição da renda interna da Região, como apresentado nas Tabelas 03 e 05 no capítulo 4 deste estudo.

O processo de mudanças verificado nos últimos 30 anos na Região da Produção/RS tem sua origem pautadas nas alterações estruturais que afetaram o desenvolvimento da sociedade brasileira e nas origens e formação da sua própria rede urbana. Isto demonstra a importância de, neste estudo, ter-se apresentado a questão do Tempo Histórico, para se compreender as alterações atuais da Região da Produção. Os acontecimentos mais recentes, isolados, ou a conjuntura atual brasileira participante do mercado globalizado também tem influência nas mudanças regionais.

Assim, podemos dizer também que a Região da Produção encontra-se preparada a participar das transformações globais, apresentando os elementos necessários para sua inserção no “Espaço de Fluxos”, conceituado por Castells:

- Serviços avançados de decisão: apresenta representações dos diversos níveis de governo, bancos, órgãos e empresas públicas;
- Pesquisa e desenvolvimento: Universidade de Passo Fundo (com campus em 03 cidades da Região, além de Passo Fundo), além do Centro de Pesquisas da Embrapa e da ULBRA (Carazinho);
- Qualidades Atrativas: boa infra-estrutura viária e aérea, centros de transmissão de informações, localização estratégica no contexto do Mercosul;
- Qualidade de fabricação: implantação de indústrias multinacionais, fortalecimento da agroindústria voltada ao mercado externo à Região, indústria metal mecânica com reconhecimento internacional, entre outras.
- Locais de Consumo: destaca-se a cidade de Passo Fundo, que tem influência em termos de comércio e serviços sobre aproximadamente 100 municípios.

Outro fato importante a destacar-se na Região da Produção é a notória capacidade de associativismo, ajuda mútua e comunitária dos imigrantes, e isto tem influência direta com o progresso e o desenvolvimento da região. Estas características contribuíram para o surgimento de um contexto social diferenciado. O estoque de “capital social” destas comunidades é elemento importante no crescimento da região, tanto em relação aos pequenos municípios, como dos centros regionais. A região tem se mostrada preparada para enfrentar os problemas da comunidade e as mudanças econômicas. Embora as sucessivas crises econômicas que afetam especialmente a

produção agrícola e a agroindústria, essas culturas têm conseguido demonstrar um relativo equilíbrio, independente das políticas e dos incentivos públicos. A participação das comunidades está estreitamente ligada aos níveis de desenvolvimento social e econômico.

Retomando um aspecto apresentado no item 2.1, sub-item 2.1.1, a respeito do novo regionalismo, não tratado novamente até o momento, basicamente por centrar-se em questões de gestão e política (não menos importantes, porém não analisados prioritariamente na metodologia proposta), cabe ressaltar neste momento que, em função do exposto neste estudo e das ações do CONDEPRO, podem ser enquadradas dentro da vertente regionalista, pois estão pautadas na elaboração de políticas e estratégias a partir das particularidades e especificidades do ambiente local, além das questões relativas ao associativismo e ao crescimento relacionado diretamente aos fatores endógenos.

Assim, para finalizar este estudo, podemos destacar a importância do planejamento regional, como instrumento de inserção dos centros urbanos no mercado globalizado.

As constantes modificações do mundo contemporâneo e o caráter atual da produção capitalista fazem necessária a adaptação ao processo vigente. Interpretar as questões locais faz-se imprescindível para o descobrimento do que, potencialmente, a Região pode oferecer e como isto implica na sua estruturação e configuração espacial.

Entretanto, pode-se afirmar que a relação direta do crescimento regional da Região e das transformações dos territórios como impacto das transformações associadas a globalização não são realidade na Região ad Produção/RS, pois:

- as principais mudanças se deveriam predominantemente a fatores endógenos, específicos da região, que teriam maior força transformadora que a globalização;
- grande parte das mudanças geralmente atribuídas a globalização já haviam aparecido muito antes de que se falasse deste fenômeno, de modo que o que estaria se observando agora seria somente a culminação de antigas tendências;
- a região e as cidades continuam mantendo sua identidade essencial, sendo afetadas marginalmente pela globalização.

Por fim, pode-se chegar a constatação que este trabalho, como todo processo de pesquisa, apresenta limitações. Entretanto, apesar da limitação das variáveis estudadas é possível a identificação das tendências de crescimento da Região da Produção, que basicamente é misto endógeno, e influenciado pelas relações da região (localização, características do território, formação e produção predominante).

Entende-se que este trabalho pode configurar-se em parte de futuras pesquisas, de maior porte, contribuindo no estudo das diferenças regionais do Rio Grande do Sul ou de outras realidades regionais, a partir do aprimoramento da metodologia construída e aplicada, com a inserção de novas variáveis dos diversos campos do conhecimento. Por ser uma metodologia aberta, a partir do momento que novas informações tornarem-se disponíveis é possível complementar e aprimorar o estudo exposto.

ALLEN, Scott; SOJA, Edward; AGNEW, John & STORPER, Michael. *Cidades-regiões globais*. In: Espaço & Debates 41: Aliança e competição entre cidades. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 2001.

ALONSO, José A. Fialho. *Reflexões sobre o desenvolvimento de Passo Fundo – RS: 1939-87*. In: Projeto Passo Fundo Ano 2000 - Anais do I Seminário sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF, 1989.

BARBOSA, Marialva. O Acontecimento contemporâneo e a Questão da Ruptura. [www.eco/ufri.br/semiosfera/anterior/semisofera02/organizacao/txtsocq.htm](http://www.eco/ufri.br/semiosfera/anterior/semisofera02/organizacao/txtsocq.htm), acessado em 20/06/2003.

BARROS, Joana X. Espacialidade e Crescimento – a produção do espaço urbano sob o capitalismo. 1999. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 1999.

BECKER, Dinizar F. REDENEP: Rede de Estudo, planejamento e Gestão Local-Regional do Desenvolvimento. Lajeado: Editora Univates, 2000.

BELATO, Neyta Oliveira. Mudanças ocorridas no setor urbano em função da modernização da agricultura: o caso de Santo Augusto/RS. 1977. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Curso de Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: 1977.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999. 2ª ed.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1997.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992, 2ª Ed.

BREITBACH, Áurea C. M. Estudo sobre o conceito de região. Estudos FEE n. 13. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Häuser (FEE), 1988.

BURKE, Peter (org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. A escola dos Annales (1920-1989): a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CARRION, Otilia. *Economia Urbana*. In: SOUZA, Nali (coord.). Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 1996.

CASTELLS, Manuel & HALL, Peter. Technopoles of the world. Londres: Routledge, 1994.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1: A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1983.

CASTELLS, Manuel. La Era de la Información: economía, sociedad y cultura. Volumen 2: el poder de la identidad. Madrid: Alianza, 1998.

CASTELLS, Manuel. La Era de la Información: economía, sociedad y cultura. Volumen 3: Fin de Milenio. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

CASTELLS, Manuel. *Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho*. In: Espaço & Debates, nº 17. São Paulo: NERU, 1986.

CASTELLS, Manuel. The informational City. Oxford: Blackwell, 1989.

CASTELLS, Manuel. *The informational mode of development ant the restructuring of capialism*. In: FAINSTEIN, S. & CAMPBELL (ed). Readings in Urban Theory. Oxford: Blackwell, 1993.

CLEMENTE, Ademir. Economia regional e urbana. São Paulo: Atlas, 1994.

COSTA, Rogério H. da; MOREIRA, Igor A. G. Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

CRUZ, Glenda Pereira da. Espaço construído e a Formação Econômico-Social do Rio Grande do Sul. Uma metodologia de Análise e o Espaço Urbano de Pelotas. 1984. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

CRUZ, Glenda Pereira da. *Pelotas. Espaço construído no início da República*. In: WEIMER, Günter (org.) Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.

DAL MORO, Selina; KALIL, Rosa M. L. & TEDESCO, João C (org.). Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo. Passo Fundo: EdiUPF, 1998.

DE LA FUENTE, Ángel. *Desarrollo regional: una aproximación desde la teoría del crecimiento*. In: Ciudad y Territorio – Estudios Territoriales, XXXI (122). Madrid: Ministério de Fomento, 1999.

DENDRINOS, D. The dynamics of the cities. New York: Routledge, 1992.

EMATER. Mapas Temáticos do Rio Grande do Sul. – cd-room. Porto Alegre: EMATER, 2001.

EMBRAPA. [www.embrapa.com.br](http://www.embrapa.com.br). 2003 (acessado em julho e agosto de 2003)

FEE, Anuário Estatístico 2000 – cd-room. Porto Alegre: FEE, 2000.

FEE. De Província de São Pedro a Estado do rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

FEE. De Província de São Pedro a Estado do rio Grande do Sul – Censos do RS 1960 -1980. Porto Alegre: FEE, 1984.

FEE. Migrações Internas no RS. Porto Alegre: FEE-RS, 1976.

FORTES, Amyr Borges. Geografia física do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1959.

FRIEDMANN, J. & WEAVER, C. Territorio y Funcion: La evolucion de la planificación regional. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1981.

FUJITA, M., KRUGMAN, P. & VANEABLES, A. The spatial economy: cities, regions and international trade. Cambridge: MIT, 2000.

GARITAGOITIA, Xabier Eizaguirre. La construcción del território disperso: Talleres de reflexión sobre la forma difusa. Barcelona: Edicions UPC, 2001.

GAUSA, Manuel. *Metrópolis-Metápolis*. In: Revista Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme 213. Barcelona: Arce, 1996.

GONÇALVES, Maria Flora (org.). O novo Brasil urbano: impasses dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GÜELL, José Miguel Fernández. Planificación Estratégica de Ciudades. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1997.

HARVEY, David. *Social justice, postmodernism and the city*. In: FAINSTEIN, S. & CAMPBELL (ed). Readings in Urban Theory. Oxford: Blackwell, 1993.

IBGE. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). 2003 (acessado no período de junho a setembro de 2003)

IBGE. Divisão Regional do Brasil em microrregiões homogêneas: 1968. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil - Redes urbanas regionais: Sul. Brasília: IPEA, 2000. v 6.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 1999. v. 1.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 1999. v. 2.

KALIL, Rosa M. *Espaço-cidadão: a dimensão urbana regional e local*. In: Boletim Gaúcho de Geografia, 21. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1996.

KALIL, Rosa M.; DAL MORO, Selina; TEDESCO, João C. *Migração e urbanização – o caso da região de Passo Fundo*. In: DAL MORO, Selina; KALIL, Rosa M. L. & TEDESCO, João C (org.). Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo. Passo Fundo: EdiUPF, 1998.

KLINK, Jeroen Johannes. A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC Paulista. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

KRAFTA, Romulo. Planejamento no Plural. Porto Alegre: PROPUR-UFRGS (mimeo), 1995.

KRUGMAN, Paul. Development, geography and economic theory. Cambridge: MIT, 1999.

LAHORGUE, Maria Alice (coord). Projetos eixos industriais do interior do Estado do Rio Grande do Sul: relatório parcial do eixo Passo Fundo-Erechim. Porto Alegre: MIC/SIC/CEDIC, 1985.

LAHORGUE, Maria Alice. *Dinâmica espacial da produção e da população e as zonas de fronteira – reflexões sobre o Mercosul*. In: CASTELLO, Iara (org.). Fronteiras na América Latina: Espaços em transformação. Porto Alegre: Ed. da Universidade–UFRGS/FEE, 1997.

LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana; NABUCO, Maria R. (org.). Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. São Paulo: Hucitec / ANPUR / AnnaBlume Editora, 1993.

LÁZARO ARAÚJO, Laureano. *Viejos y nuevos paradigmas, desarrollo regional y desarrollo local*. In: Ciudad y Territorio – Estudios Territoriales, XXXI (122). Madrid: Ministério de Fomento, 1999.

LE GOFF, Jacques, REVEL, Roger (org). A nova história. Coimbra: Livraria Almedina, 1990.

LEITE, Maria Ângela F. P. *A Região Socialmente construída: Natureza e Cultura como Processos de Organização Regional*. In: SINOPSES 16. São Paulo: USP, dez/1991.

MAMARELLA, Rosetta, MARTINS, Clitia. *Manifestações da exclusão social no meio urbano do RS – 1980-96*. In: Impactos sociais e territoriais da reestruturação econômica no RS. Porto Alegre: FEE/FINEP, 1999.

MARSHALL, John. & WOOD, Peter A., Services and Space: Key Aspects of Urban and Regional Development. London: Longman Group Limited, 1996.

MONTOYA, Marco; ROSSETTO, Carlos; KADE, Adrovane; BIOLCHI, Marilza. Descrição e previsão setorial do desenvolvimento econômico da Região da Produção entre 1970 e 2010. Passo Fundo: EdiUPF, 1999.

MORETTO, Cleide F.; MATTOS, Marília (org.). Condepro: estatísticas socioeconômicas. Passo Fundo: EdiUPF/Conselho de Desenvolvimento da Região da Produção (Condepro), 1997.

MÜLLER, Dóris Maria. Crescimento Urbano: Instrumento de Análise aplicado ao Vale do Taquari. 1976. Dissertação (Livre-docência aprovada em Concurso Público) – Faculdade de Arquitetura, Departamento de Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1976.

MÜLLER, Dóris Maria. Rio Grande do Sul: Análise com vistas a uma política de desenvolvimento urbano. Porto Alegre: SDO/SUDESUL/SERFHAU/UFRGS, 1973.

OLIVEIRA, Flávia M. de (org.). Globalização, regionalização e nacionalismo. São Paulo: UNESP, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. Annaes do Município de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF, 1990.

PANERAI, Phillipe; DEPAULE, Jean-Charles; DEMORGÓN, Marcelle; VEYRENCHÉ, Michel. Elementos de Analisis Urbano. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1983.

PÓLO, Alejandro Zaera. *La Organización Material del Capitalismo Avanzado*. In: Revista Dominó n.2. Montevideú: Dos Puntos, Março, 1998.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGU, 1996.

QUADROS, Claudemir (org.) Condepro 8 anos: uma experiência de participação comunitária. Passo Fundo: Condepro, 1999.

RACIONERO, Luis. Sistema de ciudades y ordenación del território. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

RAMBO, Balduino. A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural. Sao Leopoldo: Unisinos, 1994.

REINATO, Eduardo José. A Escola dos *Annales* e a Nova História. In: Estudos Goiânia: Universidade Católica de Goiás, v.28, n.5, p. 821-836Set/Out 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul 2002. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP), 2002. 2ª ed.

RIO GRANDE DO SUL. Diagnóstico da Região da Zona da Produção de Passo Fundo. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1981.

RIO GRANDE DO SUL. Estrutura dos COREDES. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Coordenação e Planejamento – DDRU, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Nova política de Desenvolvimento Regional. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Coordenação e Planejamento – DDRU, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Seminários de Desenvolvimento Regional: construindo um novo modelo de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Coordenação e Planejamento – DDRU, 1999.

RÜCKERT, Aldomar A. *A Construção Tardia do Território no Norte do Rio Grande do Sul - O Caso do Antigo Município de Passo Fundo*. In: Boletim Gaúcho de Geografia, 21. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Agosto, 1996.

RÜCKERT, Aldomar A. *As pequenas cidades coloniais do norte do rio Grande do Sul*. In: Boletim Gaúcho de Geografia, 9. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1981.

RÜCKERT, Aldomar A. Reforma do estado e tendências de reestruturação territorial: cenários contemporâneos no Rio Grande do Sul. (Tese de Doutorado) São Paulo: USP, 2001.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. In: SANTOS, Milton, (org.). Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia global. São Paulo, Nobel, 1998.

SAUNDERS, Peter. Social theory and the urban question. London : Routledge, 1995.

SCP. Perfil das Regiões dos COREDES – Plenária Regional de Diretrizes: Orçamento Participativo 2001-2002. Porto Alegre: SCP, 2001.

SDO. Regionalização: proposição de organização territorial do estado para fins de programação regional e urbana. Porto Alegre: Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas(SDO), 1974.

SINGER, Paul. Economia política da industrialização. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SISTEMA NACIONAL DE INDICADORES URBANOS. Banco de Dados do Ministério das Cidades. [www.sniu.gov.br](http://www.sniu.gov.br). 2003 (acessado em agosto e setembro de 2003)

SOLÀ-MOALES i RUBIÓ, Manuel. Las formas de crecimiento urbano. Barcelona: Edicions UPC, 1997.

SOUZA, Célia Ferraz de. Contrastes regionais e formações urbanas. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

SOUZA, Célia Ferraz. Análise comparativa da estrutura urbana nas cidades gaúchas.(Monografia) Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1971.

TAVARES, Hermes. *Desenvolvimento endógeno, novo desequilíbrios e a necessidade de políticas regionais*. In: RIGATTI, Décio. (org.) Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR. Porto Alegre: PROPUR-UFRGS, 1999.

TEDESCO, João Carlos. *Noções e conceituações sobre a cidade: considerações introdutórias de uma breve revisão bibliográfica*. In: DAL MORO, Selina; KALIL, Rosa M. L. & TEDESCO, João C (org.). Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo. Passo Fundo: EdiUPF, 1998.

\_\_Mapas, Fotografias aéreas e imagens de satélite:

- Fotografias aéreas – escala 1:110.000 Diretoria de Serviço Geográfico – 1ª Divisão de Levantamento – Projeto Fronteira Sul – Cobertura Geográfica – 1975. Acervo CPRM – Serviço Geológico do Brasil
- [www.embrapa.com.br](http://www.embrapa.com.br) - O Rio Grande do Sul Visto do Espaço – imagens de satélite – escala 1:25.000
- Cartas do Exército – escala 1:250.000. Cartas: SH 22-Y-C (MIR 521), SH 22-Y-D (MIR 522), SH 22-V-A (MIR 527) e SH 22-V-B (MIR 528) , 1975.
- Material disponibilizado pela Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

**ANEXOS**

**Anexo 01**

MUNICÍPIO DE ORIGEM	MUNICÍPIO	ÁREA Km <sup>2</sup>	DATA DE EMANCIPAÇÃO	ANO DE INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO
Carazinho	Almirante Tamandaré do Sul	*	1996	2001
Sarandi	Barra Funda	64,1	1992	1993
Marau	Camargo	137,8	1988	1989
Passo Fundo	Carazinho	909,9	1931	1931
Guaporé	Casca	270,8	1954	1954
Palmeira das Missões / Sarandi	Chapada	695,6	1959	1959
Passo Fundo	Ciriaco	277,8	1965	1965
Sarandi	Constantina	278,5	1959	1959
Carazinho	Coqueiros do Sul	257,4	1992	1993
Passo Fundo / Sertão	Coxilha	421,1	1992	1993
Passo Fundo	David Canabarro	174,9	1965	1965
Passo Fundo / Vitor Graeff	Ernestina	294,2	1988	1989
Ciriaco / Marau / Passo Fundo	Gentil	183,7	1992	1993
Marau / Soledade	Ibirapuitã	375	1987	1989
Guaporé / Passo Fundo	Marau	611,6	1954	1954
Passo Fundo	Mato Castelhano	245,2	1992	1993
Ciriaco / David Canabarro / Ibiraiaras	Muliterno	113	1992	1992
Marau	Nicolau Vergueiro	157,1	1992	1993
Arvorezinha	Nova Alvorada	149,4	1988	1988
Chapada / Sarandi	Nova Boa Vista	96,10	1992	1993
Palmeira das Missões	Novo Barreiro	124,00	1992	1993
Constantina	Novo Xingu	*	1996	2001
Cruz Alta / Passo Fundo	Palmeiras das Missões	1.549,80	1874	1874
Cruz Alta	Passo Fundo	759,4	1857	1857
Carazinho / Passo Fundo / Ronda Alta / Sarandi	Pontão	524,3	1992	1993
Nonoai / Sarandi	Ronda Alta	419,6	1963	1963
Constantina / Sarandi	Rondinha	259,2	1964	1964
Casca	Santo Antônio do Palma	126,1	1992	1993
Carazinho / Não-Me-Toque	Santo Antônio do Planalto	207,5	1992	1993
Casca	São Domingos do Sul	81,2	1987	1989
Palmeira das Missões	São José das Missões	96	1992	1993
Palmeira das Missões	São Pedro das Missões	*	1996	2001
Passo Fundo	Sarandi	342,8	1939	1939
Passo Fundo	Sertão	443,8	1963	1963
Passo Fundo	Soledade	1.209	1875	1875
Vitor Graeff / Ernestina / Ibirapuitã	Tio Hugo	*	1996	2001
Casca / David Canabarro	Vanini	63,8	1987	1989
Casca / Marau	Vila Maria	184,7	1988	1989

\* Area incorporada à(s) área(s) do(s) município(s) de origem.

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul 2002 e do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos.

**Anexo 02**

Dados da Região da Produção  
Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU  
2003

## DADOS REGIÃO PRODUÇÃO - SNIU

Município	Ano de instalação do município	Área do município (km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica, 2000 (hab./km <sup>2</sup> )	Total de sedes de empresas
<b>Almirante Tamandaré do Sul</b>	<b>2001</b>			
Barra Funda (RS)	1993	64,1	34,8	74
Camargo (RS)	1989	137,8	18,1	58
Carazinho (RS)	1931	909,9	65,8	1880
Casca (RS)	1954	270,8	31,1	356
Chapada (RS)	1959	695,6	14	405
Ciríaco (RS)	1965	277,8	18,9	155
Constantina (RS)	1959	278,5	41,9	277
Coqueiros do Sul (RS)	1993	257,4	10,5	54
Coxilha (RS)	1993	421,1	7,1	155
David Canabarro (RS)	1965	174,8	27,1	190
Ernestina (RS)	1989	294,2	13,4	136
Gentil (RS)	1993	183,7	9,6	27
Ibirapuitã (RS)	1989	375	13,8	100
Marau (RS)	1954	611,6	46	909
Mato Castelhano (RS)	1993	245,2	10	31
Muliterno (RS)	1993	112,8	15,6	14
Nicolau Vergueiro (RS)	1993	157,1	11,5	36
<b>Nova Alvorada</b>	<b>1989</b>			
Nova Boa Vista (RS)	1993	96,1	23,1	44
<b>Novo Barreiro</b>	<b>1993</b>			
<b>Novo Xingu</b>	<b>2001</b>			
Palmeira das Missões (RS)	1874	1549,8	24,6	1033
Passo Fundo (RS)	1857	759,4	221,8	6383
Pontão (RS)	1993	524,3	7,4	53
Ronda Alta (RS)	1963	419,6	23,9	285
Rondinha (RS)	1964	259,2	23,6	147
Santo Antônio do Palma (RS)	1993	126,1	17,5	40
Santo Antônio do Planalto (RS)	1993	207,5	9,6	54
São Domingos do Sul (RS)	1989	81,2	34,9	161
São José das Missões (RS)	1993	96,3	31,2	35
<b>São Pedro das Missões</b>	<b>2001</b>			
Sarandi (RS)	1939	342,8	52,9	621
Sertão (RS)	1963	443,8	16,8	166
Soledade (RS)	1875	1209	24,6	811
<b>Tio Hugo</b>	<b>2001</b>			
Vanini (RS)	1989	63,8	29,5	90
Vila Maria (RS)	1989	184,7	22,6	138

## DADOS REGIÃO PRODUÇÃO - SNIU

Município	População total, 1970	População total, 1980	População total, 1991	População total, 2000
<b>Almirante Tamandaré do Sul</b>				
Barra Funda (RS)	-	-	-	2231
Camargo (RS)	-	-	2526	2498
Carazinho (RS)	42504	53696	58767	59894
Casca (RS)	15539	14301	10232	8440
Chapada (RS)	10573	10214	10538	9746
Ciríaco (RS)	7587	7796	7154	5252
Constantina (RS)	15521	17038	15063	11667
Coqueiros do Sul (RS)	-	-	-	2695
Coxilha (RS)	-	-	-	2979
David Canabarro (RS)	6281	5297	5093	4740
Ernestina (RS)	-	-	3849	3941
Gentil (RS)	-	-	-	1771
Ibirapuitã (RS)	-	-	5897	5170
Marau (RS)	26418	27001	25167	28361
Mato Castelhano (RS)	-	-	-	2454
Muliterno (RS)	-	-	-	1768
Nicolau Vergueiro (RS)	-	-	-	1812
Nova Alvorada			2653	2757
Nova Boa Vista (RS)	-	-	-	2222
<b>Novo Barreiro</b>				
<b>Novo Xingu</b>				
Palmeira das Missões (RS)	58658	65998	52968	38192
Passo Fundo (RS)	93850	121156	147318	168458
Pontão (RS)	-	-	-	3904
Ronda Alta (RS)	16028	16657	11689	10051
Rondinha (RS)	8308	8498	7126	6107
Santo Antônio do Palma (RS)	-	-	-	2207
Santo Antônio do Planalto (RS)	-	-	-	2001
São Domingos do Sul (RS)	-	-	2561	2831
São José das Missões (RS)	-	-	-	3000
<b>São Pedro das Missões</b>				
Sarandi (RS)	17957	20549	22351	18162
Sertão (RS)	10041	9039	8938	7466
Soledade (RS)	46443	47569	30582	29727
<b>Tio Hugo</b>				
Vanini (RS)	-	-	1826	1887
Vila Maria (RS)	-	-	4059	4173

## DADOS REGIÃO PRODUÇÃO - SNIU

Município	População total urbana, 1970	População total urbana, 1980	População total urbana, 1991	População total urbana, 2000
<b>Almirante Tamandaré do Sul</b>				
Barra Funda (RS)	-	-	-	1192
Camargo (RS)	-	-	656	880
Carazinho (RS)	29498	43120	50742	56276
Casca (RS)	1946	3376	3221	4118
Chapada (RS)	1924	2644	4181	4736
Ciríaco (RS)	866	1275	2039	2069
Constantina (RS)	1437	3634	4991	5802
Coqueiros do Sul (RS)	-	-	-	804
Coxilha (RS)	-	-	-	1621
David Canabarro (RS)	165	483	1021	1425
Ernestina (RS)	-	-	747	1078
Gentil (RS)	-	-	-	475
Ibirapuitã (RS)	-	-	1556	1931
Marau (RS)	4844	9726	15851	22853
Mato Castelhano (RS)	-	-	-	390
Muliterno (RS)	-	-	-	412
Nicolau Vergueiro (RS)	-	-	-	491
<b>Nova Alvorada</b>				
Nova Boa Vista (RS)	-	-	-	533
<b>Novo Barreiro</b>				
<b>Novo Xingu</b>				
Palmeira das Missões (RS)	15967	27408	30262	30825
Passo Fundo (RS)	70737	105468	137288	163764
Pontão (RS)	-	-	-	1080
Ronda Alta (RS)	1497	3367	4026	4388
Rondinha (RS)	719	1632	1944	2001
Santo Antônio do Palma (RS)	-	-	-	484
Santo Antônio do Planalto (RS)	-	-	-	905
São Domingos do Sul (RS)	-	-	1015	1481
São José das Missões (RS)	-	-	-	683
<b>São Pedro das Missões</b>				
Sarandi (RS)	6412	10150	11677	14262
Sertão (RS)	1796	2228	3192	3697
Soledade (RS)	9831	17137	20972	23356
<b>Tio Hugo</b>				
Vanini (RS)	-	-	671	844
Vila Maria (RS)	-	-	1067	1638

## DADOS REGIÃO PRODUÇÃO - SNIU

Município	População total rural, 1970	População total rural, 1980	População total rural, 1991	População total rural, 2000
<b>Almirante Tamandaré do Sul</b>				
Barra Funda (RS)	-	-	-	1039
Camargo (RS)	-	-	1870	1618
Carazinho (RS)	13006	10576	8025	3618
Casca (RS)	13593	10925	7011	4322
Chapada (RS)	8649	7570	6357	5010
Ciríaco (RS)	6721	6521	5115	3183
Constantina (RS)	14084	13404	10072	5865
Coqueiros do Sul (RS)	-	-	-	1891
Coxilha (RS)	-	-	-	1358
David Canabarro (RS)	6116	4814	4072	3315
Ernestina (RS)	-	-	3102	2863
Gentil (RS)	-	-	-	1296
Ibirapuitã (RS)	-	-	4341	3239
Marau (RS)	21574	17275	9316	5508
Mato Castelhano (RS)	-	-	-	2064
Muliterno (RS)	-	-	-	1356
Nicolau Vergueiro (RS)	-	-	-	1321
<b>Nova Alvorada</b>				
Nova Boa Vista (RS)	-	-	-	1689
<b>Novo Barreiro</b>				
<b>Novo Xingu</b>				
Palmeira das Missões (RS)	42691	38590	22706	7367
Passo Fundo (RS)	23113	15688	10030	4694
Pontão (RS)	-	-	-	2824
Ronda Alta (RS)	14531	13290	7663	5663
Rondinha (RS)	7589	6866	5182	4106
Santo Antônio do Palma (RS)	-	-	-	1723
Santo Antônio do Planalto (RS)	-	-	-	1096
São Domingos do Sul (RS)	-	-	1546	1350
São José das Missões (RS)	-	-	-	2317
<b>São Pedro das Missões</b>				
Sarandi (RS)	11545	10399	10674	3900
Sertão (RS)	8245	6811	5746	3769
Soledade (RS)	36612	30432	9610	6371
<b>Tio Hugo</b>				
Vanini (RS)	-	-	1155	1043
Vila Maria (RS)	-	-	2992	2535

## DADOS REGIÃO PRODUÇÃO - SNIU

Município	Taxa média de crescimento anual, 1970 a 1980 (%)	Taxa média de crescimento anual, 1980 a 1991 (%)	Taxa média de crescimento anual, 1991 a 2001 (%)
<b>Almirante Tamandaré do Sul</b>			
Barra Funda (RS)	-	-	-
Camargo (RS)	-	-	-0,101281514
Carazinho (RS)	2,364934574	0,823755823	0,172838833
Casca (RS)	-0,826798344	-2,99786702	-1,735113712
Chapada (RS)	-0,344846569	0,284298305	-0,70776372
Ciríaco (RS)	0,272114815	-0,778220974	-2,770556884
Constantina (RS)	0,936883513	-1,113793942	-2,295755869
Coqueiros do Sul (RS)	-	-	-
Coxilha (RS)	-	-	-
David Canabarro (RS)	-1,689451771	-0,356395894	-0,650871795
Ernestina (RS)	-	-	0,214968216
Gentil (RS)	-	-	-
Ibirapuitã (RS)	-	-	-1,188975684
Marau (RS)	0,218521474	-0,637417004	1,09211459
Mato Castelhano (RS)	-	-	-
Muliterno (RS)	-	-	-
Nicolau Vergueiro (RS)	-	-	-
<b>Nova Alvorada</b>			
Nova Boa Vista (RS)	-	-	-
<b>Novo Barreiro</b>			
<b>Novo Xingu</b>			
Palmeira das Missões (RS)	1,185982359	-1,979566656	-2,929522477
Passo Fundo (RS)	2,586701244	1,793294791	1,226487188
Pontão (RS)	-	-	-
Ronda Alta (RS)	0,385675378	-3,168554351	-1,363133995
Rondinha (RS)	0,226375199	-1,58799065	-1,393064096
Santo Antônio do Palma (RS)	-	-	-
Santo Antônio do Planalto (RS)	-	-	-
São Domingos do Sul (RS)	-	-	0,91536589
São José das Missões (RS)	-	-	-
<b>São Pedro das Missões</b>			
Sarandi (RS)	1,357453531	0,767098008	-1,869036092
Sertão (RS)	-1,045774969	-0,102099646	-1,622622858
Soledade (RS)	0,239842507	-3,936512092	-0,257448729
<b>Tio Hugo</b>			
Vanini (RS)	-	-	0,299178322
Vila Maria (RS)	-	-	0,25212242

## DADOS REGIÃO PRODUÇÃO - SNIU

Município	Taxa de urbanização, 1970 (%)	Taxa de urbanização, 1980 (%)	Taxa de urbanização, 1991 (%)	Taxa de urbanização, 2000 (%)
Almirante Tamandaré do Sul				
Barra Funda (RS)	-	-	-	53,42895563
Camargo (RS)	-	-	25,96991	35,22818255
Carazinho (RS)	69,40052701	80,30393325	86,34438	93,95932815
Casca (RS)	12,5233284	23,60674079	31,47967	48,79146919
Chapada (RS)	18,197295	25,88603877	39,67546	48,5942951
Ciriaco (RS)	11,41426124	16,35454079	28,50154	39,39451637
Constantina (RS)	9,258424071	21,32879446	33,13417	49,73000771
Coqueiros do Sul (RS)	-	-	-	29,83302412
Coxilha (RS)	-	-	-	54,41423296
David Canabarro (RS)	2,626970228	9,118368888	20,04712	30,06329114
Ernestina (RS)	-	-	19,40764	27,35346359
Gentil (RS)	-	-	-	26,82100508
Ibirapuitã (RS)	-	-	26,3863	37,35009671
Marau (RS)	18,33598304	36,02088812	62,98327	80,57896407
Mato Castelhano (RS)	-	-	-	15,89242054
Muliterno (RS)	-	-	-	23,30316742
Nicolau Vergueiro (RS)	-	-	-	27,09713024
Nova Alvorada				
Nova Boa Vista (RS)	-	-	-	23,98739874
Novo Barreiro				
Novo Xingu				
Palmeira das Missões (RS)	27,22049848	41,52853117	57,13261	80,71062003
Passo Fundo (RS)	75,37240277	87,0514048	93,1916	97,21354878
Pontão (RS)	-	-	-	27,66393443
Ronda Alta (RS)	9,339905166	20,21372396	34,44264	43,65734753
Rondinha (RS)	8,6543091	19,20451871	27,28038	32,76567873
Santo Antônio do Palma (RS)	-	-	-	21,93022202
Santo Antônio do Planalto (RS)	-	-	-	45,22738631
São Domingos do Sul (RS)	-	-	39,63296	52,31367008
São José das Missões (RS)	-	-	-	22,76666667
São Pedro das Missões				
Sarandi (RS)	35,70752353	49,3941311	52,24375	78,52659399
Sertão (RS)	17,88666467	24,64874433	35,71269	49,51781409
Soledade (RS)	21,16788321	36,02556287	68,57629	78,56830491
Tio Hugo				
Vanini (RS)	-	-	36,74699	44,72708002
Vila Maria (RS)	-	-	26,28726	39,25233645

## DADOS REGIÃO PRODUÇÃO - SNIU

Município	Produto Interno Bruto de 1970 (US\$1000 de 1998)	Produto Interno Bruto de 1975 (US\$1000 de 1998)	Produto Interno Bruto de 1980 (US\$1000 de 1998)	Produto Interno Bruto de 1985 (US\$1000 de 1998)	Produto Interno Bruto de 1990 (US\$1000 de 1998)	Produto Interno Bruto de 1996 (US\$1000 de 1998)
<b>Almirante Tamandaré do Sul</b>						
Barra Funda (RS)	-	-	-	-	-	16166
Camargo (RS)	-	-	-	-	14901	18536
Carazinho (RS)	171516	258696	273670	258181	249797	212281
Casca (RS)	28898	35089	47847	51614	28467	37221
Chapada (RS)	32332	30927	42971	55459	36559	53317
Ciriaco (RS)	10939	16696	17223	18387	21990	16749
Constantina (RS)	31829	50658	52263	53918	34086	35472
Coqueiros do Sul (RS)	-	-	-	-	-	16714
Coxilha (RS)	-	-	-	-	-	22448
David Canabarro (RS)	9114	10431	13810	10858	11576	18308
Ernestina (RS)	-	-	-	-	15941	17066
Gentil (RS)	-	-	-	-	-	6956
Ibirapuitã (RS)	-	-	-	-	8430	13269
Marau (RS)	61482	95681	113691	144822	158268	198837
Mato Castelhano (RS)	-	-	-	-	-	9653
Muliterno (RS)	-	-	-	-	-	6010
Nicolau Vergueiro (RS)	-	-	-	-	-	7414
<b>Nova Alvorada</b>						
Nova Boa Vista (RS)	-	-	-	-	-	11550
<b>Novo Barreiro</b>						
<b>Novo Xingu</b>						
Palmeira das Missões (RS)	123077	178039	194103	181627	170300	147170
Passo Fundo (RS)	307097	434846	629402	661452	779593	807221
Pontão (RS)	-	-	-	-	-	28733
Ronda Alta (RS)	28936	44369	50289	45364	38219	36155
Rondinha (RS)	16136	24750	32923	31068	18665	25606
Santo Antônio do Palma (RS)	-	-	-	-	-	6133
Santo Antônio do Planalto (RS)	-	-	-	-	-	3475
São Domingos do Sul (RS)	-	-	-	-	4935	12542
São José das Missões (RS)	-	-	-	-	-	9809
<b>São Pedro das Missões</b>						
Sarandi (RS)	59249	93908	116611	103584	84850	79236
Sertão (RS)	22286	23958	29887	29019	40485	38813
Soledade (RS)	74033	100207	119674	121253	91110	98070
<b>Tio Hugo</b>						
Vanini (RS)	-	-	-	-	2772	8614
Vila Maria (RS)	-	-	-	-	-	-

**Anexo 03**

Processo de Montagem dos mapas  
Períodos A e B

Processo de Montagem dos mapas  
Período A – 1970-1987

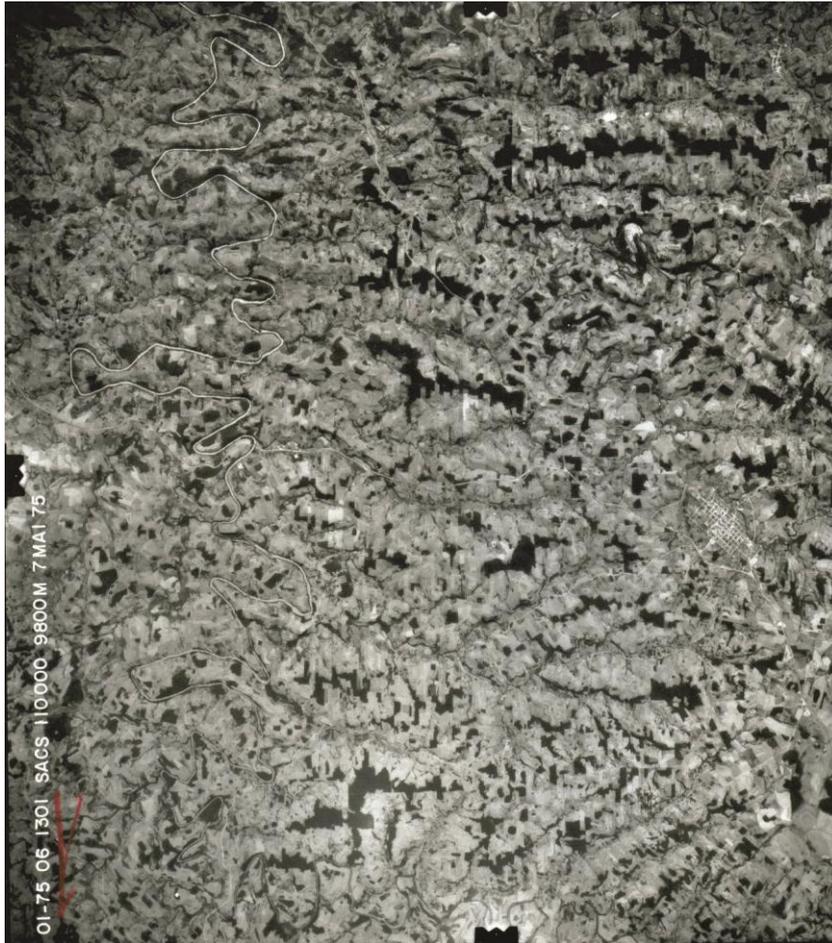
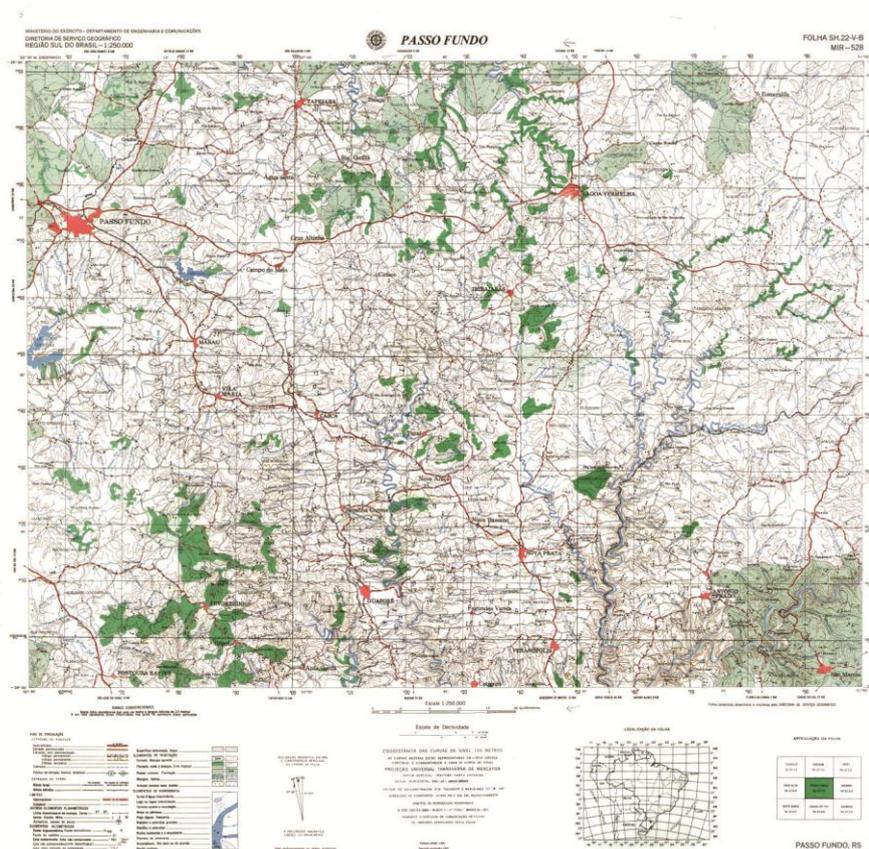
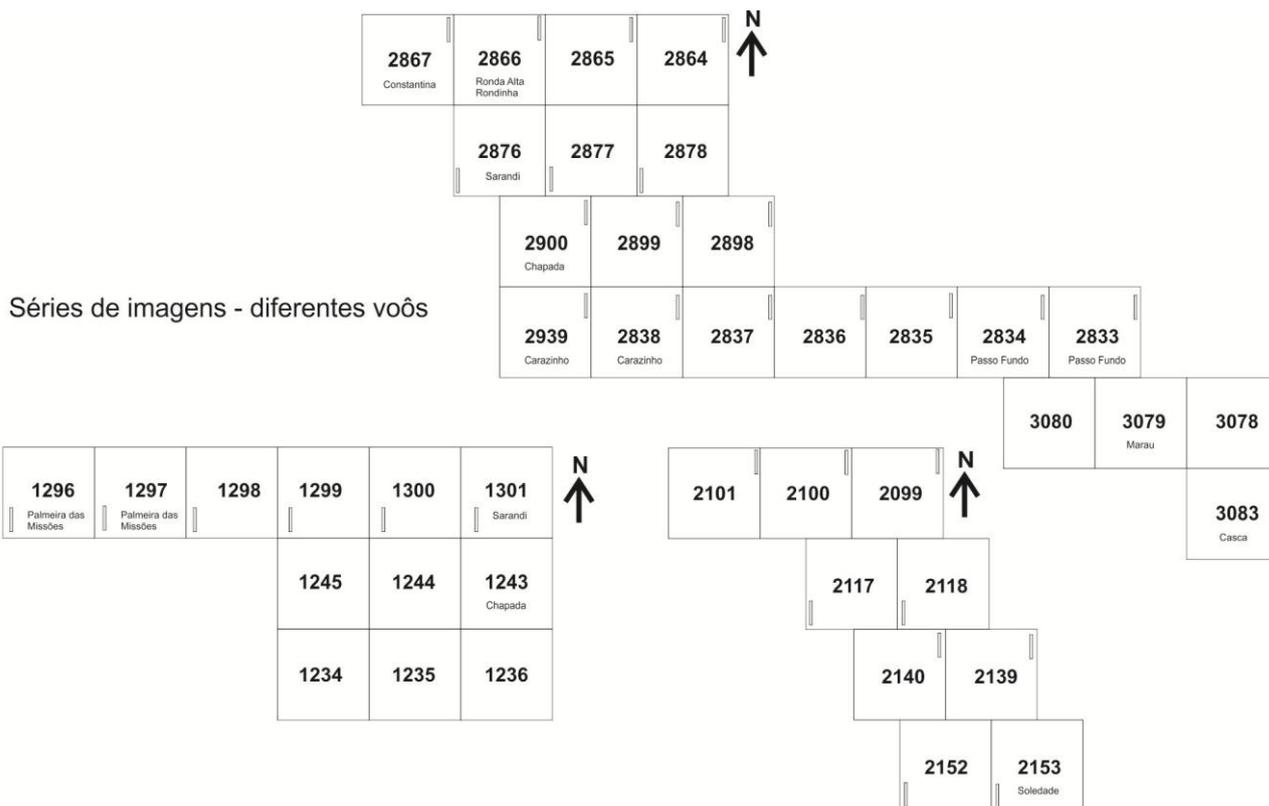


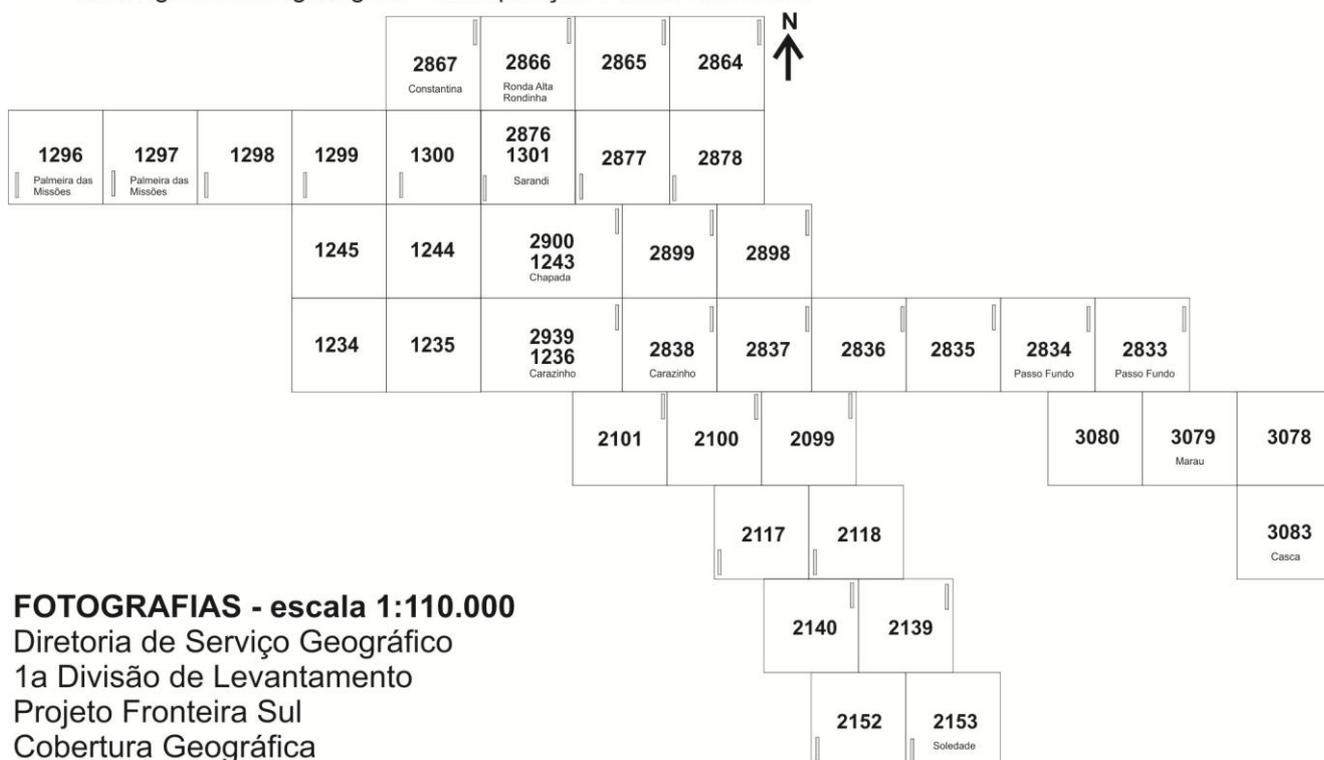
Foto Aérea - 1975  
Diretoria de Serviço  
Geográfico - 1a DL  
Projeto Fronteira Sul  
Cobertura Geográfica



Carta do  
Exército - 1975

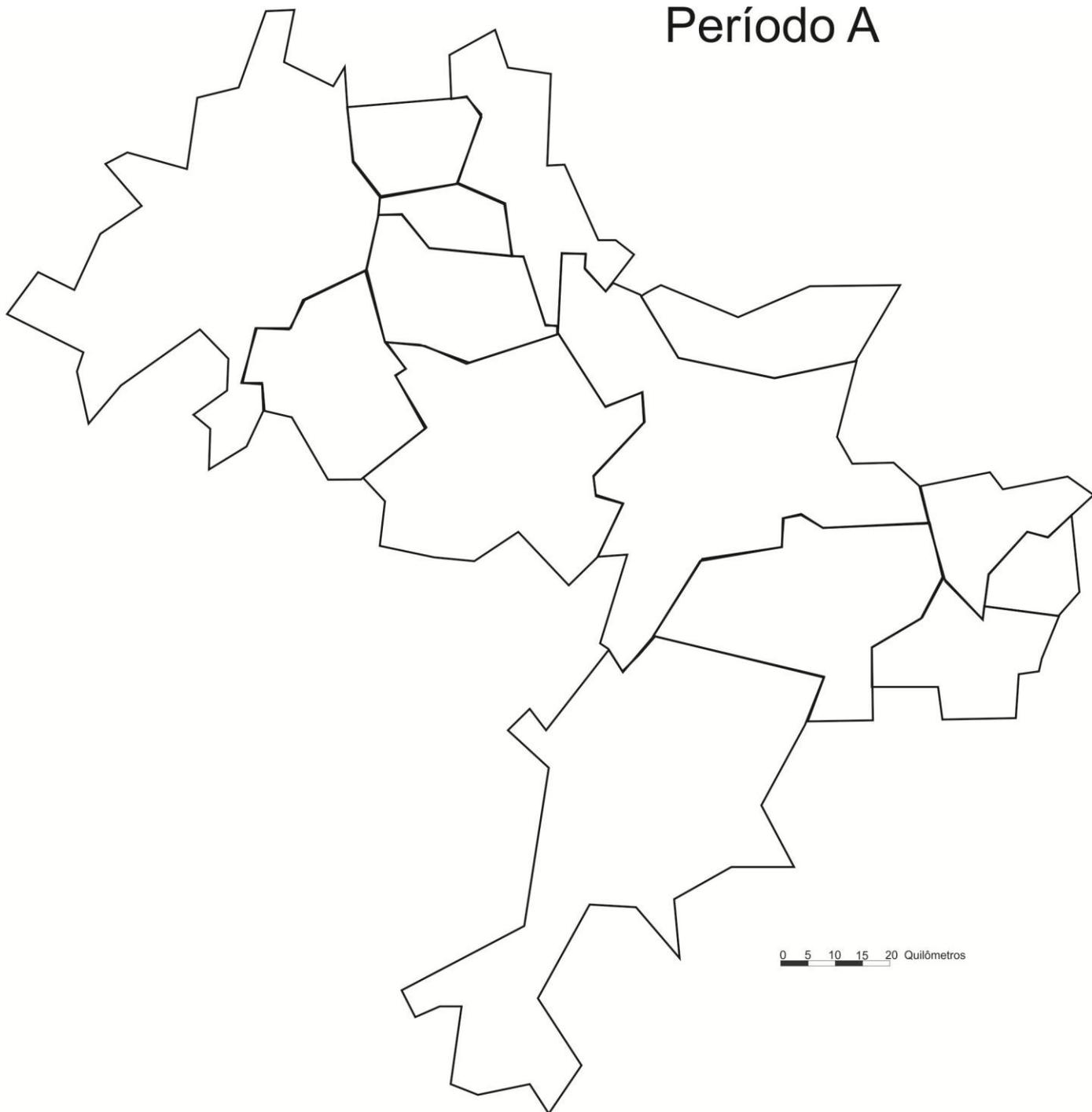


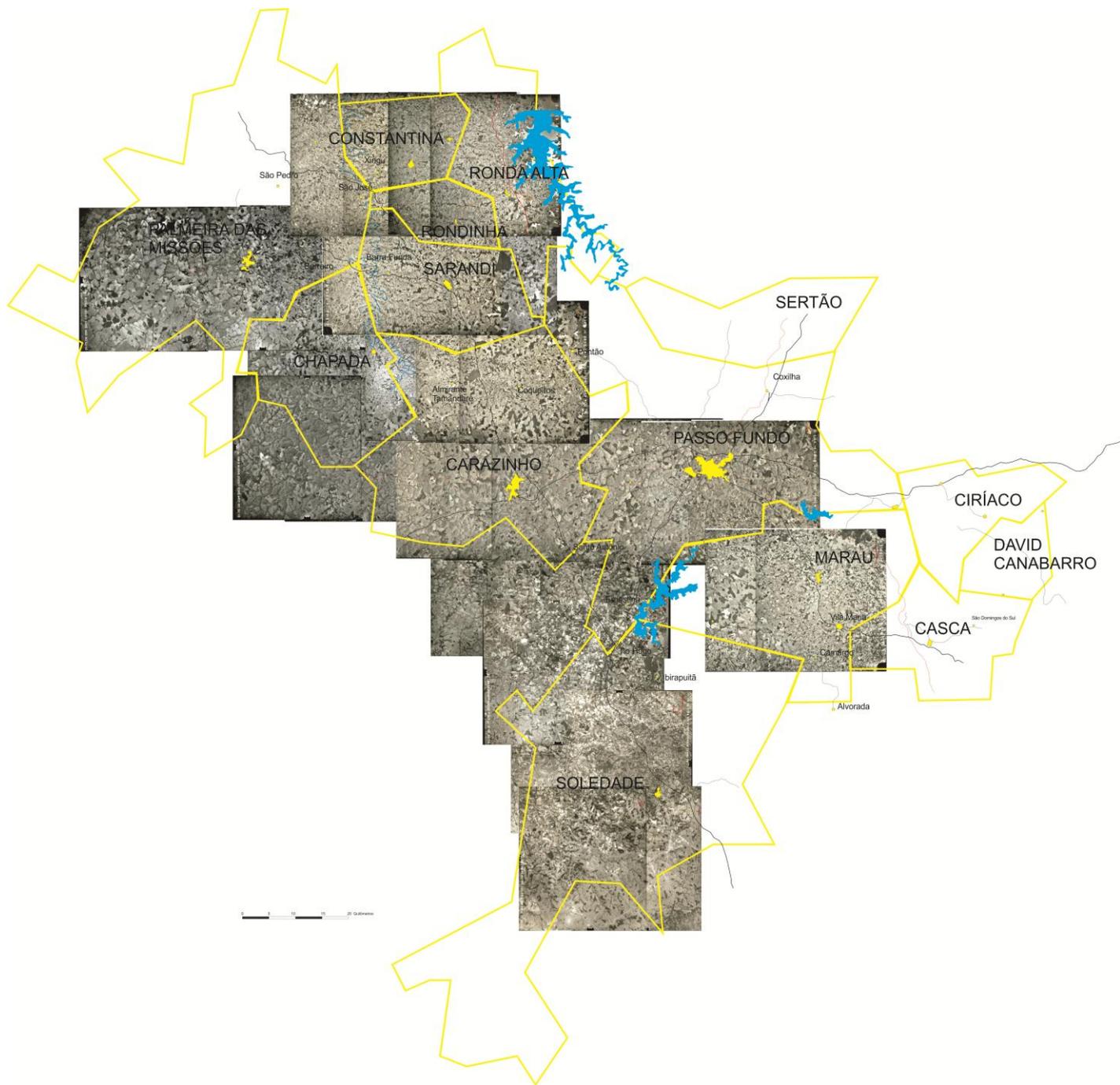
Montagem da imagem geral - sobreposição e união das séries

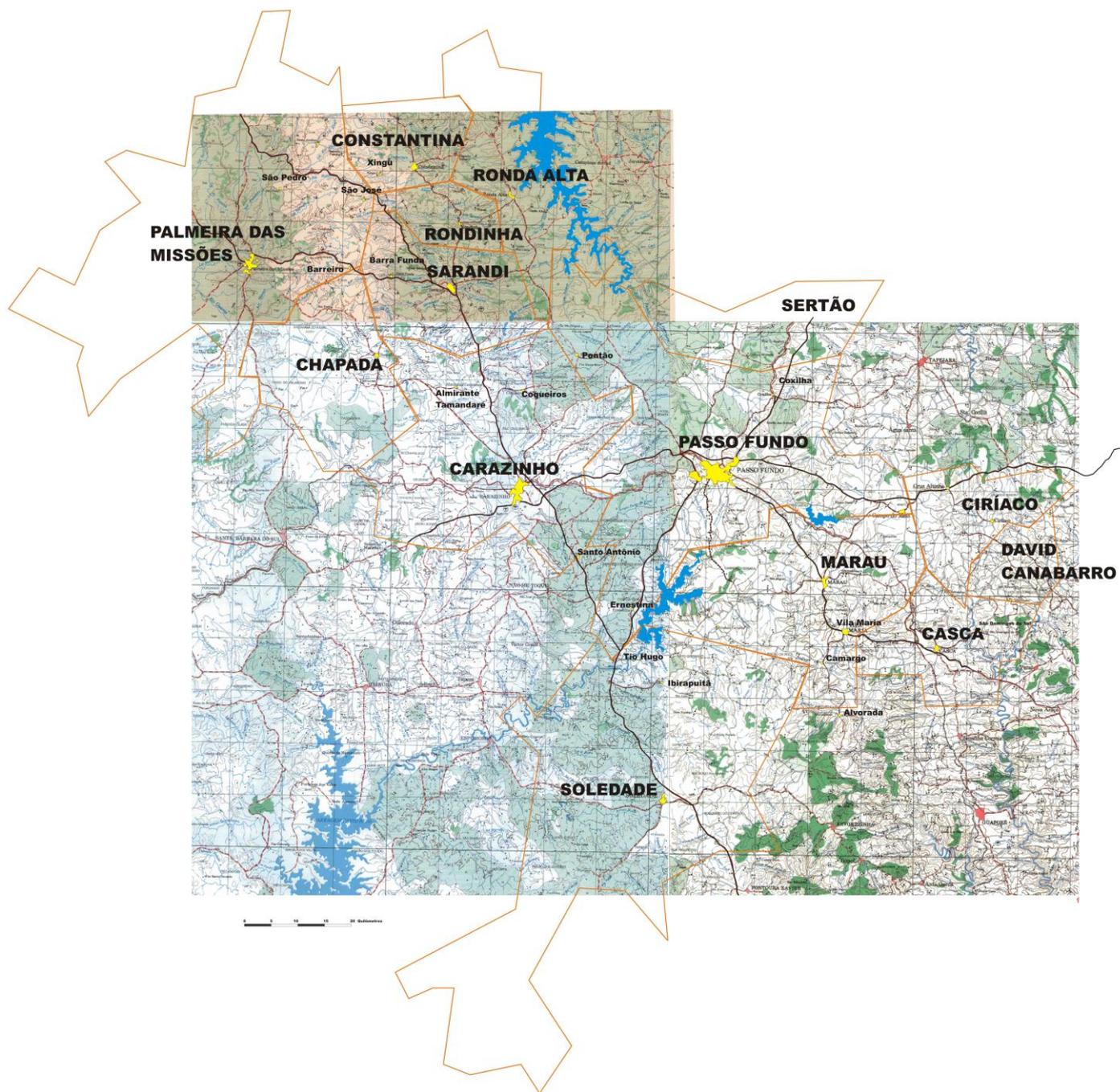


**FOTOGRAFIAS - escala 1:110.000**  
 Diretoria de Serviço Geográfico  
 1a Divisão de Levantamento  
 Projeto Fronteira Sul  
 Cobertura Geográfica  
 1975

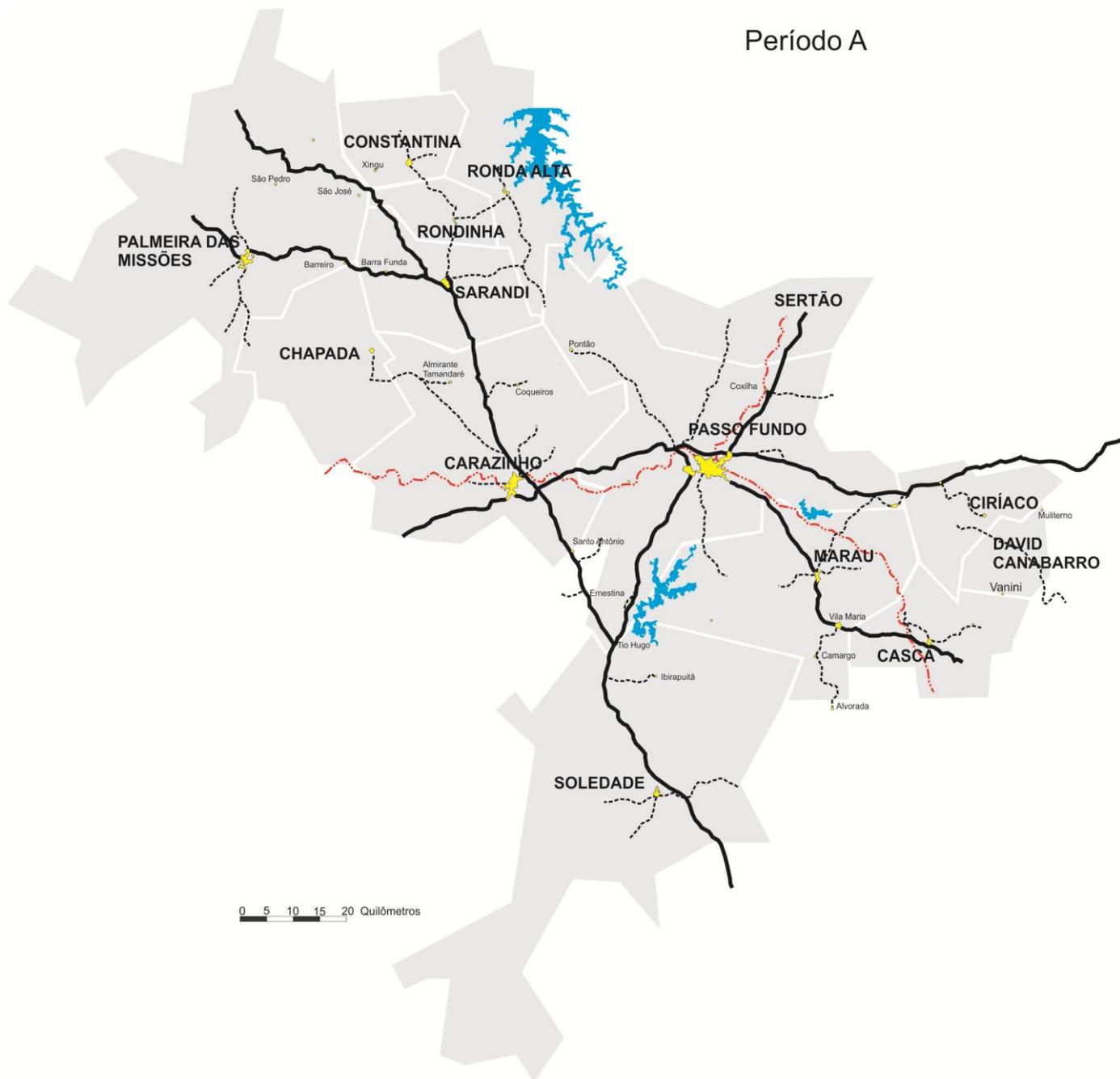
# Período A



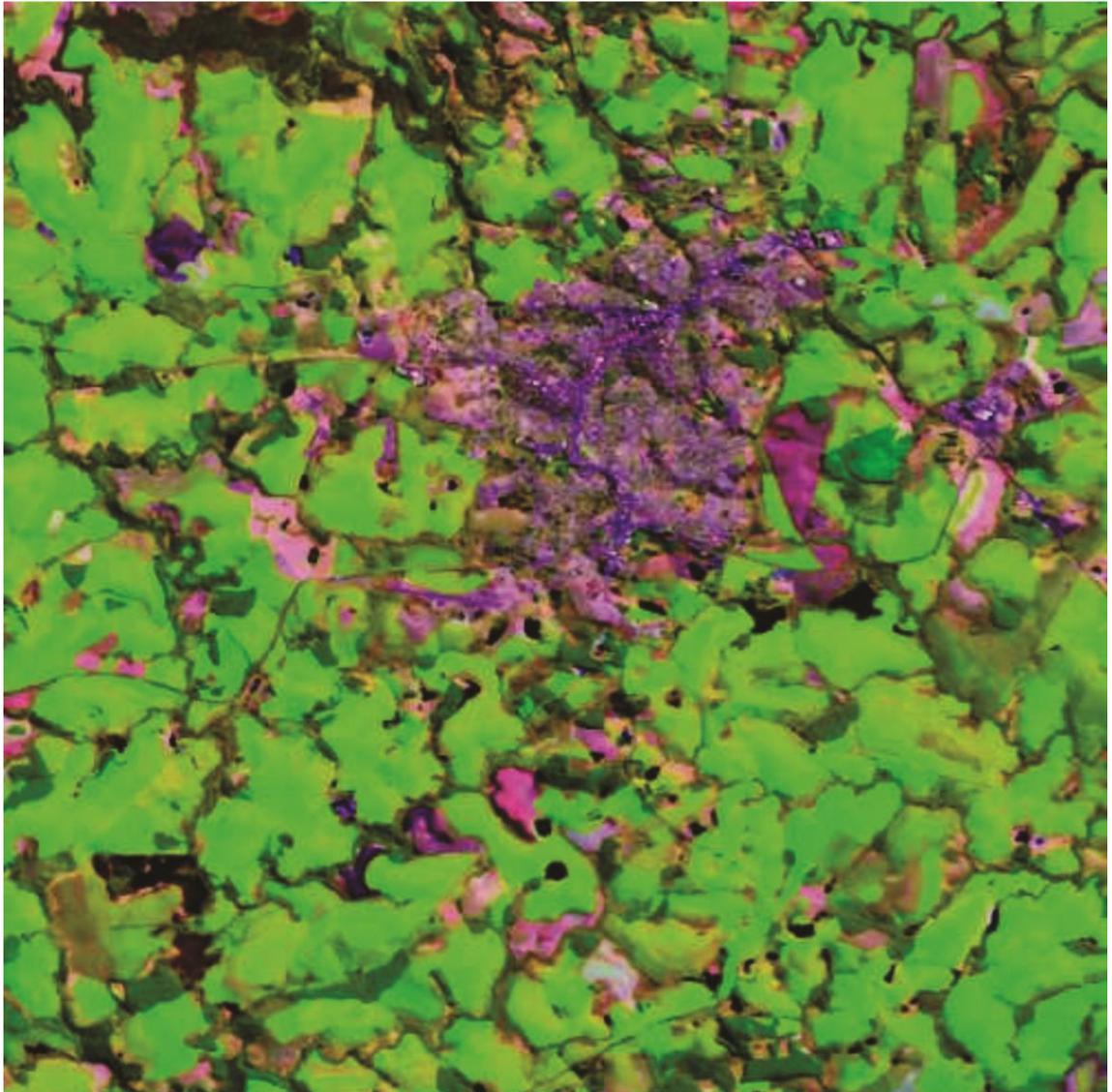




Período A



Processo de Montagem dos mapas  
Período B – 1988-2003



**Imagem RS18\_57 - Carazinho/RS**  
**Imagens obtidas através do site [www.embrapa.com.br](http://www.embrapa.com.br)**

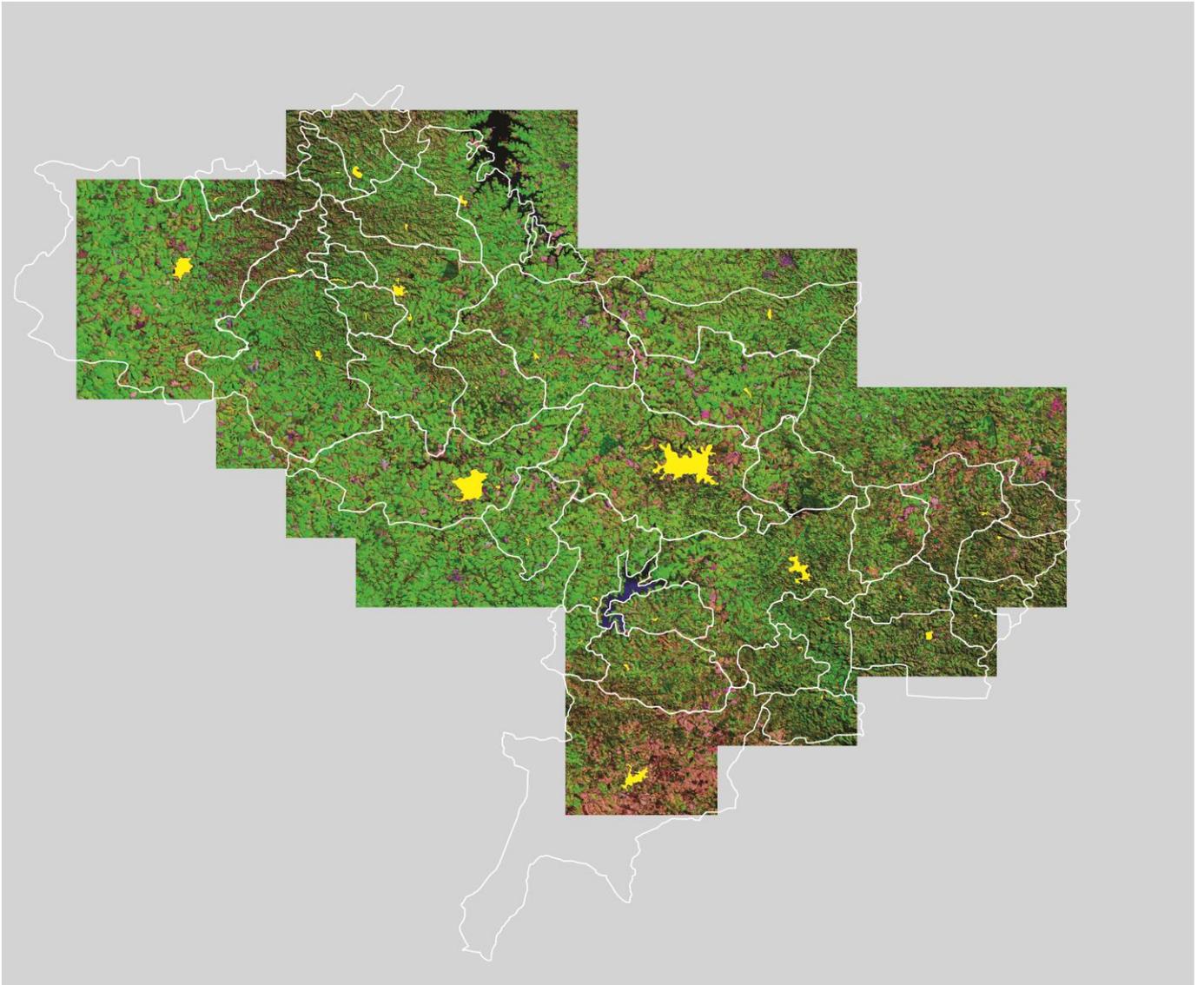
13_51	13_52	13_53	13_54	13_55	13_56	13_57	13_58	13_59	13_60	13_61	13_62	13_63	13_64	13_65	13_66	13_67	13_68	13_69	13_70
14_51	14_52	14_53	14_54	14_55	14_56	14_57	14_58	14_59	14_60	14_61	14_62	14_63	14_64	14_65	14_66	14_67	14_68	14_69	14_70
15_51	15_52	15_53	15_54	15_55	15_56	15_57	15_58	15_59	15_60	15_61	15_62	15_63	15_64	15_65	15_66	15_67	15_68	15_69	15_70
16_51	16_52	16_53	16_54	16_55	16_56	16_57	16_58	16_59	16_60	16_61	16_62	16_63	16_64	16_65	16_66	16_67	16_68	16_69	16_70
17_51	17_52	17_53	17_54	17_55	17_56	17_57	17_58	17_59	17_60	17_61	17_62	17_63	17_64	17_65	17_66	17_67	17_68	17_69	17_70
18_51	18_52	18_53	18_54	18_55	18_56	18_57	18_58	18_59	18_60	18_61	18_62	18_63	18_64	18_65	18_66	18_67	18_68	18_69	18_70
19_51	19_52	19_53	19_54	19_55	19_56	19_57	18_58	19_59	19_60	19_61	19_62	19_63	19_64	19_65	19_66	19_67	19_68	19_69	19_70
20_51	20_52	20_53	20_54	20_55	20_56	20_57	20_58	20_59	20_60	20_61	20_62	20_63	20_64	20_65	20_66	20_67	20_68	20_69	20_70
21_51	21_52	21_53	21_54	21_55	21_56	21_57	21_58	21_59	21_60	21_61	21_62	21_63	21_64	21_65	21_66	21_67	21_68	21_69	21_70
22_51	22_52	22_53	22_54	22_55	22_56	22_57	22_58	22_59	22_60	22_61	22_62	22_63	22_64	22_65	22_66	22_67	22_68	22_69	22_70

Imagens de Satélite Embrapa - 1/25000   Imagens utilizadas

O Rio Grande do Sul visto do espaço - www.embrapa.com.br

## Período B







a estruturação do espaço urbano-regional no contexto contemporâneo: o caso da região da produção/rs